ATLÂNTICO

REVISTA LUSO-BRASILEIRA

SUMÁRIO

ATLÂNTICO

REVISTA LUSO-BRASILEIRA

DIRECTORES:

ANTÓNIO FERRO
ANTÓNIO VIEIRA DE MELO

SECRETÁRIO DA REDACÇÃO:

JOSÉ OSÓRIO DE OLIVEIRA

DIRECÇÃO ARTÍSTICA DE:

MANUEL LAPA

EDIÇÃO DO S. N. I. E DA A. N.
LISBOA — RIO DE JANEIRO

NOVA SÉRIE NÚMERO 4

DOIS POEMAS DE CAMILLO PESSANHA

CORRENDO o ano de 1944, ao organizar com muitos e novos elementos, persistentemente procurados e juntos, a segunda edição da «Clepsidra», logo declarei que ela não podia considerar-se como a reunião de toda a obra poética de Camillo Pessanha, pois uma parte dela ainda não fora ou, mesmo, nunca poderia vir a ser recuperada.

Restava-me ainda a esperança, última mas persistente, de poder, com uma investigação feita em Macau, acrescentar à «Clepsidra» alguma poesia inédita ou variantes das que, já por duas vezes, eu conseguira publicar em livro. Esperança, devo dizê-lo, só própria de quem nunca desanimou ante qualquer esforço e jamais desistiu, por maior que seja a demora em conseguir o que considera necessário e justo.

Esperança de tão incerta realização, no entanto, que não ousei referi-la na nota explicativa da segunda edição da «Clepsidra». É que já muitas vezes, e a várias pessoas, eu confiara o sagrado encargo de verificar em Macau a existência ou não existência de qualquer espólio literário de Camillo Pessanha e de executar a sua cópia fiel no caso de ser achado. E devo dizê-lo (sem, por já inútil, condenar os que dessa obra salvadora se desinteressaram), sempre sem resultado nenhum, ano após ano, desde 1926.

Pior ainda era a sucessiva verificação de que pessoas com algumas responsabilidades mentais, tendo ainda conhecido pessoalmente Camillo Pessanha, em Macau, ao regressarem à Metrópole nenhum elemento novo nos traziam para melhorar a edição da «Clepsidra» permitindo-se, no entanto, afirmar e censurar a sua imperfeição.

Renovara-se, porém, a minha esperança ao conseguir, em 1940, uma promessa de cuidadosa investigação, por parte do senhor Leopoldo Danilo Barreiros, que naquele ano regressava a Macau como funcionário.

Anos de guerra e de isolamento quase completo da nossa colónia do Extremo-Oriente, e nunca a dúvida sobre o valor da promessa feita, determinaram-me, no entanto, a nem sequer a referir, em 1944. Mas, desta vez, a promessa foi cumprida e a minha persistente esperança realizou-se.

Devo, por isso, consignar o meu agradecimento, que por certo será também o de todos os que amam a Poesia, a Leopoldo Danilo Barreiros.

Com dedicação exemplar, inteligência e cuidado excepcionais, realizou em Macau aquela investigação, que em anos anteriores mais fácil teria sido, e que ninguém antes dele sequer tentou, apesar da minha insistência. uns, apesar do que mandaria um natural amor pela cultura, outros, a quem não pude transmitir o meu pedido.

Tardia foi, infelizmente, a intervenção de Leopoldo Danilo Barreiros. Mas ainda assim produtiva. Por ele, e pela nobreza exemplar com que pôs à minha disposição todos os elementos recolhidos em Macau, estou agora em condições de poder afirmar que a terceira edição da «Clepsidra» virá a ser, com alguns inéditos e muitas variantes, a edição definitiva, se bem que, por impossível, não completa, das poesias de Camillo Pessanha.

E com ela se confirmará em absoluto quanto já antes eu afirmei sobre a inexistência de qualquer manuscrito completo, definitivo e organizado para a impressão, dos poemas da «Clepsidra».

O que existe hoje na Biblioteca Pública de Macau, por dádiva inteligente de quem, por ocasionais circunstâncias, estava na posse de alguns papéis de Camillo Pessanha; o que existe, salvo da dispersão dos seus livros e papéis após a sua morte, são quase sòmente antigos recortes de jornais ou revistas com versos de Camillo Pessanha, por ele conservados e emendados, e alguns manuscritos dessas mesmas poesias, tudo constituindo uma primeira versão do que veio a ser a sua forma definitiva, para mim escrita em 1916. Há, porém, entre esses salvados existentes na Biblioteca Pública de Macau, uma folha escrita a lápis que é, sem dúvida alguma, a continuação de outra, do mesmo modo escrita, que, como já disse na nota explicativa da segunda edição, foi achada em poder do Dr. Carlos Amaro. Como e por que falta de cuidado foram separadas? Importa pouco sabê-lo. O que importa é a possibilidade de reconstituir, como se faz agora, nas suas três partes, de evidente sequência lógica, o poema que foi vivido e escrito por Camillo Pessanha (parece-me poder, afirmá-lo) na sua segunda viagem para Macau.

A primeira parte, que já foi publicada na 2.ª edição da «Clepsidra» (explicando-se ali a forma do seu achamento), é o poema da emoção da partida e do rápido desenrolar da Costa Azul, ante o olhar do poeta exilado. A segunda e terceira partes do poema (assim reconstituível no seu todo) são a emoção de um roteiro *que finda no desejo de pureza da morte combinada com a visão, interiorizada e transposta em símbolo, do Canal de Suez e das costas do Mar Vermelho.*

Dei-lhe o título de «Roteiro da Vida» que é um dos versos do poema e explica o seu tema geral e ideia dominante. E publica-se agora por in-

teiro porque, assim reconstituído, ressurge em toda a sua beleza, não perfeita, é certo, porque este poema não foi dos refeitos *pela sua constante, activa e modificante permanência na memória do poeta.*

Foi este, na verdade, um dos poemas por ele esquecidos, e cujo breve e inicial apontamento escrito parece não mais ter voltado a sugestioná-lo separado como ficou, até, entre dois possuidores.

Outros poemas haveria e alguns indiquei, ou vagamente lembrados pelo poeta ou recordados por outros.

Entre os lembrados por Camillo Pessanha, e por ele prometidos para a minha colecção das suas obras, figurava uma poesia de que na já referida nota à 2.ª edição da «Clepsidra» citei o primeiro verso: «A dor, forte e imprevista».

Tive agora a alegria de ver confirmada a certeza das minhas indicações (e esta vinha de um apontamento tomado em 1916) e outra alegria maior: a da recuperação dessa poesia.

Nada sei do seu manuscrito primitivo, nem daquele que serviu para a sua publicação no jornal «Ideia Nova» de Macau, em número de homenagem a Camillo Pessanha, no terceiro aniversário da sua morte. («Ideia Nova», Ano I, Macau, 18 de Março de 1929, N.º 13).

O que chega a parecer impossível, de desleixo oficial e de inferioridade e desinteresse de particulares, é que nunca esse jornal tenha sido remetido para a Metrópole, e que nem sequer se tenha junto um exemplar dele aos papéis de Camillo Pessanha na Biblioteca Pública. Aquela publicação passou como se não tivesse existido. Devo também a Leopoldo Danilo Barreiros um exemplar desse jornal, engrandecido por um poema de génio; exemplar único talvez, conservado porque foi amorosamente guardado por uma discípula de Camillo Pessanha no Liceu de Macau, e filha do seu grande amigo e distinto sinólogo senhor J. V. Jorge, a Ex.ma Senhora D. Henriqueta Pacheco Jorge Barreiros.

Considero da mais elementar justiça a indicação dos nomes daqueles poucos (muito poucos) que, servindo a obra de Camillo Pessanha, revelaram a sua compreensão ou o seu respeito pelo valor deste poeta extraordinário. Por eles, e só por eles, se operou a salvação de uma das obras eternas e das mais altas da Poesia Portuguesa.

Dentro dessa obra, quanto possível completa, vai agora figurar como um dos seus mais profundos, intensos, belos e dolorosos poemas o que desde 1929 estava publicado em Macau sem acordar eco em ninguém. Triste e dolorosa indiferença de tanta gente com pretensões intelectuais e obrigações perante a cultura e a Nação!

É essa poesia, de certeza, anterior a 1916, pois que nesse ano já

me foi indicada. Talvez anterior de muitos anos, pois me parece poder fixar-lhe a data da primeira realização em 1900.

Seja como for, esta poesia intitulada «Branco e Vermelho» alcançou a definitiva perfeição na forma com que até nós chegou e com que se integra agora, em reimpressão indispensável, no tesouro da Poesia Portuguesa. Perfeição surpreendente pelo que tem de quase milagre (o supremo e divino milagre do génio) o emprego das rimas insistentes, com palavras repetidas, sem a mais leve sombra de monotonia.

Perfeição que nos faz lamentar, agora mais ainda, pela extraordinária altura alcançada pelo grande poeta, o progressivo abandono da activa criação em que ele foi caindo. Porque este poema, que ouso afirmar um dos mais belos da poesia mundial de todos os tempos; este poema de suprema angústia na visão dos destinos humanos; este poema em que só a dor pedida à Morte é ainda uma esperança, revela-nos um poeta que alcançou o poder da mais alta e universal criação mítica.

«Branco e Vermelho» é um poema que transcende já a expressão da sensibilidade própria do grande poeta para se elevar à contemplação, vivida e padecida ìntimamente, de toda a humana dor.

JOÃO DE CASTRO OSÓRIO

BRANCO E VERMELHO

A dor, forte e imprevista,
Ferindo-me, imprevista,
De branca e de imprevista
Foi um deslumbramento,
Que me endoidou a vista,
Fez-me perder a vista,
Fez-me fugir a vista,
Num doce esvaimento.

Como um deserto imenso,
Branco deserto imenso,
Resplandecente e imenso,
Fez-se em redor de mim.
Todo o meu ser suspenso,
Não sinto já, não penso,
Pairo na luz, suspenso...
Que delícia sem fim!

Na inundação da luz
Banhando os céus a flux,
No êxtase da luz,
Vejo passar, desfila
(Seus pobres corpos nus
Que a distância reduz,
Amesquinha e reduz
No fundo da pupila)

Na areia imensa e plana
Ao longe a caravana
Sem fim, a caravana
Na linha do horizonte
Da enorme dor humana,
Da insigne dor humana...
A inútil dor humana!
Marcha, curvada a fronte.

Até ao chão, curvados,
Exaustos e curvados,
Vão um a um, curvados,
Os seus magros perfis;
Escravos condenados,
No poente recortados,
Em negro recortados,
Magros, mesquinhos, vis.

A cada golpe tremem
Os que de medo tremem,
E as pálpebras me tremem
Quando o açoite vibra.
Estala! e apenas gemem,
Pàvidamente gemem,
A cada golpe gemem,
Que os desiquilibra.

Sob o açoite caem,
A cada golpe caem,
Erguem-se logo. Caem,
Soergue-os o terror...

Até que enfim desmaiem,
Por uma vez desmaiem!
Ei-los que enfim se esvaem,
Vencida, enfim, a dor...

E ali fiquem serenos,
De costas e serenos...
Beije-os a luz, serenos,
Nas amplas frontes calmas.
Ó céus claros e amenos,
Doces jardins amenos,
Onde se sofre menos,
Onde dormem as almas!

A dor, deserto imenso,
Branco deserto imenso,
Resplandecente e imenso,
Foi um deslumbramento.
Todo o meu ser suspenso,
Não sinto já, não penso,
Pairo na luz, suspenso
Num doce esvaimento.

Ó Morte, vem depressa,
Acorda, vem depressa,
Acode-me depressa,
Vem-me enxugar o suor,
Que o estertor começa.
É cumprir a promessa.
Já o sonho começa...
Tudo vermelho em flor...

"ROTEIRO DA VIDA"

I

Enfim, levantou ferro.
Com os lenços adeus, vai partir o navio.
Longe das pedras más do meu desterro
Ondas do azul oceano, submergi-o.

Que eu, desde a partida,
Não sei onde vou.
Roteiro da vida,
Quem é que o traçou?

Nalguma rocha ignota
Se vai despedaçar com violento fragor...
Mareante, deixa as cartas da derrota.
Maquinista, dá mais força no vapor.

Nem sei de onde venho,
Que azar me fadou!?...
Das mágoas que tenho,
Os ais porque os dou...

Ou siga, maldito,
Com a bandeira amarela...
....
Pomares, *chalets,* mercados, cidades...
A olhar da amurada,

Que triste que estou!
Miragens do nada,
Dizei-me quem sou...

II

Nesgas agudas do areal,
E gaivotas que voais em redor do navio,
Tornais o meu cérebro mole,
— Esmeralda viva do Canal
E desertos inundados de sol! —
Meu pobre cérebro inconsequente e doentio!

No qual uma rede se desenha,
Complicada, de sofrimentos irregulares...
— Águas que filtrais na areia! —
Antes que o crepúsculo venha,
O crepúsculo e as larvas tumulares,
A impureza inútil dissolvei-a.

Que o sol, sem mancha, o cristal sereno
Volatilize, ao seu doce calor.
A fria e exangue liquescência...
Um hálito! Não embaciará de veneno,
Indecisa, incolor
Da areia o brilho e a viva transparência.

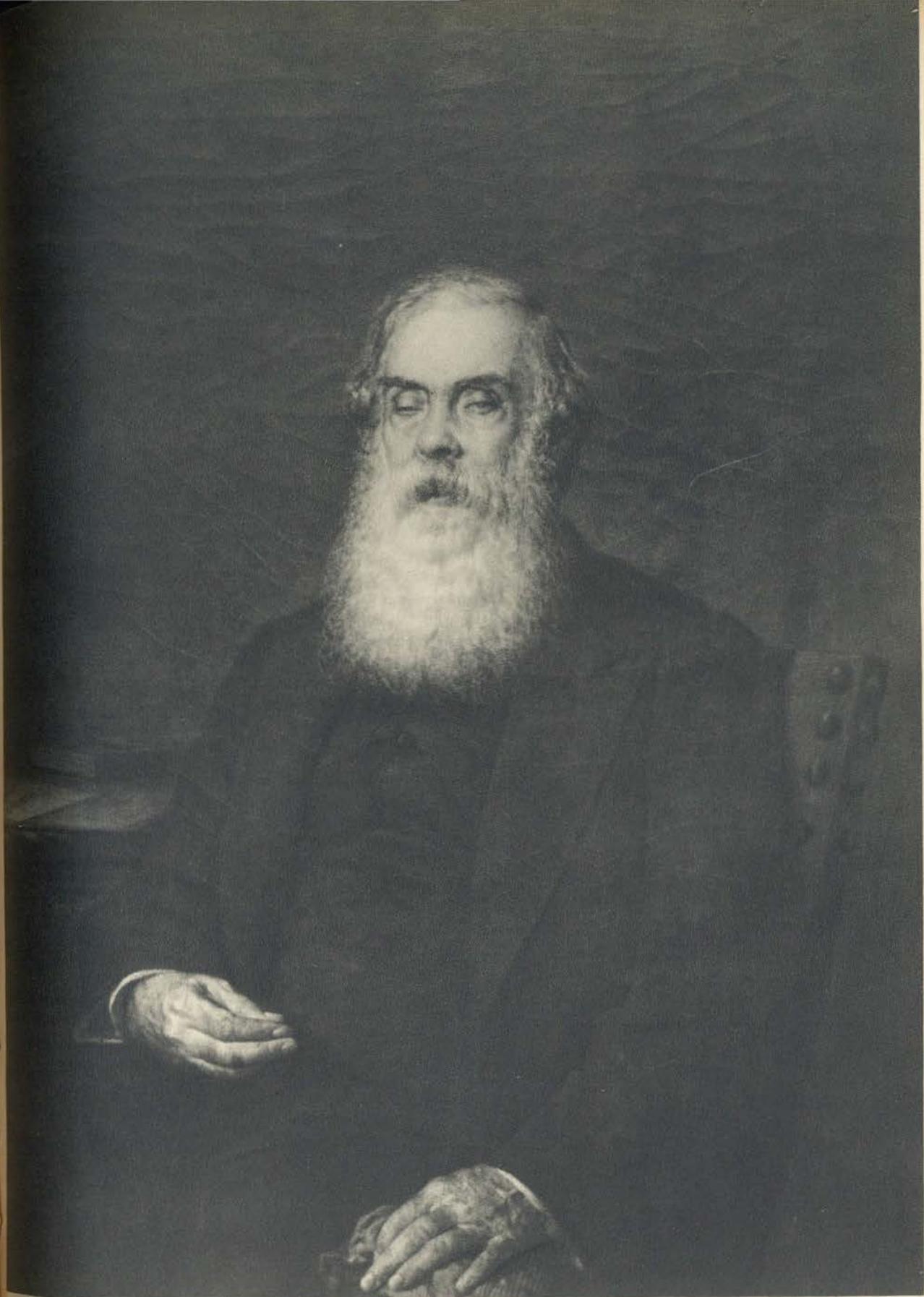
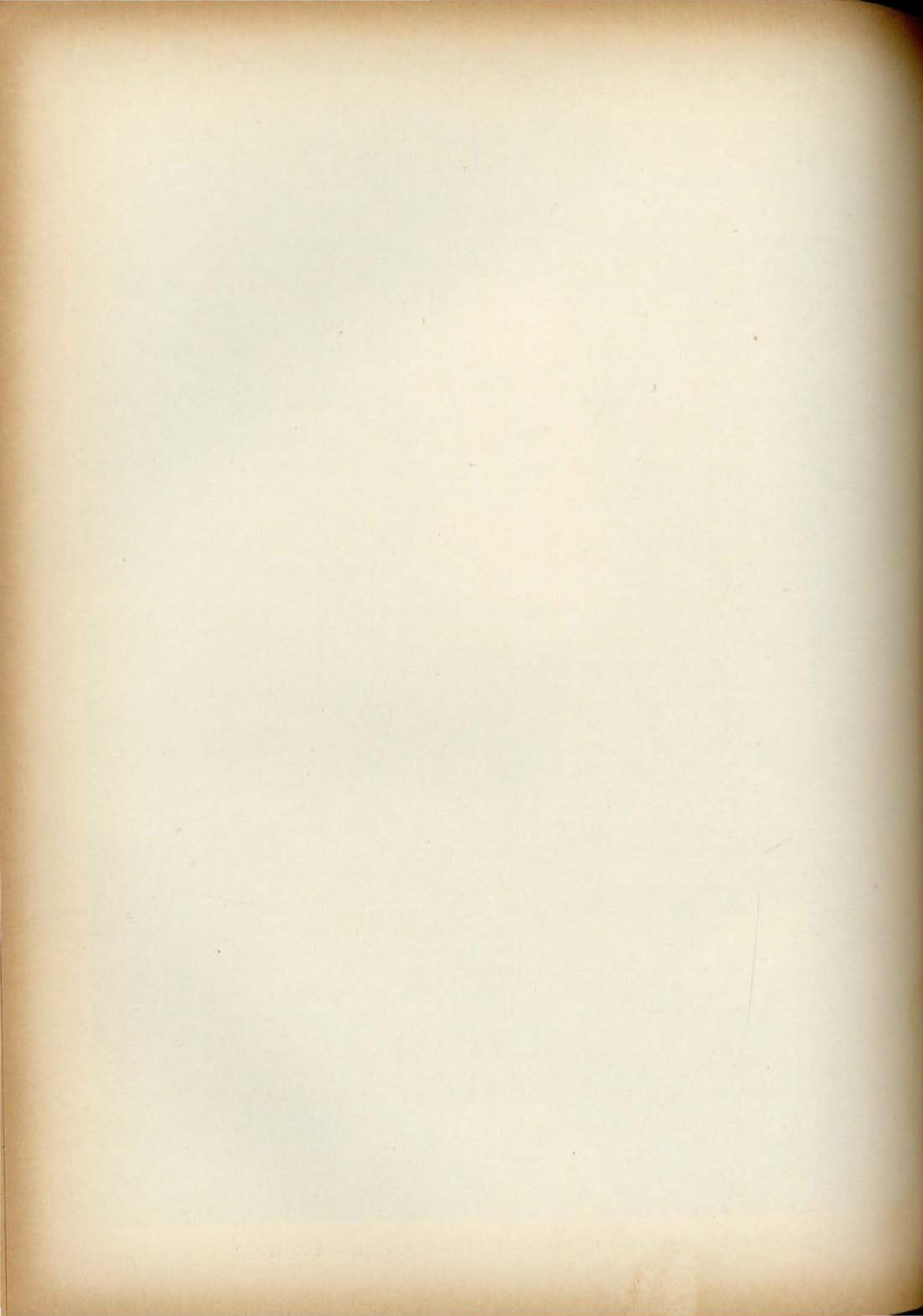
Recortes vivos das areias,
Tomai meu corpo e abride-lhe as veias...

O meu sangue entornai-o,
Difundi-o, sob o rútilo sol,
Na areia branca como em um lençol,
Ao sol triunfante sob o qual desmaio!

III

Cristalizações salinas,
Mirrai na areia o plasma vivaz.
Não se desenvolvam as ptomaínas...
Que adocicado! Que obcessão de cheiro!
Putrescina: — Flor de lilás.
Cadaverina: — Branca flor do espinheiro!

Só o meu crânio, fique,
Rolando, insepulto, no areal,
Ao abandono e ao acaso do simum
Que o sol e o sal o purifique.

CAMILLO PESSANHA

MIGUEL LUPI — *Retrato de António Feliciano de Castilho, 1873*

UM CASO DE POESIA ABSOLUTA

Em Cecília Meireles, o lirismo português atinge alturas inexcedíveis. Nenhum poeta do nosso idioma a sobreleva em emocionar com simplicidade, transmitindo o elementar, o subtil ou o complexo, por sugestivas transfigurações, quase de nenhuma coisa feitas, em que se não sente o peso das palavras, só mediante algumas linhas fluidas e pontos cintilantes. A sua expressão verbal tem leveza e transparência.

Essencialmente o poeta é um mago, inclinado, por sentimento, sobre o obscuro das coisas e das almas, surpreendendo os fios misteriosos das relações, que oferece sortìlegamente à luz, para os mergulhar de novo, — já que não diz com ele nem é da sua linguaguem definir ou sistematizar —, na sombra em que habita a irrevelada sabedoria. Pesquisador de nexos estranhos, dos que escapam à lógica e à ciência, que fogem às ordenações racionais; transmutador de realidades em mitos, de realidades físicas em psicológicas, e vice-versa.

É por necessidade. Que os verdadeiros poetas são necessàriamente poetas. Embora o ocultem, é um mal que tem de trasbordar. Ser poeta é um destino, um dos poucos argumentos a favor do determinismo, espécie de *graça* irresistível.

É o que se observa em Cecília Meireles, verdadeiramente possuída de fatalidade poética. Mas não se queda em vibrações sensoriais, ou de epidérmico sentimento, ainda que manifeste impressionante acuidade na recepção das impressões do mundo externo. Há uma elaboração interior profunda, em lenta libertação do acidente, até ao cerne metafísico. A substância é uma, e quem dela se aproxima, como que perde cores e formas, reduzido à fibra essencial. Daí a natural monotonia a que propendem os poetas de carácter filosófico, pela redução das imagens às mais próximas do fundo comum e do devir, àquelas que exprimem a máxima desmaterialização, o fluido, a mutação constante jamais conseguida. Pela redução da pluralidade aos elementos incisivos, ao mínimo indispensável da comunicabilidade.

Há uma dissolução no infinito, nudez e desprendimento dos acessórios que vai flutuar na vaga homogeneidade da substância universal.

Tal os jónios (os poetas irmanam-se aos filósofos), mas levada pela sensibilidade, Cecília atinge um fundo permanente, a imagem de uma substância comum a todas as coisas, um dissolvente cósmico subjectivo em que as personalidades contìnuamente se figuram e se identificam: o *mar absoluto,* título e conteúdo, não só do poema e do livro, que é objecto deste comentário.

Mar — a imagem da essência instável, múltipla, polimorfa que em si pressente: «*Não permaneço. / Cada momento / é meu e alheio*» (Auto-Retrato), e a que é levada graças à precisão de encontrar um símbolo; *absoluto* pela força da redução à unidade, pela necessidade de aniquilamento até um grau em que a pessoa inquieta, sofredora, filialmente se aconchegue: «*ser de areia, de água, de ilha*»; «*Deus te proteja, Cecília, / que tudo é mar — e mais nada*». (Beira-Mar).

Não se trata de simples imagem nascida de analogia ocasional, de superfície, mas de algo a que se entrega plenamente «*...convertida em sua natureza*», ...«*plástica, fluida, disponível*».

Nele se despersonaliza, ainda femini-

na: «*Vou desprendendo / elos que tenho / alças, enredos / e é tudo imenso*» (Auto-Retrato) para querer «...*a sua solidão robusta / uma solidão para todos os lados, / uma ausência humana*». Aqui já não é, pròpriamente, a mulher convencida de *já ter chorado tudo*, mas um filósofo que fala, — criatura para além das diferenciações e dos sexos.

Convém não esquecer que o ponto de partida é uma mulher assaz impressionável, — de uma sensibilidade bem de mulher. A diferença é que consegue ir mais longe que as demais, libertar-se da sua condição, para voar no mundo das abstracções puras. Mas assim mesmo a sensibilidade feminina reaparece intermitente, em plena ascensão abstracta, já nas predilecções ou no leve retoque de uma imagem, já em minudências de ternura e tiritantes pressentimentos, já na expressão física do abandono: «*sede assim — qualquer coisa / serena, isenta, fiel. / Flor que cumpre / sem pergunta*» (Sugestão).

É uma mulher que sofre os mais delicados estímulos. Ela tece preciosas composições em torno de rosas (os 5 *motivos da rosa)* e de amores-perfeitos.

Enternece-se com pequenas, cariciosas coisas, *caramujos do mar, madeixas de fontes, tranças aéreas das ondas, pombos leves, flores claras, malmequeres engomados, miosótis, o lenço de Marília, suspiros de cristal,* sensível à brisa que, de leve, *penteia a verde seda fina do arrozal,* capaz de se entreter na urdidura de primorosos artifícios, de grinaldas poéticas de sabido gongorismo.

Chegam a causar arrepio os seus requintes sensitivos, tão ricos de argúcias sensoriais, como a de natureza táctil que está contida na bela imagem destes versos: «*Ceras de mistério / selam cada poro / da vida entregada*» (Nocturno).

Os elementos tácteis, quinestésicos, térmicos, são aliás frequentes na poesia de Cecília Meireles. Outro *Nocturno* (pág. 116), é um perfeito exemplo destes últimos: «*Estrela fria / da tua mão / ...Ai neva amor! / Imenso inverno / de coração / gelo sem fim/a deslizar*»... Também é exemplo o *Prazo da vida*: «*Faz frio no meio da vida / muito frio*».

Abundam no seu vocabulário *trémulos* e *transidos*. São de táctil delicadeza expressões como estas: «*envoltos em ternura e lãs*», «*Lábio de Deus — sensitiva / tocada*», «*finos frios cabelos cariciosos*», «*abraçar nuvens*» «*mole diamante*», e os qualificativos *crespo* e *estremecido*.

Às imagens motoras, em que é rica esta poesia fluida, instável, de Cecília Meireles, teremos ocasião de nos referir adiante. Não se trata de movimentos bruscos, de velocidades e acrobacias. Mas tudo resvala, flui e anda nesta poesia.

Também teremos ocasião de tocar no tipo de visualidade que a caracteriza particularmente impressionada pelos valores da intensidade luminosa, a ponto de apresentar subtilezas de chapa fotográfica.

Em tudo isto é de feminina delicadeza, aflorando as coisas, os seres, com dedos fugidios, tocando-os de encantamento.

Já aí começa a fugir. Esses dedos não agarram; intuem para logo transfigurar. As mãos a que pertencem são de fada. A sensualidade volatiliza-se ou afunda-se em golfos de afectividade tão arguta e dilatada que leva à intelecção do mundo. Como os ouvidos de um cego chegam a substituir a vista, o sentimento de Cecília ganha olhos que ultrapassam os fenómenos até às essências, torna-se inteligência das solicitações humanas profundas.

E assim, logo na procura dos adjectivos e das imagens, dos seus *isentos, lúcidos, exactos, desprovidos, inteiros* dos seus *jardins de vidro, aromas em brasa, olhos com ilhas memória de águas e*

vento, lágrimas extraviadas, lume de lânguida lua, mesmo nos assuntos mais rebuscados e circunscritamente temáticos, ela procura instintivamente o que pode dar a transparência, a pureza, a fluidez e o devir, e vai de alma desnuda, logo que pode por intermúndios, possuída de liberdade e lúcido sonho: — «*Sou a passagem da seta / e a seta — em cada momento*» (Canção).

As substâncias, os materiais mais comuns que entram na composição desta poesia são pouco variados, *simples,* leves de natureza, cintilantes, móveis mesmo voláteis: água, estrelas, nuvens, vento, céu, mar, etc.... São estes justamente os que mais se adaptam e condicionam a fluidez da poesia, de acordo com o temperamento da escritora.

Já não falando dos adjectivos, os próprios substantivos são pouco *substantivos* neste fluxo heraclitiano, mas de temperatura crepuscular que são os poemas de Cecília Meireles. Cairia em fatal monotonia se não os manejasse magistralmente nos seus versos transfiguradores, arrastados em dinâmica psíquica para ambiguidades estranhas. Por muito vistos que sejam as nuvens, o céu e o poente, o número de combinações é infinito e, muito que tenha vivido, quem os observe, sofre não obstante frequentes emoções.

Assim acontece nesta poesia. Mas há nela, em contrapartida, enriquecendo-a, infinidade de materiais sucedâneos, e de garridices de pequenas coisas também leves, frágeis ou transparentes, brilhantes ou de esmaltado colorido, empregados com mestria, que a mosqueiam de cintilações e policromias: sal, sol, porcelana, nácar, vidro, lábio (sempre no singular, mais nítido), mica, limos, espuma, areia, asas, pássaros, flores...

O concreto espesso, compacto, quase não existe. As cores ou são de pálido esmaecido, ou vivas a fugir de brilho.

As palavras, os dizeres, nesta linha de fuga, ganham transposições de sentido que não é o quotidiano. As sinestesias são ultrapassadas em associações cujas cadeias acordam ecos longínquos, metafísicos. Outras palavras, apostas, subvertem a solidez, ajudam a mobilidade e o indefinido das expressões, e dão-lhes frequentemente perspectiva ultra-real.

«*O céu instala no meu pensamento / os seus altos azuis estremecidos*» (Surpresa) — «*a noite que resvala*» «*caído céu*» — «*pássaro frustrado*» — «*ele tão ido*» — «*uns líquens de noite sem luzes*» — «*patas de aço e nuvem*» — «*Chamem o vento, um grande vento / aéreo leão*» (Pedido) — «*sombra voante*» — «*O silêncio está sentado pelos corredores*» — «*O caule do tempo sobe com felicidade*» — «*Seta exilada*» — «*e o rio corria transportando o dia*» — «*ferrugem das horas*» — «*mirra de primaveras e de olvido*» — «*estrelas eriçadas*» — «*estrela última*» — «*pálpebras soterradas*» — «*alma insolúvel*» — «*alma preliminar*» — «*lágrima extraviada*» — «*provisória flor escondida*» — «*passo... lúcido e leve*», «*tempo de mim, asa de abelha*».

Tudo isto é linguagem instintiva de evasão e mistério. A nota da evasão e do incerto é muitas vezes dada por localizações vagas, como estas: *entre flor e nuvem, entre água e estrela, entre a poeira e Sírius, entre chão e céu, entre Deus e o mar.*

A atracção pelo mistério é dos maiores encantos da poesia de Cecília Meireles, e aquilo que a projecta para lirismos transcendentes.

Ela o diz: «*moro no ventre da noite*» (Mulher adormecida), «*andam arados longe em minha alma*».

Tira riquezas inesgotáveis da *despovoada inconsistência,* das despovoadas tardes. O ar da noite está *cheio de nascimentos e pétalas.* Por isso, *foge por*

dentro da noite. Respira amanheceres, bebe horizonte. O mundo *é mágico*. Por isso pergunta: «*Que faremos, errantes entre as invenções dos deuses?*»

O amor, em Cecília Meireles, mergulha nesta mesma atmosfera de mistério e projecta-se, desprendido dos sentidos, inconcreto, para longes que já não são deste mundo. Atente-se neste vago desejo sugestivamente sentido da poesia *Romantismo* (pág. 37) e transportado metafisicamente a uma esfera que embora vestida de colorações formais extremamente belas tem afinal a pureza, a realidade abstracta de um arquétipo:

«*Quem tivesse um amor, nesta noite de lua, / para pensar um belo pensamento / e pousá-lo no vento !*»

«*Quem tivesse um amor — longe, certo e impossível — para se ver chorando, e gostar de chorar, / e adormecer de lágrimas e luar !*»

«*Quem tivesse um amor, e entre o mar e as estrelas, / partisse por nuvens, dormente e acordado, / levitando apenas, pelo amor levado...*»

«*Quem tivesse um amor, sem dúvida nem mácula, / sem antes nem depois : verdade e alegoria... / Ah ! quem tivesse... (Mas quem teve? quem teria?)*»

Tal abandono, esta inconsistência mercê da força da fuga, sente-se em toda a poesia desta autora. Este *Romantismo* não é excepção.

«*Falai ! meu mundo é feito de outra vida. / Talvez nós não sejamos nós*» (Interpretação). Há um *devir* que se não esgota, as mais pequenas coisas por que se enternece jamais se cumprem definitivamente: «*E o rio corria, transportando o dia / menina Ondina / para o escondido mar. / Levava esquecidas também nossas vidas, com os peixes, os seixos e as coisas divinas / que morrem sem se acabar...*» (Saudade).

A muralha espessa da morte é devassada por lúcidos rasgões nos maravilhosos poemas da elegia final, à memória de sua avó, composição impressionante em que o concreto e o amável da vida, sentidos com a maior ternura, andam paredes meias com as mais pungentes intuições sobre o destino da existência e do mundo.

Em boa verdade, Cecília inclinou-se sobre o rosto da morta, inclinou-se «*absoluta, como um espelho*», — da morta «*modelada pela noite, pelas estrelas, pelas minhas mãos*». Interroga: «*onde ficou teu outro corpo?*»

É extraordinária a evocação e o transporte do n.º 6 desta elegia: «*Tudo cabe aqui dentro*» — «*e os fusos ainda vão enrolando o fio*» — «*Nesse fio vai o campo onde o vento saltou. / Vai o campo onde a noite deixou seu sono orvalhado. / Vai o sol com suas vestimentas de ouro / cavalgando esse imenso gavião do céu. / Tudo cabe aqui dentro : / Teu corpo era um espelho pensante do universo.*»

Também extraordinário é o número 8: «*ouve o amplo e difuso rumor da cidade em que continuo / Tu que resides no Tempo, no Tempo unânime !*» — «*a aceitação das nuvens*» — «*E mais esse perfume de eternidade, intocável e secreto, / que o giro do universo não perturba.*»

São lances de inexcedível beleza em que o sentimento atinge lucilações pensantes, a grande altitude.

O estilo mental de Cecília ganha ritmos que chegam a ser épicos na *Cavalgada*, poesia que é das mais belas e na qual o curso fatal do tempo se desenvolve em regiões astronómicas, numa cavalgada cheia de alegoria: «*Escuta o galope certeiro dos dias / saltando as roxas barreiras da aurora.*» — «*Semeia, colhe, perde, canta*»... Mas aí mesmo não falta a nota íntima funda: «*até vir o mais poderoso / que esmague a rosa guardada em teu peito*».

A apercepção pela intimidade, que é sabedoria de poetas, tem em Cecília Meireles um dos mais altos expoentes. O seu mergulho sobre a sensibilidade é pleno de êxitos. Extremamente subjectiva, a si própria se abandona, e dentro de si encontra a transfiguração de tudo. Criou o seu mundo (soube criá-lo) e acredita na riqueza dele; isso a faz desapegada e exteriormente céptica, até em relação à própria poesia.

«*As palavras aí estão, uma por uma: / porém minha alma sabe mais*». (Interpretação).

«*Porque abraçada nos braços meus, / porque, obediente à minha solidão, / vivo construindo apenas Deus...*» (Transeunte).

Este intimismo fecundo, transcendental, de uma pessoa insatisfeita, *jamais nascida,* aliado a um sentido artístico apuradíssimo, é poesia, e da melhor. Poesia que se efectiva em expressão verbal que é roupagem ajustada e transparente aos sentimentos que veste.

Fica nestes apontamentos e impressões não só o testemunho do interesse que me mereceu, mas também, implícito, o voto para que mereça o maior interesse à cultura lusíada, uma colectânea de pura, imorredoira poesia, qual é o *Mar absoluto e outros poemas,* de Cecília Meireles.

C U N H A   L E Ã O

Desenho de Jaime de Figueiredo

CANÇÃO DE BAR

PARA EGYDIO SQUEFF

Barzinho perdido
Na noite fria.
Estrela e guia
Na escuridão.
Que bem se fica!
Que bem! que bem!
Tal como dentro
De uma apertada
Quentinha mão...
E Rosa, a da vida...
E Verlaine que está
Coberto de limo.
E Rimbaud a seu lado,
O pobre menino...
E o Pedro Cachaça
Com quem me assustavam
(O tempo que faz!)
O Pedro tão nobre
Na sua desgraça...
E Villon sem um cobre
Que não pode entrar.
E o Anto que viaja
Pelo alto mar...
Se o Anto morrer,
Senhor Capitão,
Se o Anto morrer,

Não no deite ao mar!
E aqui tão bom...
E aqui tão bom!
Tal como dentro
De uma apertada
Quentinha concha...
E Rosa, a da vida,
Sentada ao balcão.
Barzinho perdido
Na noite fria,
Estrela e guia
Na turbação.
E caninha pura,
Da mais pura água,
Que poesia pura,
Ai seu poeta irmão,
A poesia pura
Não existe não!

(Do livro: CANÇÕES)

M Á R I O Q U I N T A N A

C A L O R

CALOR... O Rio de Janeiro está na sua maior festa física de terra onde quem mandou o homem vir morar? O contraste é violentíssimo: percebe-se claro que tudo quanto não é ser humano ou animal de cultura, está gozando, se expandindo, se multiplicando, enquanto o homem sofre pavorosamente. Um pensamento só me preocupa o espírito vagarento: tudo quanto é ser humano sofre insofismàvelmente, sofrem os pobres como os ricos, não há distinção de casta, nem de raça, nem de idade, martirizados pelo calorão. Mas tudo o que é desumano se deslumbra e revive num escandaloso esplendor. Pois é incontestável que também a falange das mulheres floresce traidoramente, adere franco ao delírio da vitalidade mineral e vegetal, tanto mais esplêndidas que o macho se mostra chucro e charro. Isto me inquieta pouco, aliás, porquê, eu pago imposto, mas hei-de continuar solteiro. Em todo caso, ajuntando recordações esparsas pelos anos, sinto mesmo que deve haver qualquer coisa de mineral nas mulheres.

Desta janela, os meus olhos vão roçando a folhagem vertiginosamente densa da Glória e da praça Paris, buscar no primeiro horizonte, os arranha-céus do Castelo. A superfície da folhagem é feia, de um verde económico, desenganadamente amarelado. Mas em baixo, dentro dessa crosta ensolarada, o verde se adensa, negro, donde escorre uma sombra candente, toda medalhada de raios de sol. Passam vultos, passam bondes, ónibus, mas tudo é pouco nítido, com a mesma incerteza linear dos arranha-céus no longe, ou, mais longe ainda, no último horizonte, a Serra dos Órgãos. Porquê a excessiva luminosidade ambiente dilui homens e coisas numa interpenetração, num mestiçamento que não respeita nem o mais puro ariano. Os corpos, os volumes, as consciências se dissolvem numa promiscuidade integral, desonesta. E o suor, numa lufa-lufa de lenços ingénuos, cola, funde todas as parcelas desintegradas dos seres numa única verdade causticante: CALOR!

Estou me recordando dos outros grandes momentos de calor que já vivi... Três deles se gravaram para sempre em minha vida, momentos sarapantados de infelicidade, desses que depois de vividos a gente sente certo orgulho em recordar. O mais conscienciosamente sofrido dos três, foi numa

errada de meio-dia, alto sertão da Paraíba, junto à Borborema. Íamos de auto e fazia já seguramente duas horas que não encontrávamos ninguém, na estrada incerta que tomáramos. O mundo era pedra só, do seixo ao rochedo erguido feito um menir, tudo pulverizado de cinza, sob a galharia sem folha das juremas sacrais. Sob elas, o deus-menino do Nordeste, Mestre Carlos, o «que aprendeu sem se ensinar», adormecera para sempre e se desencarnara, indo com mais amplitude fazer bem aos homens lá nos altos reinos. A hora aproximava do meio-dia, quando topámos afinal com uma casa, algum «morador» de fazenda, com certeza. Chamámos por gente, e no fim de certo tempo apareceu, palavra de honra que tivemos a noção perfeita de que o homem era Jesus. Um sertanejo belíssimo, completamente igual ao Jesus de Guido Reni, ou das verónicas que se vendem por aí. Ficámos estarrecidos. Mas Jesus foi péssimo para nós, a estrada que deveríamos tomar não era aquela não, mas a outra que fazia encruzilhada com a nossa, umas três horas de caminho atrás: era o pino do dia. Desde alta madrugada viajávamos assim, vindos do Assu, sem comer, recusando a água barrenta dos poços, pois contávamos em breve almoçar e tirar um bom naco de conversa em Catolé do Rocha, espreitando os domínios do Suassuna. E agora só iríamos alcançar a cidadinha pela boca da noite, se Deus quisesse. Ah, ninguém não ouse imaginar o calor que principiou fazendo de repente! um calor de raiva, um calor de desespero e de uma sede pavorosa que a raiva ainda esturricava mais. Esse foi o maior calor que nunca senti em vida, o calor dos danados, em que falei palavras feias, pensei crimes e me desonrei lupulentamente.

De outra espécie, dolorido mas magnificentemente vicioso, foi o calor que aguentei no centro de Marajó, lago Arari. Entre as venturas da ilha, o verde inglês dos pastos, visita a búfalos e os sublimes pousos de aves, coisa de indescritível fantasmagoria, a nossa ingenuidade de turistas culminara de bom-humor com a vista do vilejo lacustre que bóia na boca do lago. Nos transportámos para os tempos neolíticos, descobrimos a cerâmica, polimos a pedra e várias outras conversas de fácil erudição. Depois decidimos dar um passeio no lago e tomarmos assim um gostinho das inatingíveis jazidas do Pacoval, que ficavam do outro lado e estariam submersas naquela época, de cheia. Porém naqueles mundos amazónicos não tem água que não guarde traição: nem bem avançávamos uns quinhentos metros no lago, que a lancha estremeceu, mordendo fundo no areião invisível, parou. Depois de uns três esforços para nos safarmos do encalhe, o mestre percebeu que a coisa era grave e o melhor era mandar o único bote em busca de socorro. Imaginámos logo o que seria de tempo, descer num bote de remo todo o rio mole, arranjar socorro e o socorro chegar até junto

de nós... O calor já vinha afastando com severidade as brisas matinais do lago e o céu era sem nuvens. Nem foi tanto questão de calor, foi mais questão de luz. Aos poucos uma luz imensa, penetrante, foi engolindo tudo. Já mal se enxergava o vilejo lacustre, as margens tinham desaparecido. O amarelado solar foi clareando impassível, foi se tornando cada vez mais branco, incomparàvelmente branco, e o vilejo desapareceu também, imerso no algodão que escaldava. O azul do céu diluiu se na alvura de fogo que as águas espelharam sem piedade, brancas, assombrosamente brancas. A primeira consciência de sofrimento que tive foi de estupor, não tem dúvida, espaventado com aquela trágica massa de brancos luminosos em que tudo se engolfou tumultuàriamente, num estardalhaço espalhafatoso da cataclisma. Não havia mais olhar que ousasse apenas entreabrir, mas as próprias pálpebras fechadas eram incompetentes para nos livrar da fatalidade da luz. O branco penetrava pelos poros, pelos ouvidos, pela boca, nada agressivo agora, nada impetuoso, mas certo, irrevogável, irrecorrível, alcançando os ossos, alcançando o cérebro que de repente como que parava, convulsamente branco também.

Hoje, às vezes, tendo desejo de sentir de novo a sensação medonha que sofri, tenho como que uma saudade daquele branco em fogo. Mas isso deve ser vício, pureza é que não é. Si escolheram o branco para simbolizar a pureza, deve ser mesmo porquê a pureza é impossível de sustentar. Mas agora estou lembrando aqueles tapuios do vilejo lacustre, que lá viviam e ainda vivem, na convivência do assombro. Pois então mudemos a conclusão e convenhamos que até com a pureza há gentes que conseguem se acostumar.

Enfim a terceira lembrança de calor que guardo, nos transporta a Iquitos, no Peru. Mas nesta, o calor não se colore de raiva nem de luz, nem de coisíssima nenhuma, é um calor só calor, e talvez por isso mesmo degradante e de pouco interesse experimental. Nós chegámos à cidade (assim mais ou menos do tamanho de Mogi das Cruzes) com a indumentária de célebres, recebidos com aparato e o nobre presidente, de ponto em branco, no cais flutuante, para nos saudar. Fazia um calor de estufa, e depois de todo um cerimonial longo, e por aí uma centena de apresentações e consequentes apertos de mão, «muito prazer», o presidente se retirou enquanto o secretário dele me advertia em segredo que dentro duma hora seríamos esperados em palácio, para retribuição oficial da visita oficial. Teríamos que vestir pelo menos um linho mais escanhoado e o suor nascia como fonte, diluindo qualquer esperança de discrição. Me lembrei de tomar um banho frio, daquele frio relativo e sempre sujo, das águas barrentas do Amazonas. Mas quando principiou a cerimónia de enxugar

o corpo, é que se deu o acontecimento cruel: verifiquei apavorado que não havia nenhuma possibilidade de me enxugar. Nem bem enxugava de um lado, que o outro chovia em suores inesgotáveis, que calor! Foi então que sentei na cama da cabina e tive, palavra de honra, tive, aos trinta e muitos anos daquela existência seca, uma sensação degradante: vontade de chorar. Me nasceu uma vontade manhosa de chorar, de chamar por Mamãe, me esconder no seio dela e me queixar, me queixar muito, contar que não aguentava mais, que aquele calor estava insuportável, desgraçado, maldito! Enquanto ela docemente enxugaria as minhas lágrimas, murmurando: «Tenha paciência, meu filho, o calor é assim mesmo»... Se não chorei foi de vergonha dos espelhos. Porém jamais me percebi mais diminuído em mim, mais afastado das bonitas forças da dignidade.

O calor desmoraliza, desacredita o ser, lhe tira aquela integridade harmoniosa que permitiu aos suaves climas europeus suas bárbaras noções cristãs, sua moral sem subtileza, e suas forças brutamontes de criação. Que se tenha conseguido implantar, neste calor brasileiro, laivos bem visíveis da civilização europeia, me parece admirável de força e tenacidade. E talvez tolice enorme... Melhormente nos formaríamos talvez como chins ou indianos, de místico e vagarento pensar.

1939.

(Do livro: «OS FILHOS DA CANDINHA»).

M Á R I O D E A N D R A D E

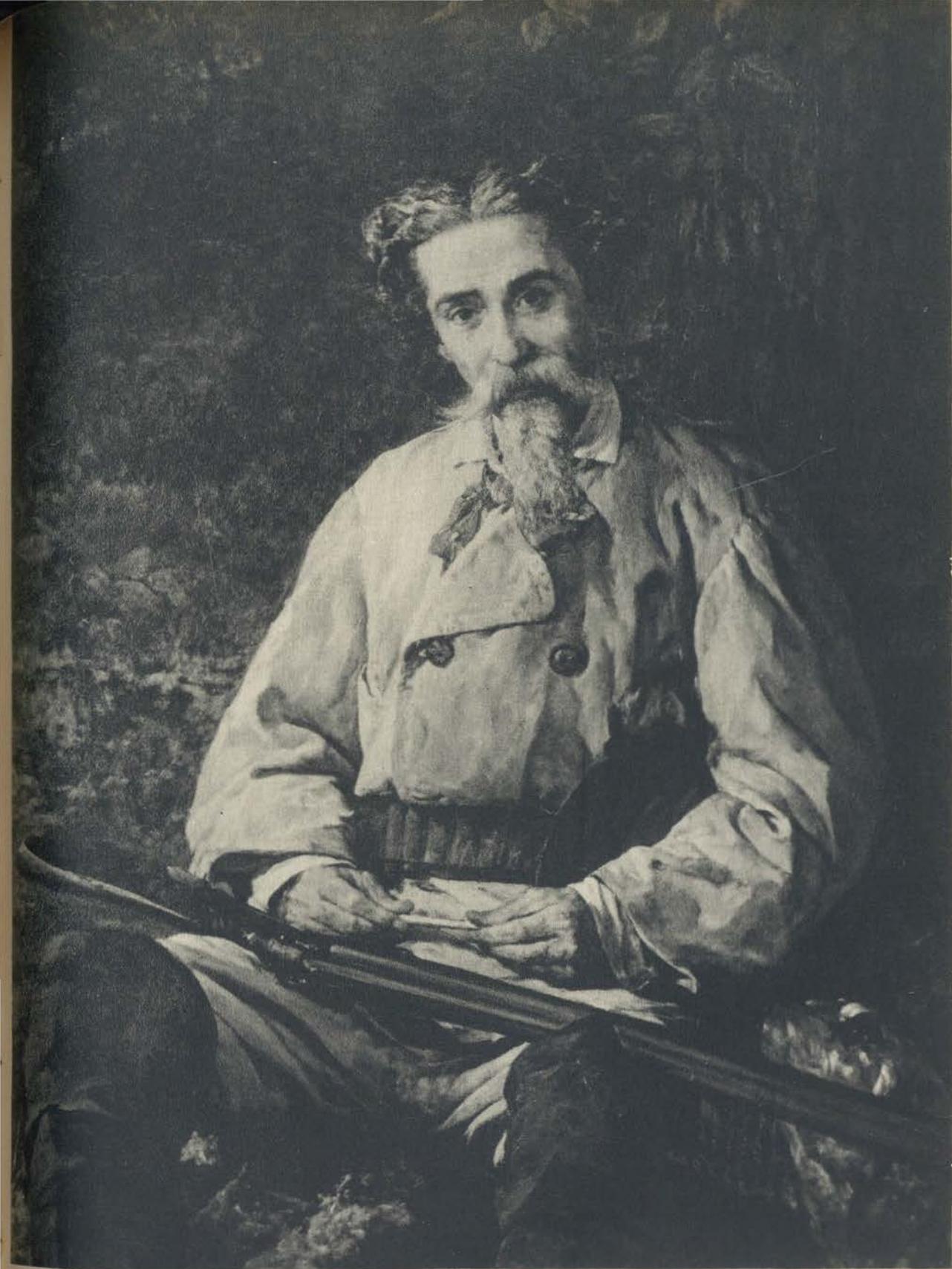
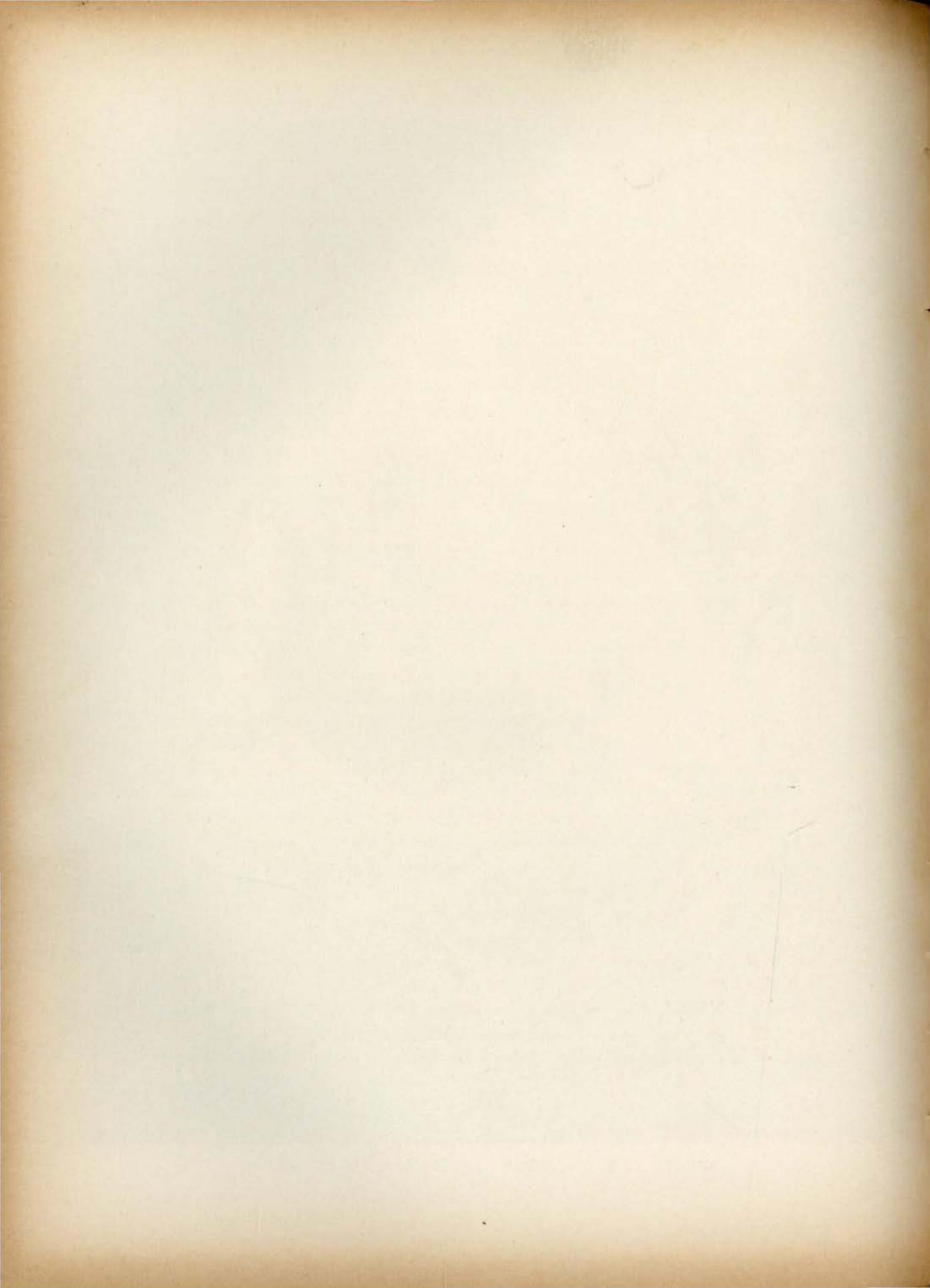
M A R U L H O

A vida corria fugindo da noite,
A vida corria rasgando horizontes.
Galera arrogante de mastros esguios
(Nas águas o trémulo manto de espuma,
Nos ares a umbela do branco velame),
Levando no bojo o tesouro de sonhos
Pilhado nos portos dos mares de assombro.

A vida mais tarde — navio-fantasma
De velas em trapos, de mastros caídos,
Gingando sem rumo, sem forças rolando,
Gemendo nas garras dos ventos dementes —
Mordia a salsugem das vagas revoltas,
Descia ao silêncio das águas profundas,
Ao mundo submerso das noites eternas.

O roto velame, os mastros partidos,
O lenho da vida sem vida descansam
No sonho improvável de um novo amanhã.

Apenas as ondas, quebrando nas fragas,
Acordam, como ecos de vagas histórias,
Memórias vazias, sem nomes nem datas,
De mudos naufrágios em mares distantes...

P. LEÃO DE MOURA

MIGUEL LUPI — *Retrato de Bulhão Pato, 1880*

CAPÍTULO DE ROMANCE

MAIS um dia feio, mais uma tarde suja iam morrer sem deixar saudades. Um resto de claridade deixava adivinhar, aqui e além, a cortina de uma janela, o fumo branco de uma chaminé. As ruas, batidas pela chuva, sem princípio nem fim, perdiam-se nas sombras do anoitecer. Um mendigo, com um bandolim e um cão, refugiara-se num portal.

Teresa levantou a ponta da cortina e limpou a vidraça embaciada. Espreitou a rua. Ninguém. Ninguém a não ser o cego. Também, ainda não era tarde. Sete horas. Ela é que tinha aquela mania de esperar sabendo perfeitamente que, antes das oito, talvez das nove... Quando não saía, as horas pareciam-lhe intermináveis naquele hotel onde tudo era doirado e brilhante mas onde nada lhe pertencia, nada lhe despertava a mínima recordação. Também, que desleixo o seu... deixar passar os dias, as semanas, quase três meses sem encontrar a casa que lhes convinha e que só a ela competia descobrir — pequena, com um retalho de jardim e, tanto quanto possível, longe do centro, da barulheira infernal dos automóveis.

A casa era a sua grande preocupação. Ao princípio, perdera muitos dias a procurá-la. Correra, primeiro, as largas avenidas arborizadas e cheias de sol; procurara, depois, nas ruas mais isoladas, nessas que têm ervas nos passeios e casinhas escondidas em jardins minúsculos; percorrera, em seguida, os bairros excêntricos onde a cidade desagua nos campos e onde os quintais, às vezes, são frescos hortejos com flores, verduras e poço para regas. Gostar, gostar, não gostara de nenhuma. Queria uma casa modesta, por economia e para evitar a prisão das criadas, mas, quando realmente se via numa casa pequena, sem pé direito — ela que se criara no velho casarão de corredores sem fim — faltava-lhe o ar, tinha a angustiosa sensação de estar presa. Por fim, chegara mesmo a pensar em viver fora de Lisboa, na linha de Cascais, por exemplo. Mas assustavam-na as noites em que fatalmente teria de ficar só, e, além disso, tornar-se-ia então necessária a compra de um automóvel. Ora ela sabia, embora Luís não lhe tivesse nunca falado a sério da vida, que as suas possibilidades materiais não lhes permitiam luxos nem sequer grandes comodidades. Quando, depois de muitas hesitações, se resolvera a abordar o assunto, a interrogá-lo sobre as pequenas mas indispensáveis coisas do dia-a-dia, ele encolhera os ombros e respondera-lhe com ar enfastiado: «Minha querida Teresa, já te disse o estado lamentável das minhas fi-

nanças. De vez em quando, acabo um livro e o editor paga-me mal; quando as dificuldades apertam, trabalho para um jornal que me paga pior. Em duas palavras isto resume bastante bem a situação». «Mas — perguntara ela — como te foi possível viver assim tantos anos?». Ao que ele respondera simplesmente: — «Vivendo...». Depois, tentara várias vezes obrigá-lo a uma conversa séria que lhes permitisse estabelecer um plano, um programa de vida, mas ele esquivara-se, umas vezes com um sorriso, outras com um encolher de ombros impaciente: — «Resolve tu. Nada disso me interessa».

Ao chegar a Lisboa, depois do casamento à pressa, quase à sucapa na capela da quinta, levara-a para aquele hotel, dera-lhe dinheiro — cinco contos em notas velhas, apertadas com um elástico — e dissera-lhe: — «Agora, enquanto puderes, não me fales em dinheiro, nem em visitas, nem em passeios ao domingo, as três coisas que mais odeio na vida».

Ela rira, feliz, guardara as notas e procurara viver o seu romance sem ligar demasiada importância às palavras do marido. Mas, depois, estranhara a indiferença com que ele ouvia as suas queixas: — «Não encontro, não há meio de encontrar uma casa que nos sirva... Ésta que vi hoje não é cara, o sítio não me desagrada, mas é tão velha, tem um ar tão triste!» Luís folheava uma revista. Ela protestara; — «Luís, uma casa é uma coisa séria!» E ele, sem levantar os olhos da revista: — «Por isso vivi sempre em hotéis... detesto coisas sérias!»

Ela calara-se, com as primeiras lágrimas nos olhos. Luís pegara-lhe nas mãos e procurara consolá-la: — «Não te aflijas, qualquer dia encontras... Também a mim me apetece brincar às casas...»

Depois disto, procurara sempre resolver sòzinha as pequenas dificuldades de que ele nem sequer suspeitava. Conhecia mal Lisboa, tão mal que, nas primeiras semanas, se perdia invariàvelmente cada vez que se afastava da Baixa, das proximidades do hotel. Precisara de uma costureira e tivera de a procurar, sem ajuda, informando-se nas lojas. Tivera, depois, de ir ao dentista e afrontara sòzinha a broca e as pontas de fogo. Quanto à casa, tudo continuava na mesma, ela a procurar, percorrendo a cidade de ponta a ponta, ele a sorrir, dando-lhe carta branca: — «O que quiseres, contanto que vás tu falar com o senhorio... detesto senhorios!» Dias antes, não pudera evitar num momento de impaciência: — «Que é que tu não detestas?» E ele, imperturbável: — «Meia dúzia de livros, bom café e a 9.ª Sinfonia».

Eram sete e meia e continuava a chover. Teresa, com um suspiro, pegou no bordado com que às vezes iludia a sua impaciência e deu uns pontos. Mas, não gostara nunca de bordar, quanto mais agora, com

aquela fome de vida que Luís despertara e ainda não saciara! Que teria ele que fazer lá fora, todos os dias, até tão tarde? «Os amigos, o café, o jornal, a vagabundagem pelas ruas...». Teresa largou o bordado e pegou num livro: «A Comédia Humana». Mas como poderia ler se continuava atenta aos ruídos da rua, aos passos que faziam ranger o chão do corredor, ao elevador que de vez em quando parava no seu andar? — «Isto é insuportável... — pensou — preciso de me instalar, de arranjar ocupações, de organizar a minha vida». Sabia que Luís não era homem para suportar prisões mas detestava aquela vida estéril, sem finalidade, e a ela competia modificá-la, dar-lhe rumo e destino. «Amanhã — pensou — alugo a primeira casa que me aparecer». Levantou-se, fez um esforço para sacudir o torpor daquelas longas horas de espera, dobrou os jornais, pôs água fresca nas jarras, e penteou-se, refez a *maquillage*. Perto das oito, o telefone tocou. Teresa precipitou-se. Era Luís a desculpar-se: estivera no jornal, encontrara uns amigos, fora tomar um café. Se quisesse, que fosse ter com eles... jantariam em qualquer sítio e iriam depois ouvir uma fadista estupenda, uma rapariga que o Rui descobrira e que começava a dar brado.

Teresa franziu a testa. Detestava aquele Rui vicioso até à medula, jogador, bêbado e explorador. «Mas, Luís, podíamos jantar aqui... sòzinhos, sim... Sabes que detesto noitadas... Tudo isso custa dinheiro... Não te zangues... está uma noite horrível... Bem, até já, vou pôr o impermeável...» Desligou e levantou a cortina. Chovia, continuava a chover. Lá tinha de ir sòzinha à procura do marido. Sabia o que a esperava, o café cheio de fumo, as eternas discussões estéreis, a toalha enxovalhada, a cantadeira, o fado, as bebidas, o regresso altas horas e, finalmente, os braços de Luís, quando o cansaço e o tédio já não lhe permitiam o prazer, o abandono total. Contudo era aquele momento, sabia-o bem, que lhe dava forças para afrontar o frio, o café duvidoso, a longa noite inútil. Agarrada ao guarda-chuva, empurrada pelo vento, teve de repente a nostalgia da sua cama provinciana de colchão de penas, do chá e das torradas, da braseira e da Mãe. A Mãe... que diria se a visse ali sòzinha, à chuva, a caminho de um «antro», de uma «espelunca» — diria — «e com razão» — pensou Teresa. Fèz um esforço e afastou a ideia importuna. Uma garota, com a cara encardida, pediu-lhe esmola. A roda de um *taxi* salpicou-a de lama.

Os amigos de Luís receberam-na com uma algazarra desproporcionada, com exclamações a que se misturavam uns vagos remoques. Sabiam que detestava aquilo tudo, que só por causa do marido condes-

cendia em acompanhá-los, e atribuíam a um excesso de orgulho o que era só antipatia natural por aquela espécie de vida. Estava o grupo todo. Discutiam. Rui gesticulava. Pilar e Beatriz estavam afogueadas, com os olhos brilhantes. Rui interpelou-a:

— E você? Que pensa do amor livre?

Teresa olhou-o interdita e corou até à raiz dos cabelos. Os outros desataram a rir. Pilar deu uma gargalhada estridente:

— A que porta foste bater!

Teresa, furiosa, sentia uma dupla confusão; repulsa por aquela espécie de conversas, vergonha por não ter podido esconder a sua reprovação. «Burguesinha e provinciana» — diriam.

Luís acudiu em seu auxílio:

— Responde! Não costumas ter papas na língua!

Teresa fez um esfôrço para se dominar:

— Penso que, se é verdadeiramente amor, não deixa de ser prisão.

Luís olhou-a com orgulho. Inteligente, bonita, sensível... Qual deles poderia ter respondido melhor?

Rui voltou à carga:

— E se não é... se é só desejo, atracção, instinto?

— Nesse caso não me interessa. Não costumo perder tempo a resolver os problemas alheios.

Beatriz, irritada, interveio:

— Alheios, porquê? Julgas-te invulnerável, intangível, de um barro superior?

Chico Amaro tentou deitar água na fervura:

— Não foi isso que ela quis dizer...

Rui insistiu com uma ironia maldosa:

— Julga que a sua condição de menina rica a defende, que os preconceitos, os princípios, os atavismos podem lutar vitoriosamente com a carne, o instinto, o sangue a correr nas veias?

Teresa encolheu os ombros:

— Não vale a pena responder-lhe.

— Porquê? Acha-me assim tão estúpido?

— Não, mas teria de empregar um vocabulário que lhe deve ser completamente desconhecido.

— Por exemplo?

— Teria de falar-lhe de dignidade, de respeito próprio, de educação, de Deus...

— Deus! O argumento supremo! A eterna muleta!

Teresa sentiu uma onda de cólera subir-lhe dos pés à cabeça:

— Falemos então uma linguagem mais acessível. Admitamos que é apenas repugnância e medo.

— Medo de quê? Do inferno, das penas eternas?

Teresa passeou os olhos pela sala fumarenta, pelas mesas cheias de copos vazios, pelas caras pálidas das mulheres pintadas, pelas mãos trémulas dos que bebiam:

— Medo de tudo isto...

Lúcia perguntou-lhe, desviando os olhos:

— Acha então que não pode haver amor verdadeiro à margem da Igreja, da família, das convenções?

Teresa sabia a história de Lúcia e respondeu com doçura:

— Sei que há... mas são quase sempre histórias tristes que acabam mal.

Teresa sentiu de repente todo o absurdo da situação. Sempre fora considerada uma revoltada, quase uma emancipada, e agora, que se libertara da camisa de forças da província, das cadeias do hábito, da tutela da mãe, que força a obrigara a dizer aquelas palavras — as mesmas que a Mãe, a Avó, todas as mulheres da família teriam dito em circunstâncias idênticas? Quem falara por ela? De que abismo de experiência, de que profundidades vinham as suas palavras?

Alguém bateu as palmas e pediu a conta.

— São horas de ir andando, a pequena ficou de lá estar às onze... Ai, meninos, aquilo é que é um corpo, uma voz, um palminho de cara! E tem raça, aquele diabo, tem raça a valer!

Pagaram e levantaram-se, arrastando os pés, arrastando as cadeiras. Teresa olhou para Luís com uns olhos suplicantes que o fizeram rir:

— Vais com uma corda ao pescoço!

— Está tanto frio, chove tanto!

Saíram. Estava uma noite viscosa — morrinhenta e enlameada. Não se via um palmo adiante do nariz. Um candeeiro de petróleo projectava no chão uma luz pálida e indecisa. Luís deu o braço a Teresa e falou-lhe ao ouvido:

— Abaixa-te... não digas nada... finge que estás a abotoar o sapato.

Teresa parou e os outros passaram-lhes à frente, batendo os pés e esfregando as mãos.

— Que noite! A chuva parece visco!

Luís, aproveitando a escuridão, empurrou Teresa para a primeira travessa.

— Gostava de ver a cara deles quando derem pela nossa falta!

Teresa nem queria acreditar:

— A sério?! Não vamos também!!

— Vamos mas é para a cama. Não gosto desses olhos tristes.

— Oh, Luís, que bom!

Seria possível?! Uma noite só para ela, uma noite inteira para falar, pensar, amar e dormir?

Não, não se enganara. Aquele era o seu amor, o amor que livremente escolhera. Deviam ser horríveis esses enganos irremediáveis que estragam uma vida? Mas ela não se enganara. Uma onda de calor percorreu-a dos pés à cabeça. Tão bom, viver! Pensou no quarto que os esperava, na cama larga e macia... «Ainda bem que mudei as flores...». E deu por bem empregado o tédio que a levara a sair e a comprar violetas, a escovar longamente o cabelo, a tirar das malas a roupa de seda. Como estava escuro e a rua deserta, parou para dar-lhe um beijo. «Como uma costureirinha...» — pensou. Mas que lhe importava? Os braços de Luís eram doces, a sua ternura a melhor coisa do mundo.

— Luís... — murmurou.

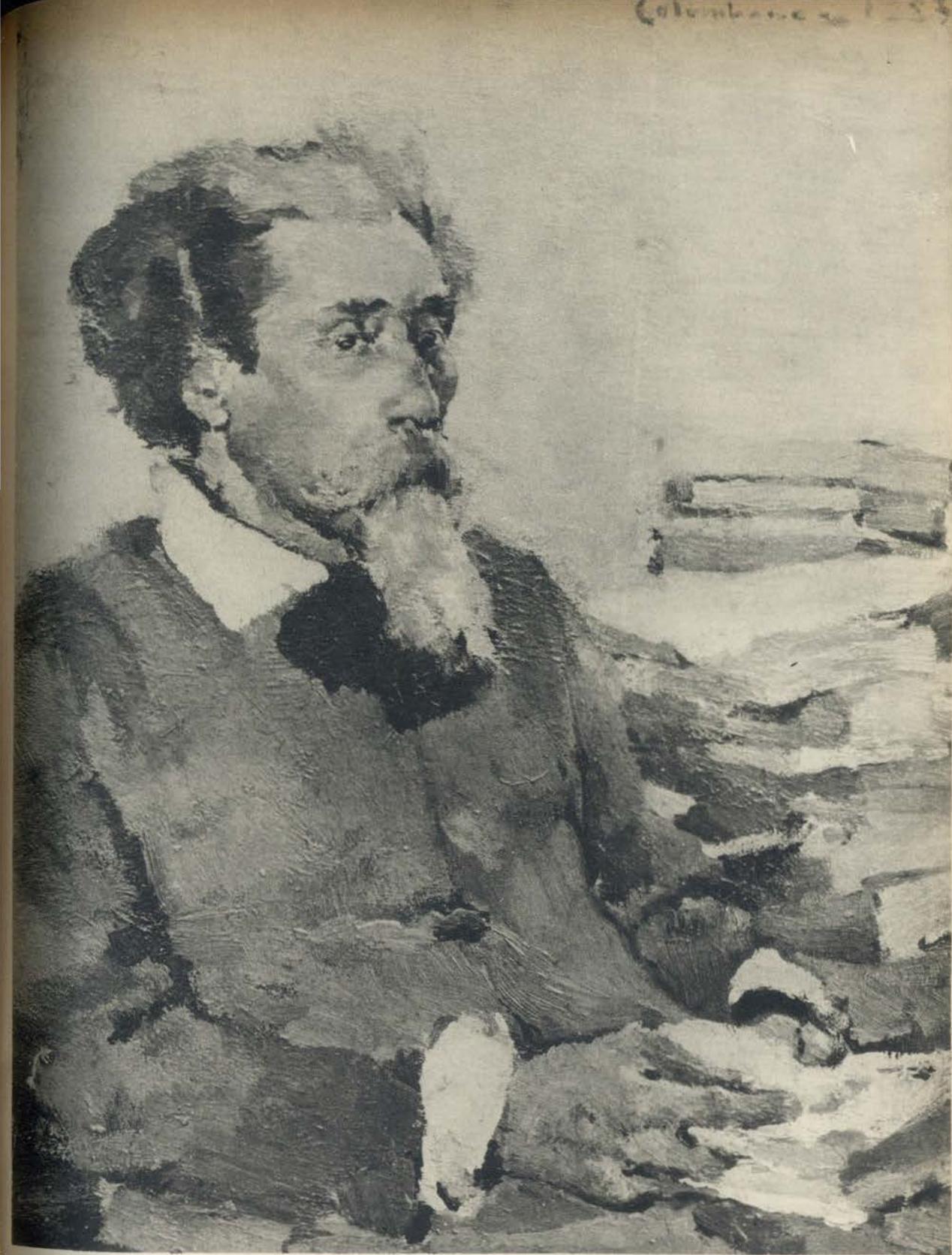
Luís passou-lhe o braço pelos ombros:

— Vamos depressa, estás toda molhada.

Continuava a chover, a noite estava escura, sem lua nem estrelas. Mas que luz era aquela que surgira das sombras?

Teresa fechou os olhos. «Amanhã — pensou — teremos enfim uma casa, a nossa casa».

Eram onze horas. Garotos apregoavam jornais. Uma velha pediu-lhes esmola. Um pássaro cantava no coração de Teresa.

FERNANDA DE CASTRO

COLUMBANO — *Retrato de Bulhão Pato, 1883*

CARTA DO MINHO

O Portugal que eu conhecia era o Portugal das cidades, o Portugal que pôde apreciar um turista que passava a vida por hotéis e pensões.

O que desta vez vim conhecer foi muito outro: o Portugal das pequenas povoações, das aldeias, tão diferente.

Havendo minha viagem coincidido com a de um amigo que há dezassete anos não visitava a família, recebi dele um convite para passar uns dias na aldeia em que ele nascera e aceitei jubiloso.

Nosso primeiro trato foi encontrar-me eu com ele na aldeia, mas, embora houvesse ele partido antes de mim, o sinistro do *Duque de Caxias* fez com que viajássemos juntos e esta circunstância me forneceu ocasião de presenciar uma cena realmente tocante: a da chegada de um «brasileiro».

Depois de rápida parada em Lisboa, a indispensável para a regularização de papéis e de negócios, seguimos em um só dia para o nosso destino, a freguesia de Correlhã, no concelho de Ponte do Lima.

O fim da jornada foi com chuva e com a escuridão da noite.

Não obstante, parte da família foi esperar-nos na estrada.

A alegria de todos foi tão efusiva que só depois das primeiras expansões deram conta da pessoa do visitante.

Tomámos em seguida por um caminho pedregoso.

Para quem vem cansado do asfalto e da luz eléctrica das cidades, um caminho nestas condições, mesmo em noite chuvosa, tem seu atractivo.

Afinal chegámos à casa.

Contar a emoção dos dois velhinhos que há tantos anos não viam o filho, excede o meu poder de narração.

Poucas vezes tenho presenciado cena que tanto me comovesse.

Passados os primeiros momentos, começo a dar conta do que se me oferece à vista.

Primeiro que tudo, a sala.

O tecto apresenta um trabalho de estuque digno de figurar na sala de um opulento morgado.

O velho, no seu tempo de trabalho, exerceu a arte de estucador e teve o bom-gosto de fazer na própria casa uma obra daquela natureza.

Pelas paredes, os mais variados quadros: a clássica oleografia do Bom Jesus de Braga, que desde pequeno conheço em casas portuguesas do Brasil, santos, retratos de filhos que estão no Brasil, um quadro com Afonso XIII e a rainha Eugénia, retrato de D. Manuel II (nascido em 15 de Novembro de 1889) ao lado do quadro em que H. Bernardelli representou o marechal Deodoro da Fonseca na ocasião de proclamar a República (em 15 de Novembro de 1889).

Servem-nos um vinho em copos que vem numa bandeja que logo reconheço como vinda do Brasil, do que me veio confirmação ao ver o desenho do Pão de Açúcar com o seu caminho aéreo.

Aqui está, sem espalhafatos, o tão falado intercâmbio luso-brasileiro. Brasil e Portugal, um ao lado do outro, sem iniciativas oficiais, sem subvenções, nem bolsas, nem nada mais.

Fizemos ligeira refeição e só muito tarde, após contar-se tudo o que se tinha para contar, de um lado e de outro, admitiu-se a necessidade do repouso.

A chuva continuava inclemente.

Na manhã seguinte, que por sinal era de um domingo, ao abrir a janela do meu quarto uma surpresa me esperava.

Resplandecia um claro sol, o amigo dos heróis, na frase do poeta, um sol como aquele de situação idêntica na *Morgadinha dos Canaviais*.

Eu ia recordar o Júlio Dinis, certas páginas do Eça, certas de Camilo.

Abaixo da janela um telhado, daquelas telhas que os brasileiros chamam portuguesas, as que os lusos para lá levaram, diferentes das francesas, tipo marselha.

Latadas e mais latadas, um mar de videiras espalhava-se a perder de vista. Em seguida o verde-cinzento suave das oliveiras e de outras árvores de fruta e além, muito além, pinheiros e mais pinheiros.

Sendo domingo, tornava-se obrigatório, para não chocar os sentimentos cristãos da família e da freguesia, ir à missa.

No trajecto da casa para a igreja se ofereceu a primeira oportunidade de conhecer a aldeia.

Impressionou-me a abundância da pedra. Casas de pedra, muros de pedra, monumentos de pedra. Pedra por todo lado.

Os muros eu reconheci mais tarde na Citânia de Briteiros.

Desde o tempo dos iberos aquelas populações constroem muros desta natureza.

Os caminhos formavam um labirinto que eu mais tarde acabei conhecendo tão bem que mesmo em noites escuras por eles passava sem me perder.

Latadas pelos caminhos, cachos e mais cachos de uva preta, pendentes por toda a parte.

Não estivéssemos no país do vinho!

Chegamos à pequena igreja. Senhoras na parte anterior da nave, homens na parte junto ao altar. Todas as mulheres, de qualquer idade, com a cabeça coberta.

No meio da missa o abade interrompe o acto, para ler as notícias de missas durante a semana, proclamas de casamentos, para dar conhecimento de factos do interesse do povoado.

Confesso que o vestuário feminino me decepcionou.

Eu contava ver as moças com seus garridos trajes regionais, que eu tanto conheço do teatro e do carnaval e na hora as vi com trajes que embora não fossem de cidade, não eram todavia os que eu esperava.

Aventais engraçadinhos, chinelinhas, cordões de ouro (de ouro em profusão em algumas), mas nada dos vistosos trajes.

Explicaram-me depois: os célebres trajes aparecem nas grandes romarias e assim mesmo nem todas os trazem.

Derruiu-se uma das minhas ilusões!

Na volta da igreja examinei detidamente a estrada.

Leito primorosamente asfaltado, sinalização conveniente, valetas empedradas, quilometragem rigorosamente indicada havendo pequenos marcos para os hectómetros, marcos grandes pretos em baixo e brancos em cima, nos lugares perigosos, roseiras ao longo da estrada, letreiros.

Iguais a esta vi muitas em todo Portugal.

Que progresso não terá o país no dia em que todas as suas estradas forem iguais a esta, que vai de Viana a Ponte do Lima!

Depois da aldeia, o vale onde ela está.

Por ele corre o Lima, o Lima tão celebrado por Diogo Bernardes.

Sempre julguei exagerados os elogios do poeta. Só hoje os reconheço justos.

De um lado e de outro montanhas; entre elas a de Santa Justa, onde se descobriu o decantado volfrâmio.

O rio deslisa serenamente com claras e piscosas águas, *rio saudoso, todo cristal*, no verso do grande António Feijó. Na Correlhã apresenta extensas e férteis veigas, aproveitadas para excelentes plantações. Areais aqui e ali, barcos que sobem e descem, lavadeiras numa e noutra margem.

E a vida passou a correr serena para mim, numa paz bucólica que há muito não conhecia.

De oito dias que tencionava ficar passei a quinze, de quinze a vinte, de vinte a vinte e cinco e custou-me muito arrancar-me de um sítio tão delicioso.

Nas noites não havia luz eléctrica que me ferisse os olhos. Da eira contemplava a Grande Ursa, a Cassiopeia, o caminho de S. Tiago.

Não ouvia o tilintar de campainhas telefónicas nem as músicas dos rádios. Só o telégrafo e o correio me puseram às vezes em comunicação com o mundo.

Dia a dia estudava a localidade sob todos os aspectos.

Primeiro a linguagem. Só não trocavam o *v* pelo *b* e vice-versa duas pessoas: eu e o *brasileiro*. Arcaísmos como a forma *imos* faziam parte da fala de todos. Termos, literários ou antiquados no Brasil, tais como *agro, eido, leira, leiva, anho* e outros ouviam-se a cada passo. Hoje, posso dizer que conheço o dialecto interamnense.

Muito aprendi da fauna e da flora da região.

Vi a pega, de que eu apenas possuía uma imagem numa pega de louça, lembrança de Sintra, com a divisa *Por bem*. O melro, *eu conhecia-o* na poesia de Junqueiro; fiquei conhecendo *de visu* e *de auditu*. O pisco, com seu *pis, pis*, lembrou-me a edição dos *Lusíadas* com a famosa nota sobre a piscosa Sesimbra.

Fiquei conhecendo o castanheiro, a nogueira, a cerejeira, o freixo, o sobreiro que, descascado, me pareceu uma árvore enferrujada.

Plantas como o tojo, o codesso, a carrasca, a amora da silva, a giesta.

A aldeia possui uma velhíssima capela, a de S.^to^ Adão, monumento nacional; uma preciosa capela barroca, a da Sr.ª da Boa Morte; antigos crucifixos de pedra, casas particulares, verdadeiros solares senhoriais, como a casa do morgado do outeiro, a Quinta do Bom-Gosto.

A propósito. Notei que as casas das grandes quintas apresentavam, ao lado da ala central, dois torreões. Vi no edifício da Quinta da Boa Vista, o antigo palácio imperial de S. Cristóvão, uma continuação desta disposição arquitectónica.

Num lugar alto existiu um crasto romano. Num lugar chamado Vilarinho ainda hoje se desencavam tejolos romanos. Num lugar chamado Anta nenhum vestígio encontrei de dólmen céltico.

Achei muito interessante e carinhosa a substituição dos tratamentos de *tio* e *tia* pelos de *padrinho* e *madrinha*.

Só agora compreendi bem a poesia de Guerra Junqueiro, intitulada *A Moleirinha*. A filha do moleiro vai de casa em casa, montada num jerico, buscar o milho para levar o moinho e levar a farinha.

Margarida ir à fonte, embora seja poético, nada tem de encantador para as moçoilas que vão prover de água as casas.

O Dr. Semana abandonou o guarda-sol vermelho. Guia um automóvel e tem o ar de quem lê revistas técnicas.

A propriedade se acha extremamente dividida. Antes isso do que o latifúndio. Essa grande divisão prejudica um pouco os trabalhos agrícolas, mas o lavrador sabe distribuir o trabalho de modo que se atenuem os inconvenientes daí resultantes.

Presenciei todos os trabalhos agrícolas e cheguei mesmo a tomar parte em alguns deles.

Verifiquei, porém, que desfolhadas, espadelados, vindimas e pisados não são, como se diz no Brasil, acompanhados sempre de regabofes.

Cada um desfolhava o seu milho, espadelava o seu linho, vindimava e pisava sua uva, silenciosamente, individualmente, calmamente.

Por sinal desfolhei eu cometendo um erro de técnica: arrancava do colmo a espiga e depois tirava o folhaco. Assim fiz, sem reparar no trabalho dos outros, até que alguém chamou a atenção para o caso e foi então uma risada geral.

Não quero dizer que não haja desfolhadas alegres, como aquela das *Pupilas do Sr. Reitor,* que não haja espadeladas ruidosas, com descantes, com mascarados.

Mas a realidade é que uma ou outra vez, geralmente em casa de lavradores abastados, há tais folganças.

Só uma vez vi uma pisada, com fartas comedorias, com sanfoneiros contratados, com muitas bebidas, promovida por um *brasileiro* digno da pena de Camilo. Senti entretanto um quê de artificial em tudo; um quê de festa para turista.

Um dos passeios predilectos de quem vive em uma aldeia é o que se faz à vila, Ponte do Lima no meu caso.

Três quilómetros e pouco de distância que eu vencia galhardamente em menos de uma hora.

Das alturas do Campo Raso começa-se a ver ao longe a ponte sobre o Lima, a qual deu o nome à vila.

Velha ponte de pedra, com muitos arcos, rija, desafiando os séculos.

A vila se orgulha dos homens notáveis que viu nascer. Frei Francisco de S. Luís, o cardeal Saraiva, António Feijó, o poeta da *Pálida e loira, muito loira e fria,* a quem ergueu singelo mas significativo monumento.

Possui edifícios notáveis: a velha torre da cadeia, a matriz, o pelourinho, o palácio do marquês de Ponte do Lima, todos com aquela patina que o tempo sabe dar.

Conta com um jornal, cujo nome é o do ilustre prelado.

Logo de entrada uma soberba e sombreada alameda de plátanos, à beira do Lima, nos enche de admiração.

Vem depois a Praça Camões com um belo chafariz de pedra.

Minha sensibilidade carioca sentiu-se satisfeita ao dar com um estabelecimento comercial que me lembrou o meu Rio de Janeiro e, mais do que isso, um bairro vizinho ao meu: a Pastelaria Tijuca.

Entrei. Um dos donos da casa ostentava na lapela discreto escudete do Clube Vasco da Gama; nas prateleiras, mercadorias brasileiras, goiabada e etc.. Senti-me em casa.

Um pouco afastado da vila fica um encantador lugar de repouso e recreio: a estância da Madalena. No alto de um morro. Vai-se até lá por uma boa estrada que galga em espiral o morro. No alto, a casa, destinada, creio, para um hotel. Ao redor da casa lindos jardins, um lago artificial com uma estátua de Neptuno, árvores e mais árvores, plantadas com adequada escolha e bom-gosto, tudo isso resultado do esforço do Sr. Adelino Sampaio, que muitos contratempos sofreu no grandioso empreendimento a que se propôs.

Do alto, o panorama sobre o vale é dos mais deslumbrantes: o rio com as voltas que dá, as montanhas, algumas das quais com seus templos, como Santo Ovídio, Santa Justa e outros, as quintas de Bertiandos, de Calheiros, etc., etc..

Minha curiosidade não se limitou à aldeia e à vila; estendeu-se por todo o vale.

Visitei muitas povoações, desde Viana do Castelo até Arcos do Valdevez.

Por toda parte encontrava recordações do Brasil, nas músicas brasileiras, ouvidas no rádio, cantadas por pessoas do povo (uma noite, passando pela estrada, ouvi um sapateiro durante o trabalho cantar um trecho do *Guarani*), nas casas comerciais (salão carioca, casa brasileira, com balcão pintado de verde e amarelo), nas conversações com quem havia estado no Brasil.

Coube-me a sorte de assistir às feiras novas, a festa principal da vila: ornamentações, iluminações, barraquinhas, cortejos com cabeçudos e gigantões, e sobretudo fogos de artifício, verdadeiramente deslumbrantes.

Deixei para o fim as danças regionais, com as moças vestidas à vianesa.

Desta vez não me achava diante de sofisticações como as das revistas teatrais e do carnaval.

Com aqueles trajes de um encarnado berrante, cantavam e dançavam o Vira e outras danças regionais.

Que pena faltar a iluminação à moda do Minho, com as tijelinhas coloridas que eu estou habituado a ver no Rio durante as festas joaninas!

Contra este egoísmo dos turistas, que desejam o atraso dos lugares que visitam, protestou um colega de Coimbra, alegando que até que enfim a fada electricidade acabou com a tal iluminação.

Os minhotos dizem com orgulho que sua pitoresca província é a mais linda de Portugal.

Portugueses de outras províncias às vezes confirmam este asserto.

O verdadeiro turista foge às comparações. De todos os lugares por onde ele viaja sabe sempre tirar a beleza.

Vejo-me obrigado a concordar com os que proclamam as excelências do Minho: Ele é realmente muito belo!

Setembro de 46.

ANTENOR NASCENTES

Poemas Caboverdianos

PESCADORES DE SANTO ANTÃO

A MANUEL VELOSA

Lançaram o bote ao mar
Antoninho mais os outros.

O tempo está tão bom,
— «o mar ondula como um adágio sob as arcadas da brisa» —
e o bote vai indo docemente
deixando a terra quente
abandonando o recôncavo familiar
fugindo da praia de areia branca
— e à medida que vão entrando no grande mar
(um mar muito azul com sombras vagabundas
de nuvens que pairam, aos farrapos,
num céu mais azul ainda),
à medida que puxam os remos, calados,
os coqueiros da praia vão ficando mais longe,
a ressaca vai emudecendo,
a paisagem vai-se transformando,
abrindo-se toda num leque de novas fisionomias
e vão surgindo, atrás dos cabeços do recôncavo
outras rochas do interior
cada vez mais altas, mais altas e mais belas.
(Vão surgindo, como mães inquietas espreitando
seus filhos que se afastam da terra).

Hoje o mar está manso...
(As vagas passam docemente, de mão em mão
em gestos combinados,
— ritmos duma música perdida que vem do mar alto).

O engodo cai a prumo
e fica flutuando a meio fundo,
até que as albacoras apareçam
famintas, tontas, embriagadas,
na sua poeira de sangue...

...As albacoras não vêm hoje
mau grado o tempo estar tão bom
e o mar estar tão manso...
E o engodo vai-se dispersando
como poeira vermelha batida de aragem.
Antoninho bebe grogue.
Canta baixinho uma cantiga de trapiche.
O bote balança no meio do mar.
Gordas manadas de nuvens
escondem as montanhas do interior.
Antoninho pensa
no tempo das chuvas que já chegou;
olha as nuvens lá de riba
lambendo os cabeços,
vindo do norte lentamente, lentamente,
como tomando posição.
Em certos dias
as albacoras comem, à flor da água;
vêm junto do bote

como animais mansos de casa.
Antoninho sente gana
de cruzar aquele vapor que passa ali, nesse momento,
branco e lento, no azul vivo da manhã,
— Seguir, mar em fora, nesse vapor;
falar estrangeiro com os tripulantes;
fumar canhoto de tabaco inglês;
ir à cozinha de vez em quando,
como fazia de antes,
no seu tempo de marinheiro...
e sente saudades dos portos que não chegou a conhecer.

Mas dizem
que nos cabeços das bandas de lá,
a chuva começou rondando.
(Antoninho mais os outros
vêm catar dinheiro ao mar
p'ra meter milho na terra).
Todo o dia
o bote balançou a barriga do mar.
Passaram vários vapores com destinos desconhecidos,
envolvidos de fumo, acenando.
Aves brancas sobrevoaram o bote todo o dia.
As albacoras não apareceram.
A chuva começou rondando as bandas de lá...

T E R R A

A RIBEIRO COUTO

Endireitou o busto suado.
O sol traçou a sua sombra esguia
na terra remexida.

Pensou no mar enorme,
nas velas perdidas sobre a vasta monotonia
do mar enorme,
nos temporais e nos naufrágios,
nas vidas perdidas dos marinheiros,
nas lutas inúteis,
na escuridão sem fé do homem nos portos estrangeiros.

Limpou da fronte o suor,
no gesto simbólico de quem faz o sinal da cruz.
— O suor que cai na terra maternal,
leva o milagre fecundante do amor —.

Olhou ao redor,
viu as montanhas altas e tranquilas,
o céu azul,
— sobre o vale pairava um vasto silêncio.
E sentiu-se protegido e abençoado,
seguro e livre na sua doce escravidão antiga.

— O sol desenhou uma sombra de dorso nu, curvado,
e uma enxada cavando, cavando na mãe-terra amiga...

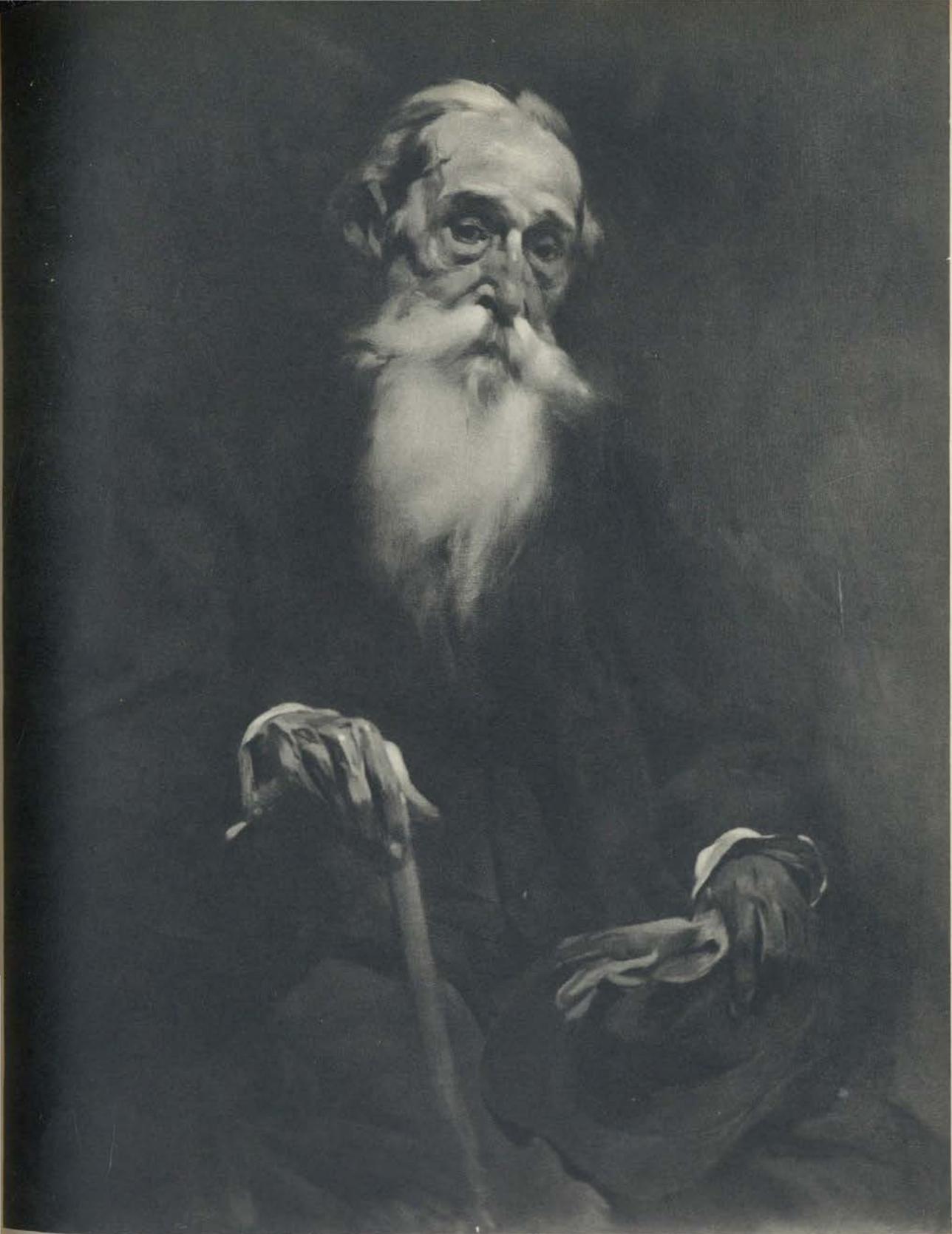
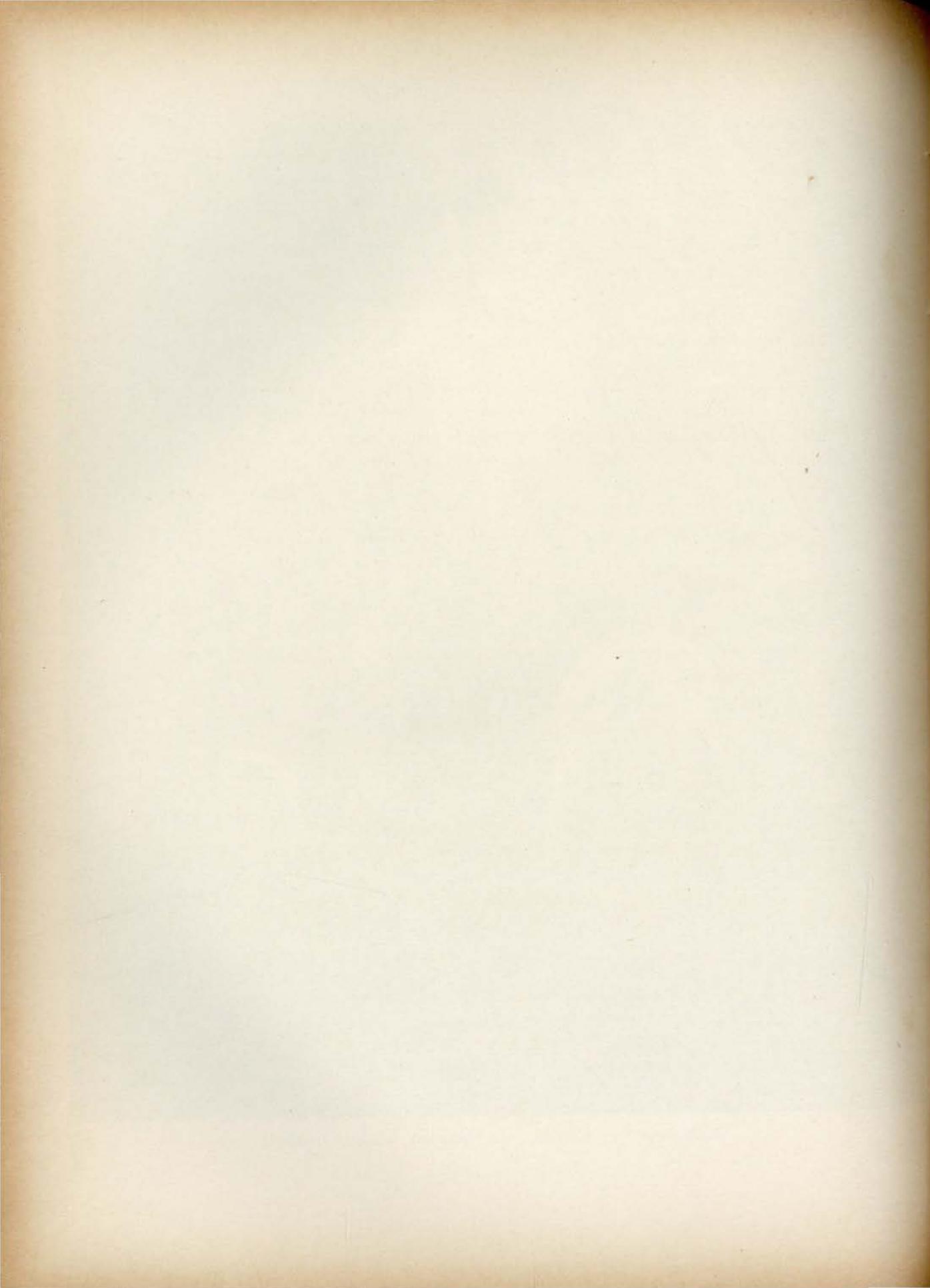
M A N U E L L O P E S

ALGUNS POETAS NUM MUSEU DE LISBOA

NA galeria iconográfica do Museu Nacional de Arte Contemporânea, o Visconde de Meneses, Miguel Lúpi e Columbano são os pintores que maior documentação legaram para seu enriquecimento. Depois de Domingos Sequeira, portentoso retratista português, os seus continuadores no século XIX encheram essa série iconográfica com maravilhosas obras, muito particularmente arquivando as imagens de gente ilustrada e, em especial, de poetas. Além daqueles, outros grandes retratistas houvemos, distinguindo-se entre tantos, José Rodrigues, Ferreira Chaves, Veloso Salgado e António Carneiro. Mas por hoje apenas desejamos apresentar daqueles três primeiros pintores, algumas provas do excepcional génio de retratistas na Arte Portuguesa, fundado nacionalmente por Nuno Gonçalves, o retratista da Raça, o maior de tantos quantos, por excelência de privilégio.

Escolhemos, por conseguinte, alguns retratos de poetas portugueses, interpretados diferentemente, mesmo em repetição dalguns deles. Seja o primeiro o de *António Feliciano de Castilho,* pintado por Miguel Lúpi, em 1873. É obra comovente de verdade e de significação esse *émouvant portrait d'un aveugle,* segundo um crítico francês, que o admirou em Paris. Será, porventura, o retrato mais impressionante que pintou aquele artista, o mestre que, quase sòzinho, marcou na Pintura Portuguesa o período transitorial do Romantismo para o Naturalismo.

Depois desse famoso e solene retrato, buscamos os dois de *Antero de Quental,* patentes naquela galeria. O que o representa mais moço, da autoria do Visconde de Meneses, como tal identificado por versões, catálogos e inventários, é um formoso retrato romântico, de expressão serena, olhar confiado e barba loira, alindado segundo a concepção peculiar nos retratistas românticos ; o outro é obra de Columbano, executado em 1889. Duas visões opostas traduziram o semblante do poeta das «Odes modernas» ; no primeiro é evidente a transfiguração idealista, enquanto que no segundo, também ideal no seu realismo, o poeta vê em profundidade o drama da vida, auscultando no mistério dos pensamentos a impenetrabilidade do amor humano, expressão essa que o retrato sugere. Num há ilusão e bondade ; no outro adivinha-se a dor da dúvida.

O terceiro poeta retratado foi *Bulhão Pato.* Miguel Lúpi retratou-o

COLUMBANO — *Retrato de Bulhão Pato, 1908*

duas vezes, por alturas de 1880, indo surpreendê-lo, ora sentado no pátio da Academia de Belas Artes, ora distraído no pitoresco dos seus hábitos de caçador de lebres, embrulhando um cigarro, com a espingarda em descanso, e preparando-se para cismas ou para oratórias de sua predilecção. O segundo pintor que o retratou também duas vezes, com o intervalo de vinte e cinco anos, foi Columbano. Mas o romântico Marciano Henriques também o retratara. Essa tela, porém, levou descaminho.

Bulhão Pato, à parte o seu característico viver e poetar no convívio com amigos, que sugeriu a Eça de Queiroz uma das mais típicas personagens que criou, era figura estranha e atraente para os pintores e mesmo para os caricaturistas. Misto de D. Quixote e de pedante, *esculpiu-se* um tipo para destaque na rua e nos salões literários. Lúpi, da sua intimidade e austero no visionar dos modelos, fugiu ao cânone dos retratos intelectuais, buscando-lhe a psicologia do homem amigo dos montes e dos gozos naturais, sem atitudes para a posteridade. Columbano, também seu amigo íntimo, a princípio, em 1883, retratou o literato aburguesado, para o esteriotipar depois, em 1908, numa velhice ainda dura, ossudo, aristocratizado e cativante, com a barba branca, o olhar penetrante e a fronte latejando.

A propósito deste retrato último e como complemento ilustrativo do poeta, transcrevemos alguns bilhetes seus que se arquivaram na correspondência dirigida ao pintor. O primeiro é um simples bilhete de afectuosa solidariedade numa hora de luto, e os três restantes relacionam-se com este quadro. Ei-los:

«Estoril 7 Out.° 907

«Meu querido Columbano.

Não tenho palavras de consolação. Não as há. Abraço-te ao meu peito. O meu sentidissimo pêsame a teus irmãos.

Teu e do C.°
Bulhão Pato»

Quase um ano depois, mandava-lhe este cartão:

«Meu Columbano — Veio a minha casa um rapazito, com uma carta de empenho para me tirar o meu retrato.

Vejo agora que o meu focinho anda pelos mostradores da baixa *e da* alta.

O retrato não me pertence.

Piorei muito da bronquite depois que fui a Lisboa, ao cabo de 6 meses. Logo que melhore e o tempo abrande, irei passar alguns dias a casa do nosso Azevedo, e então terei o meu retrato feito por ti.

Embirrei com a tal exposição!

Teu do C.º
Bulhão Pato»

Não era datado este cartão, mas o carimbo do correio indicava a data de 25-4-908. Poucos meses depois, Columbano iniciava o segundo retrato do amigo, que era modelo paciente, palrador, simpático, mas de pouca firmeza na assiduidade, requerida sempre pelo artista. E então, desculpava-se:

«Setembro 15-908

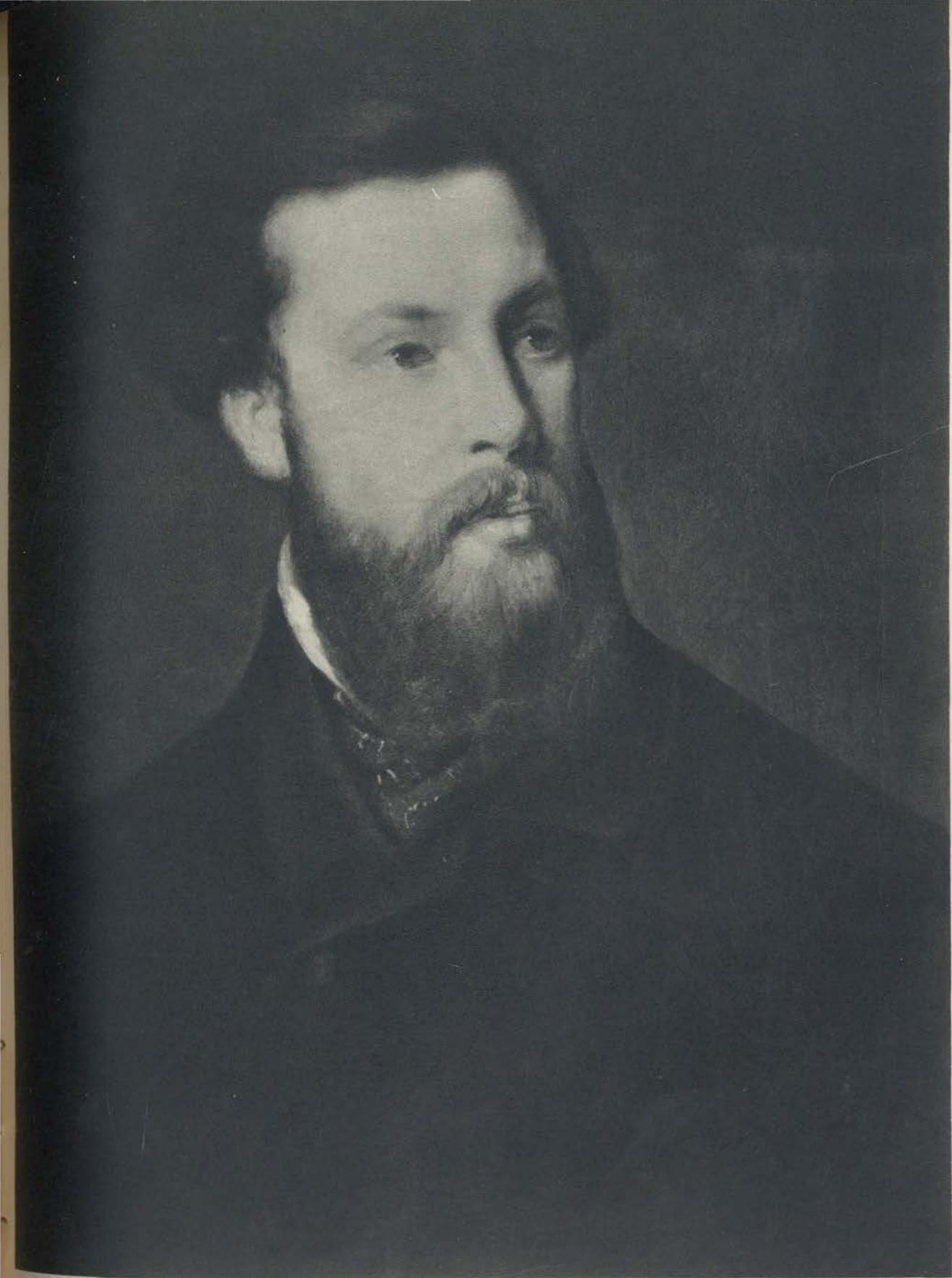
«Meu querido Columbano.

Estou doente há dois dias com um embaraço gástrico. Não posso ir amanhã. Na quarta f.ª da próxima semana irei às mesmas horas e terei o gosto de almoçar contigo e com tua irmã e minha senhora.

Teu do C.º
Bulhão Pato»

Terminado este novo retrato, se é que o pintor alguma vez deu por finda a sua tarefa, Columbano ofereceu-o ao retratado, mas, como de costume, com a condição de lho deixar algum tempo mais no *atelier*, para o afinar, para o corrigir... O tempo passou, o poeta faleceu e o retrato veio parar, de casa do artista, ao Museu onde se encontra.

«Querido Columbano.

«Vae a lápis. Obrigado pelo retrato. Assim que possa aviso-te, para na Estrela d'Oiro termos um dos nossos que-

VISCONDE DE MENEZES — *Retrato de Antero de Quental*

ridos banquetes. Quando será? Tenho saudades tuas. Beijo as mãos de tua santa irmã.

Teu
Bulhão Pato»

e à margem do cartão, esclarecia:

«A letra do subscripto é do pequeno António».

Não tem data este cartão, nem a do correio, no sobrescrito, era legível. É de crer, porém, que seja de finais do ano de 1908, porque o cartão é igual aos dois últimos, cartões vendidos em série, quando o primeiro recado é escrito em papel vulgar, e não é natural que os cartões, vendidos aos centos, durassem mais de um ano nas mãos dum epistológrafo como este Poeta.

A iconografia dos poetas portugueses no Museu de Arte Contemporânea, porém, é muito mais vasta. Por hoje, quedemo-nos nesta amostra.

D I O G O D E M A C E D O

O "XARAJIBE" DE SILVES

NA POESIA, NA ARTE E NA HISTÓRIA

O palácio do Xarajibe, de Silves, foi, no Ocidente, uma autêntica visão das «Mil e uma noites».

Cantaram-no os poetas com o mais alto requinte, adornaram-no os artistas com obras de estranho lavor, celebraram-no os historiadores, como encantadora residência principesca.

Dessa harmonia chegam até nós os ecos apagados, num suave murmúrio... E o Xarajibe esplende, de novo, rebrilhando em vivos fulgores.

Ficaram célebres as suas noites de festa e de música, de poesia e de dança, de encantamento sem par; as suas tardes suaves e mornas, de doces afagos, de reflexos violetas e de branda penumbra; os seus dias claros e ardentes de tragédia e de luta em que os pátios e os mosaicos das salas se tingiram do sangue da vingança e do crime; as suas madrugadas de terrores, de suspeitas e de alucinações; as suas manhãs de iluminura aureoladas pela esperança de novas e felizes alianças; as suas horas de fogo e de guerra em que tudo se joga e tudo se ganha ou perde.

Evocar o Xarajibe é evocar uma época, um estilo de vida — a época e o estilo de vida dos luso-árabes.

Um dia, era ainda rapaz, encontrando-me com um sacerdote que, durante longos anos, havia vivido e estudado no Oriente, na Síria, ele me perguntou:

— Donde és?

— De Silves — respondi.

Brilharam-lhe nos olhos rápidos lampejos de surpresa, de emoção e de alegria.

— De Silves? — disse —. És da terra do Xarajibe!

E imediatamente, como se mola estranha o movesse, me chamou para junto de si e me comunicou:

«A tua terra tem uma linda história do tempo dos Árabes. Nela se passaram coisas extraordinárias; o palácio do Xarajibe que aí existiu, encerra misterioso sortilégio.

Procura-me porque te quero contar a história da tua terra».

Fiquei surpreendido e meio atónito, perante as palavras do venerando ancião. Nada ou pouco então sabia dessa história, mas compreendi que no seu espírito pairava uma estrela e que essa estrela se chamava Xarajibe.

Passaram-se os anos. O digno e culto sacerdote foi envelhecendo. Nunca tive ocasião de o ir ouvir. Um dia, chegou-me a notícia da sua morte. Além do pesar, foi como se um pano de ferro tivesse corrido sobre esse pequeno mundo.

Que enorme tesouro de cultura sobre Silves e o Xarajibe não teria recolhido esse notável sacerdote nos seus infatigáveis estudos de língua árabe, de literatura e de história, prosseguidos anos e anos, nos melhores centros culturais do Oriente, como Beirute, Damasco e Jerusalém?

Com a sua morte desapareceram, talvez, segredos, agora, na prática, indesvendáveis. Contentemo-nos, sobre o Xarajibe, com o pouco que sabemos. Esse pouco chega, no entanto, para nos dar uma imagem esplendorosa do magní-

fico palácio, mais ainda enaltecido pelo prestígio da poesia e da lenda.

***

A mais antiga referência que temos ao Xarajibe parece-nos ser a que se encontra na poesia de saudação a Silves, de Almotâmide, dirigida a Ibne Ammar.

Almotâmide e Ibne Ammar tinham passado a sua juventude em Silves, numa existência que se distribuía entre os prazeres espirituais da poesia, da música e do estudo, os do harém e os da caça.

Subindo ao trono de Sevilha por morte de seu pai, Almotádide, Almotâmide dá a escolher ao seu incomparável amigo, Ibne Ammar, o lugar do reino que pretende.

Ibne Ammar escolhe o valiato do Algarve, com a capital em Silves e parte para esta cidade onde faria entrada solene, com uma pompa que os historiadores árabes classificam de «verdadeiramente real».

É por essa altura que Almotâmide lhe dirige a poesia em que surge a mais antiga referência ao Xarajibe:

Eia ! Saúda os meus lares, em Silves, ó Abu Becre
E pergunta-lhes se conservam memória de mim, como penso.
Saúda o Palácio do Xarajibe da parte dum donzel
Que perpètuamente suspira por esse palácio.
Morada de leões e de brancas gazelas
Que ora parece um covil, ora um gineceu !
Quantas noites não passei, à sua sombra, divertindo-me
Com mulheres de largas ancas e cintura delicada,
Brancas e morenas que faziam na minha alma
O efeito de espadas refulgentes e de lanças escuras !
E a noite, deliciosamente passada, junto do açude do rio
Com a donzela cuja pulseira semelhava a curva da corrente...
Ela contìnuamente me embriagava, ora com o vinho dos seus olhares,
Ora com o da sua taça, ora com o dos seus lábios.
As cordas do seu alaúde, feridas pelo plectro, faziam-me estremecer
Como se ouvisse melodia de espadas nos tendões do colo inimigo.
Ao deixar cair o manto, descobria seu corpo, ramo de salgueiro
Brilhante, como quando do botão surge a flor !

Esta poesia que ficou célebre na literatura hispano-árabe, não só pela forma, como pela delicadeza de inspiração e pela beleza de imagens, foi-nos conservada pelo historiador Ibne Cacane no seu «Calaíde Al-Iquiane» (Colares de Oiro), no capítulo dedicado a Almotâmide (1).

Existem dela numerosas traduções, em latim, em francês e em espanhol e também, versões portuguesas dessas traduções (2).

Apresentamos aqui uma tradução portuguesa, — supomos que a primeira — que tem apenas o mérito de se aproximar o mais possível do texto árabe.

Até há tempos, esta poesia era o único trecho poético em que se falava do Xarajibe. Foi a partir dela, sobretudo, que se começou a formar a concepção do que seria realmente esse palácio.

Tivemos a oportunidade de encontrar, lendo os «Scriptorum Arabum Loci de Abbadidis» de Dozy, uma verdadeira e completa descrição do Xarajibe que seria muito mais importante se fosse objectiva e não tão poética, mas que mesmo assim encerra incontestável valor.

Devemo-la igualmente ao historiador

Ibne Cacane que relata o que lhe contou Almotaze, no capítulo dedicado ao príncipe Arradi.

Mas, quem era este Almotaze? Almotaze era, como Arradi, um filho de Almotâmide. Em dado momento foi nomeado vali de Silves para onde partiu. Governou Silves a contento não só da classe elevada como da gente do povo. Finalmente regressou a Sevilha e o pai premiou com as maiores honras a excelência do seu governo.

Desejando Ibne Cacane fazer a biografia de seu irmão Arradi que tanto brilhou pela cultura enciclopédica e pelo talento poético e cujos saraus literários de Sevilha ficaram célebres, procurou ouvi-lo.

E é a propósito da cena passada com Arradi na noite em que o homenagearam que Almotaze evoca o Xarajibe de Silves.

Depois de narrar que partiu para governador de Silves, recorda a poesia de seu pai Almotâmide e, citando o verso em que se fala do Xarajibe, descreve o palácio da seguinte forma:

«Este palácio do Xarajibe chegara então ao mais alto cimo da magnificência e do esplendor.

Era semelhante ao mais ínclito da cidade de Bagdade, no Iraque (3).

Corriam nele os nobres cavalos dos seus átrios e brilhavam nos seus terraços os relâmpagos das coisas que mais se poderia desejar e ele oferecia.

A fortuna, na verdade obediente, irradiava dele, desde aquele momento em que começava a viagem da manhã até ao fim da viagem da tarde, isto naqueles dias em que não eram afastados desse palácio os talismãs que constituíam a sua segurança.

E não faltavam, sequer, ao palácio, cálices com as flores da juventude.

Esta cidade (de Silves) tinha-o como o local onde alegremente vivia a sua múltipla esperança e como a mais alta das suas riquezas.

Ao que se acrescentava a beleza do panorama, a fragrância dos perfumes e das brisas e a disposição alegre e luxuriante dos jardins e dos tufos de arvoredo.

Além do mais, era esta cidade quase rodeada pelos seus dois rios como por um colar, do mesmo modo e no mesmo local em que o homem costuma usar o cinturão» (4).

Tem esta descrição, entre outros, o mérito de nos revelar que Silves era então quase rodeada por dois rios, o que presentemente não sucede, nem fàcilmente se poderia conceber.

Circunstâncias fortuitas permitiram-nos verificar que Almotaze devia ter inteira razão. Existiu, certamente, ao norte de Silves, um braço de rio, oriundo do Enxerim, que vinha desaguar ao porto da Azóia, no actual jardim da Senhora dos Mártires. O autor diz «quase», porquanto o rio na sua parte central se encontrava quase sempre seco, oferecendo passagem por enormes bancos de pedra que ainda existiam no século passado, segundo testemunho de pessoas antigas, fidedignas.

A propósito da descrição de Almotaze, Ibne Cacane cita igualmente uma ligeira composição de Ibne Alabana, dirigida ao príncipe abádida. Por ela se pode supor que Ibne Alabana esteve em Silves e que teve possìvelmente conhecimento da descrição de Almotaze.

Dizem assim os versos de Ibne Alabana:

Não sabes, Almotaze Bilá,
Que encontrando-me no palácio real
Da cidade (de Silves)
Me vi num jardim
Por onde o rio passava?
Notei porém que não era um rio
Em torno do qual,
A relva criasse um verde tapete,

Mas sim uma espada cujo cinturão
Se fizera verde.

* * *

Mas esta ideia do Xarajibe não teria sido uma criação poética de Almotâmide, perpetuada e engrandecida por seu filho Almotaze?

É bem evidente que se o enaltecimento do Xarajibe se pode atribuir, em parte, à mentalidade poética dos abádidas, a existência do palácio não merece dúvidas.

Almotâmide, dirigindo-se a Ibne Ammar, não diria «Saúda o Xarajibe» se este não tivesse existência real. Almotaze, regressado de Silves, traz nos olhos a imagem do Xarajibe e não encontra outra coisa para falar senão dele. Seria demasiada imaginação supor-se que esse palácio não tivera existência e que um historiador como Ibne Cacane não se havia apercebido disso.

A atestar a existência do Xarajibe está Ibne Alabar que, referindo-se a um acontecimento completamente diverso e de outro século, a morte de Ibne Caci, Mahdi dos Múridas, escreve: «assassinaram-no (a Ibne Caci) no mês de «jumada 1.º» de 546, no Alcácer do Xarajibe onde vivia» (5).

Abulfeda, historiador árabe oriental, do século XIV, afirma por seu lado: «é em Silves que existe o Palácio do Xarajibe» (6).

Para nós, a contra-prova mais importante é a de Ibne Alabar. Ibne Alabar é quase contemporâneo dos acontecimentos que relata e serviu-se das melhores fontes, dando-nos pormenores numerosos sobre Ibne Caci, Ibne Almúndir e Ibne Uázir. Mostrou-se sempre muito bem documentado sobre as coisas do ocidente da Península. Além disso, a citação do Xarajibe ocorre ocasionalmente no seu texto. Não teve aí a preocupação de enaltecer ou de diminuir, mas apenas a de relatar com exactidão o como, o quando e o onde.

Está formada e arreigada a tradição de se falar do «Palácio do Xarajibe».

Na verdade, porém, o que encontramos no árabe é «Alcácer Axarajibe» que se traduz por «Castelo das Varandas» (7).

Era o Xarajibe um palácio ou um castelo?

Em nosso entender, um misto de palácio e de castelo. Os castelos tinham no seu interior residências senhoriais e todo o palácio de valor era rodeado de obras de fortificação que permitiam a sua defesa. Para sermos exactos devíamos dizer o «Castelo do Xarajibe», mas, atendendo a que deu margem a autêntica vida palaciana e a que possuía ornamentos de vivenda, não nos parece descabida e até se nos afigura mais própria a designação de palácio.

E surge, naturalmente, a pergunta, — onde ficava em Silves, o Xarajibe?

Houve quem o tentasse localizar nos mais diversos pontos. Imaginou-se que ficaria fora da cidade, como a Alhambra de Granada. Chegou-se a localizá-lo na montanha pedragosa, ao fim da Oliveira da Carrilha.

Presentemente inclinamo-nos para a sua localização no próprio castelo de Silves. A designação de «alcácer» ou «castelo» está a indicá-lo. Não cremos que a cidade de Silves tivesse, nesses tempos recuados, outro castelo superior ao actual.

Relatando a morte de Ibne Caci, Ibne Alcátibe, o elegante historiador granadino, parece discordar de Ibne Alabar quando nos diz que Ibne Caci foi morto no «forte», mas na realidade

ele apresenta-nos mais um argumento em favor da tese de que o Xarajibe era precisamente no castelo. O castelo podia ser indiferentemente designado por «caçr» (Ibne Alabar), ou por «hiçn» (Ibne Alcátibe).

E a configuração presente do castelo de Silves, apesar de se tratar dum restauro da reconstrução portuguesa do século XIV, parece confirmar a designação de «das Varandas», pela multiplicidade de açoteias, terraços e varandins.

As residências do Xarajibe ficariam no interior do castelo e prolongar-se-iam para oeste, ocupando a zona de uma moradia com amplos quintais, hoje aí existente. Ainda no século passado, como se pode provar por fotografias, havia uma comunicação bem saliente, entre o castelo e os edifícios a ocidente, agora desaparecida.

Também a volta em meia-lua da fachada ocidental do castelo nos parece indicar que alguma coisa aí havia de diferente que estabeleceria comunicação com outra zona fortificada.

Não nos parece difícil admitir que dentro do castelo de Silves houvesse moradias. O castelo de Silves é hoje constituído por uma vasta cerca rodeada de torres e muralhas que terminam superiormente por um friso de ameias e seteiras intervaladas e conjugadas.

A cerca tem sobre si três metros de entulho, em profundidade, aí colocado depois do terramoto.

Apesar disso notam-se vestígios de edifícios. Além da cisterna mourisca, presentemente meio soterrada, há, logo à entrada, restos de outros torreões, à esquerda indícios de um edifício de dois andares, ao centro sinais de um enorme paredão que dividia o castelo em duas partes, e, ao fundo, duas salas soterradas a que impròpriamente se chamou celeiros, silos ou masmorras e que comunicam entre si por uma elegante ogiva apontada.

E, abaixo desta camada de terreno, não existirão ainda vestígios de mais antigos edifícios?

Se o castelo de Silves tem dentro de si residências, não é impossível que essas residências constituíssem parte das moradias do Xarajibe. A parte principal do palácio, no que se refere a pátios e jardins ficaria para ocidente, rodeada por uma forte alcáçova. Nesta zona têm sido encontrados preciosos restos de cerâmica árabe.

A localização do Xarajibe, no castelo, embora ocupando maior extensão amuralhada, é o que nos parece mais natural, se bem que ainda problemático (8). Se isso se verificasse, o Xarajibe, afinal, existiria ainda hoje e, se bem que com muito menos fama, continuaria a constituir o orgulho da cidade, como no tempo de Almotâmide e de Almotaze.

O castelo de Silves é visitado insistentemente por turistas portugueses e estrangeiros, como, há pouco, pelo Marechal Mannerheim que muito o admirou e dele quis levar perpétua recordação.

Desde quando existiu o Xarajibe e quem o fundou?

Não se fala do Xarajibe em tempos anteriores a Almotâmide. Almotâmide é o primeiro a empregar essa expressão na sua conhecida poesia. Isso não quer porém dizer que ele não existisse com anterioridade.

Se tivesse sido Almotâmide o seu construtor, a tradição não deixaria de o mencionar. Mas não. O Xarajibe existia antes de Almotâmide. Na crónica anónima dos «Muluk At-tauaif», recentemente publicada por Lévi-Provençal, refere-se que o último príncipe dos Be-

ni-Mozaine de Silves, foi assassinado «no seu palácio» (9). Este palácio, em nosso entender, não seria outro senão o «castelo» (alcácer), e, portanto, o futuro Xarajibe.

Esta designação de Xarajibe teria sido dada ao castelo pelo próprio Almotâmide cujo espírito poético se preocuparia, naturalmente, em criar para o castelo uma designação também poética.

Se o Xarajibe ficava no castelo, teremos para ele uma história muito remota que vai além da época romana. Todavia, o castelo árabe devia ter sido construção mais recente.

É muito natural que só tivesse surgido na época da guerra dos muladis, século X, quando no Algarve, os Iáhias se revoltaram contra Córdova e Becre Ibne Iáhia foi residir para Silves.

Sabe-se que este Becre instalou em Silves, além de tropas disciplinadas, uma Chancelaria e um Conselho de Estado. Por Almotâmide temos conhecimento de que o Xarajibe devia possuir um harém.

Ora o palácio árabe consta essencialmente de três partes: o harém, o mexuar e o divã. Mexuar e divã são palavras que tanto podem designar a instituição como o edifício em que se instala.

Ao instalar em Silves uma Chancelaria (mexuar) e um Conselho de Estado (divã), não teria Becre dessa forma dado início ao futuro palácio do Xarajibe acondicionando construções já existentes que depois seriam modificadas e ampliadas pelos Beni-Mozaine e pelos Abádidas?

É o que julgamos mais natural. Admitimos, portanto, que nas origens do Xarajibe esteja a dinastia dos Iáhias de Santa Maria do Ocidente (Faro) e, sobretudo, aquele Becre Ibne Iáhia que deslocou a sua corte e a sua capital cultural para a cidade do rio Arade (Odarade ou Widrade, como lhe chamaram os autores cristãos).

Até quando existiu o Xarajibe?

Existia ainda no século XII, a quando da acidentada vida de Ibne Caci. Depois, perde-se a memória do Xarajibe, mas é muito natural que tivesse persistido até à conquista portuguesa.

No que se refere às formas arquitectónicas do Xarajibe, nada se sabe, a não ser que, muito provàvelmente, possuiria varandas de que lhe veio o nome e átrios e terraços, como se diz na descrição de Almotaze.

Quanto à sua escultura decorativa, Dozy interpreta as expressões «leões» e «cavalos» que surgem, respectivamente, na poesia de Almotâmide e na evocação de seu filho, como estátuas de leões e de cavalos que existiriam no Xarajibe.

As estátuas não estão muito de acordo com as prescrições do Alcorão, mas, na verdade, apareceram noutros palácios como no Azáhra dos arredores de Córdova e na Alhambra de Granada.

Também o Xarajibe possuía estátuas?

É possível, mas não nos parece certo. Em abono desta tese encontra-se, porém, a autoridade do insigne arabista que foi Dozy.

Quais as cenas históricas que se passaram no interior do Xarajibe?

Admitindo que o Xarajibe se situasse no próprio castelo, sabemos que foi aí morto o último príncipe dos Beni-Mozaine, depois duma resistência heróica.

Almotâmide e Ibne Ammar instalaram-se no Xarajibe e passaram a fazer aí a sua conhecida vida de poesia e de festas. Aí se devia ter verificado a

cena de terrores referida por Almarracuxi (10).

Uma noite, Ibne Ammar dorme no mesmo quarto que Almotâmide. Altas horas sonha que Almotâmide se levanta contra ele e o quer matar. Ibne Ammar acorda e fica estupefacto com a nitidez do sonho. Torna a adormecer e tem o mesmo sonho, acordando, de novo, mais emocionado. À terceira vez, deixa-se sugestionar pela força persuasiva do sonho e, aterrado, foge.

De manhã, Almotâmide dá pela falta dele. Procura-o e manda procurá-lo, por toda a parte, no palácio.

Finalmente, Ibne Ammar é encontrado, escondido ao lado da porta de saída e tiritando de medo. Almotâmide pergunta-lhe o que se passou. Ibne Ammar explica-lho. Com todo o carinho, fraternal, Almotâmide leva-o, de novo para os seus aposentos, pretendendo convencê-lo de que tudo fora um sonho, sem valor. Nessa altura, mal sabiam que o sonho se havia de cumprir e que Ibne Ammar seria morto por Almotâmide num acesso de ira, deste.

Mais tarde, elevado Almotâmide ao trono de Sevilha, o Xarajibe seria habitado por Ibne Ammar e, depois, por Almotaze.

Passada a época dos abádidas e a dos almorávidas, vem para Silves, a de Ibne Caci. Conforme o depoimento de Ibne Alabar, o Xarajibe foi então residência do Mahdi dos Múridas. Não se teria a cena da recepção à embaixada de Afonso Henriques desenrolado no interior do Xarajibe? De qualquer modo aí se passou a da morte do grande Mahdi.

Tratando-se do castelo, sabemos que resistiu com a maior bravura, em 1189, e com idêntica valentia, em 1191.

Se a «Crónica da conquista do Algarve» não fantasia demais, rendeu-se a D. Paio Pérez Correia, depois deste ter entrado na cidade, com as suas tropas, pela porta da Azóia.

Também a lenda tomou conta do Xarajibe e do castelo onde deve ter existido.

Ao castelo se atribui a lenda das amendoeiras. Um rei mouro teria mandado plantar amendoeiras nos montes à volta, para dar a sua esposa, uma cristã do norte, a impressão da neve a que se havia acostumado e sem a qual vivia em nostalgia intensa.

Desaparecidos os mouros de Silves, ficou aí outra lenda, símbolo de saudade e de tragédia, a lenda da moura que surge na cisterna do castelo, na noite de São João, à meia-noite, numa barquinha de oiro com remos de prata, entoando hinos dolentes da sua raça banida.

Será a moura do castelo uma última recordação do Xarajibe?

Mas o próprio Xarajibe tinha consigo, possìvelmente, uma lenda incomparàvelmente mais bela, mais sedutora e mais apaixonante. No parecer de Dozy, que interpreta à letra as palavras de Almotaze, existiam no Xarajibe amuletos ou talismãs cuja presença constituía a segurança e a riqueza do palácio e cujo afastamento significaria a sua ruína e perdição.

Os talismãs do Xarajibe colocam-nos em pleno mundo oriental e medieval das «Mil e uma noites». Uns pequenos objectos, talvez estatuetas de antigos deuses, talvez jóias preciosas, talvez coisas de significação cabalística, gozavam desse poder estranho de fazer a grandeza e a glória do palácio e da dinastia que o habitasse.

Se assim foi, por que motivo e quem teria retirado do Xarajibe esses talismãs para que ele se houvesse afundado

e desaparecido na voragem dos tempos?

E por onde andarão esses talismãs que não são procurados e ajuntados para que o Xarajibe possa ressurgir no máximo da sua grandeza e do seu brilhantismo?

Pelos seus talismãs o Xarajibe se integra na mentalidade mágica dos árabes e confirma a impressão de mistério e de magia que o castelo, onde devia ter existido, comunica a quem o admira sobretudo de oriente nos magníficos poentes de sangue, fogo e oiro.

Quem hoje, do Monte da Jóia, em frente da cidade, contempla o castelo de Silves, com as suas torres altas e muralhas vermelhas, as suas ameias, adarves e seteiras, em recortes heráldicos, os seus terraços e varandins que descansam sobre torres ligadas aos panos dos muros por arcos gigantescos, não duvida de que nos seus interiores possa ter havido elegantes residências principescas, capazes de entusiasmar e de dar vida e colorido à existência juvenil dum príncipe poeta luso-árabe do século XI, com o refinamento de espírito dum humanista do renascimento e a elevação sentimental dum romântico de nobre quilate.

Como não duvidará de que tenha sido o forte alcácer em que viveu o grande Mahdi dos Múridas que depois de ter prometido a salvação universal pelo Islão, do Cabo do Algarve aos campos de Almeria e de Sevilha, aí pereceu num lago de púrpura, por haver firmado solene e firme pacto de aliança com o rei cristão Ibne Errick, legando no entanto, à posteridade, o maior tratado de filosofia e de teologia mística e ascética muçulmanas, concebido e redigido por homens do Garbe, tão notável que Ibne Arabi, o mais profundo e subtil pensador religioso do islamismo o estudaria em Tunes, anos passados, como uma das suas fontes mais apreciadas.

J O S É G A R C I A D O M I N G U E S

NOTAS:

(1) O texto árabe do «Calcaíde Al-Iquiane de Ibne Cacane foi reproduzido por Dozy em «Historia Abbadidarum» pág. 39. Na continuação esta obra tomou o título «Scritorum Arabum Loci de Abbadidis».

(2) A tradução latina de Dozy encontra-se em «Historia Abbadidarum» pág. 83 e a tradução francesa do mesmo autor em «Histoire des Mussulmans d'Espagne» IV, 146, ed. de Leyde de 1861.

García Gómez tem duas traduções para o espanhol, uma livre em «Casidas de Andalucía», págs. 79-81, outra mais à letra, em «Poemas Arábigo-andaluces», pág. 74. Esta última tradução é a mais exacta que conhecemos.

Oliveira Parreira apresentou duas versões portuguesas da tradução francesa de Dozy em «Os Luso-Árabes», uma em verso, vol. I, pág. 347-9, outra em prosa, vol. II, págs. 286-7.

Com base na tradução mais à letra de García Gómez elaborou Mário Guerra Roque uma versão portuguesa, em verso, mui-

to elegante, que foi incluída na nossa «História Luso-Árabe», págs. 147-8.

(3) Henri Pérès em «La Poésie Andalouse en arabe classique, au XI.º siècle» afirma que o autor pretende referir-se ao palácio «Zaura» considerado o mais célebre de Bagdade.

(4) Dozy em «Historia Abbadidarum», texto árabe: I, 170; tradução latina: I, 178-9.

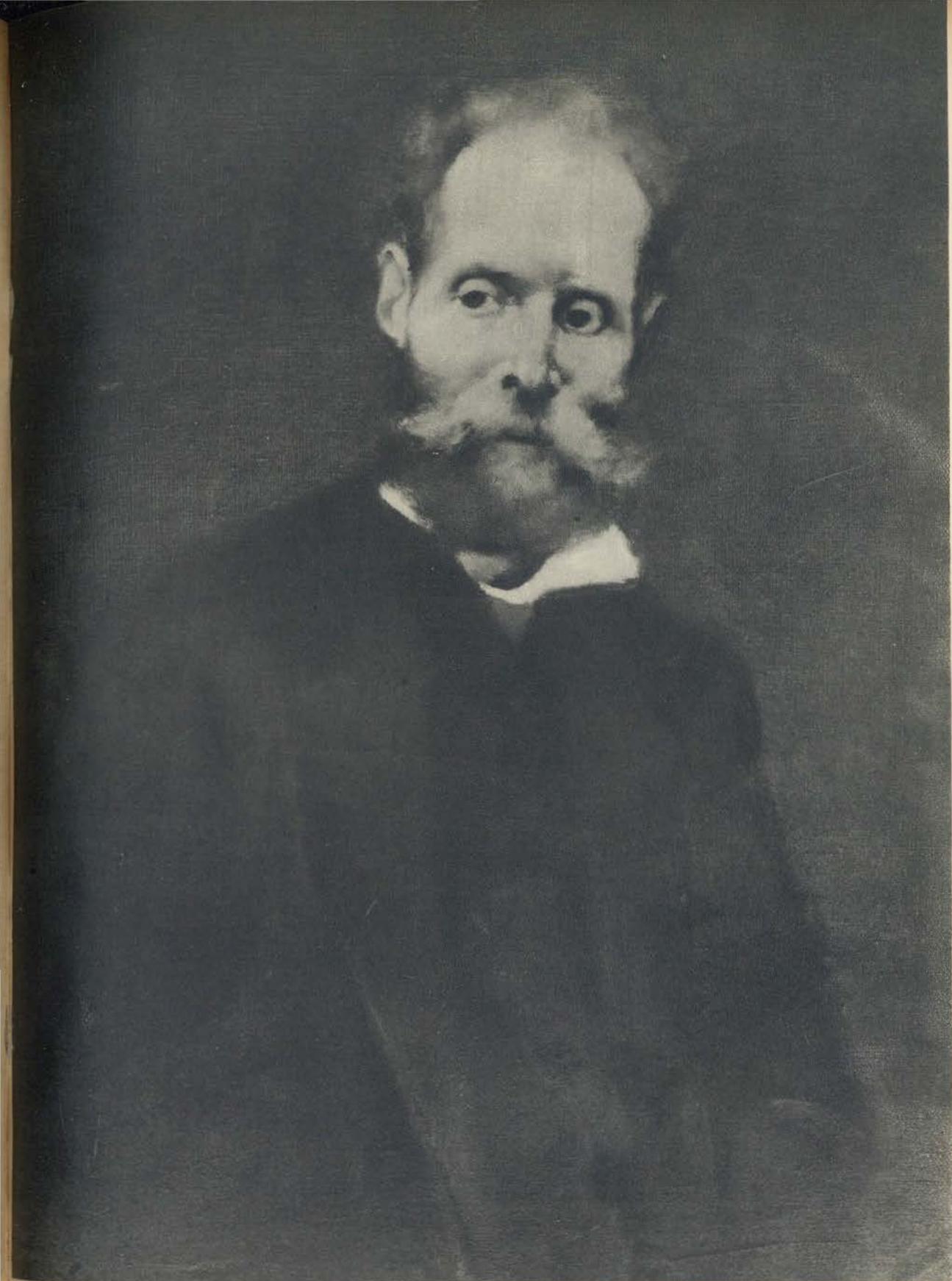
(5) Esta passagem da «Al-Hullat Assiirra» de Ibne Alabar, foi transcrita por Dozy, em «Notices sur quelques manuscripts arabes», pág. 200 e traduzida pelo Dr. David Lopes, em «Os Árabes nas obras de Alexandre Herculano», pág. 333.

(6) Abulfeda em «Takwin Al-buldan» texto árabe apresentado por Reynaud e Slane, pág. 197, tradução francesa de Reynaud e Guyard, pág. 237.

(7) A palavra «xarajab» faz no plural «xarājīb». Significa: balcão, terraço, varanda.

(8) Para a solução definitiva do problema seria interessante o conhecimento da carta em que Mohamede Ibna Abdelbar descreve a tomada de Silves por Almotádide. Essa carta deve figurar na edição completa do «Calaíde Al-Iquiane» de Ibne Cacane e na «Cosmografia» de Casuíni.

(9) Lévi-Provençal publicou a tradução francesa em apêndice à última edição da «Histoire des Mussulmans d'Espagne», de Dozy.

(10) O texto árabe da «História dos Almóhadas» de Abdalhuaíde Almarracuxi foi publicado por Dozy, em 1881, em Leyde e a sua tradução francesa, por E. Fagnan, em 1893, na cidade de Argel.

COLUMBANO — *Retrato de Antero de Quental, 1889*

MEDITAÇÃO DO RIO

1 Permaneces, fugindo...
Ora, nas invernias,
Gemendo angústias e tristezas... logo,
Pelos estios, rindo
Murmúrios de alegrias...
Junto das tuas margens interrogo,
(Ondas que em dor afogo)
O Rio da Lembrança.
Foi-lhe a vida, passando,
Altas ribas cavando...
Eu, de tudo esquecido em minha esp'rança,
Agora as suas águas
Vejo seguindo um fundo alvéo de mágoas.

2 Era-me eterno instante
O tempo que vivia;
Cada momento morto uma quimera
Nova, na luz distante;
Um sonho que subia,
Aguardado por Deus. — Quem dilacera
Esta divina espera?
Quem um declive abrupto
Rasgou ante o raudal
Da minha vida, qual
Se a dor quebrasse o tempo ininterrupto?
Quem à morte arrebata
O rio, a despenhar-se em catarata?

3 Quem, se é o tempo eterno,
E o que foi vida intensa
E em verdade viveu há-de existir
Sem fim, quem de um inverno
Sem sol em dor condensa,
Fonte gelada, a graça de partir?
Ou, num brusco ruir
De palácios de gelo,
Nem mesmo a dor me deixa?...
E vou, inútil queixa,
Rio num vale atroz de pesadelo
Em que um tempo, sem norte,
Se veste da figura e dor da Morte...

4 Para morrer nasceste,
Rio? Em gélida praia
E não na vida encontrarás teu mar?
O tempo que viveste
Num abismo desmaia,
E ao nada torna o curso circular?
Partes para voltar?
Mesmo ao seio divino
Se apenas regressasses
E nada lhe levasses
De teu, seria sem destino
Todo o vivido tempo...
Inane dor ou mero passatempo.

5 Para quê o teu curso
Terias? Para quê

Tanto sofrer de anseios para além?
O tempo um vão decurso
De sonho que se crê
Vivido, e real vida não contém...
O que seria o bem
Que pudesse remir-te,
Dor de ter sido inútil?...
E, por capricho fútil
De Deus, podido a terra possuir-te,
Só para seres bruma,
Negra nuvem no céu, caída espuma...

6 Não! Só a dor te engana,
Porque a torrente segue
Também entre torrentes de desgraça...
A tua força humana
O mesmo fim persegue
Que Deus em sua dor que nunca passa.
Rio de amor, enlaça
A terra, abre ao azul
Um profundo sacrário.
Acharás o estuário...
Não vais ser água morta de um paul,
Nem tanque de saudade,
Mas um crescer, sem fim, na eternidade.

7 Seja o meu coração,
Mortal embora, a fonte
De vida, entregue ao tempo, criadora.
Não terá sido vão

Sofrer, rasgar o monte
Da morte, à voz de Deus animadora.
Nem, mina sonhadora,
Temerás a amargura
De morrer. Quando cesse
O teu manar, a messe
De sonhos viverá dessa frescura...
E de ti, poço exangue,
Prosseguirá, divino amor, meu sangue.

8 Podes morrer no mundo,
Fonte de sol, o rio
De vida, que criaste, é infindável...
Com teu ardor, fecundo
O próprio além vazio,
E o anseio de Deus torno amorável.
E se, na interminável
Carreira, rememoro
As ribeiras suaves,
Não é para que graves
Remorsos e saudades no que choro;
É para que reviva
O meu passado eterno em luz mais viva.

9 Quanto passei recordo
E, qual feito presente,
No coração me torna a renascer...
Não como a quem, de bordo,
Vê uma esteira albente
Fugir, mas um caminho a percorrer.

Eterno é o meu ser
Por tudo o que viveu...
Ascende na distância
Do tempo a minha infância,
Jardim do paraíso sempre meu.
E são prazer e dor
Sonhos de Deus e triunfante amor.

10 Assim, águas, irei
Dizendo o vosso canto,
Seguindo o mesmo curso pela terra.
Lembrando-me verei
A cascata de encanto
No jardim em que a vida se descerra;
Torrente, pela serra,
Ou, em vales de calma,
Por entre laranjeiras,
Arroio; e nas ribeiras
Do mar, à beira Deus, afluxo de alma.
— Irei, de dor em glória,
Vivendo o meu futuro na memória.

JOÃO DE CASTRO OSÓRIO

NOVIDADE E ACTUALIDADE DO PENSAMENTO DE FEURBACH

Em 1841 aparecia na Alemanha um livro, que pelo arrojo e novidade com que punha e pretendia resolver questões dominadas até aí pelo hegelianismo vitorioso, estava destinado ao maior êxito nos meios pensantes de então: chamava-se o livro *A essência do Cristianismo* e era seu autor Ludwig Feurbach.

Engels, relata-nos esse sucesso pelas seguintes palavras:

«Apareceu então a *Essência do Cristianismo* de Feurbach. De um só golpe reduziu a pó a contradição materialismo-idealismo, voltando a colocar em seu trono e sem rodeios, o materialismo. A natureza existe independentemente de qualquer filosofia ; ela é a base sobre a qual crescemos, nós, os homens, também produtos da natureza ; fora dela e dos homens nada existe e os seres superiores criados pela nossa imaginação religiosa não são senão o reflexo fantástico da nossa própria existência. O encanto desfez-se, o «sistema» estava destroçado e posto de lado ; e a contradição que existia apenas na imaginação foi resolvida. É preciso ter experimentado em si mesmo a acção libertadora desse livro, para se ter uma ideia do que houve. O entusiasmo foi geral ; todos fomos, momentâneamente, feurbachistas».

Também Nietzsche, na *Genealogia da Moral,* recorda, a propósito da crítica que faz ao *Parsifal,* «com que entusiasmo seguia Wagner os rastos de Feurbach. A frase de Feurbach: «só sensualidade» ressoou em toda a Alemanha, na «jovem Alemanha», como frase redentora».

Teria razão de ser este êxito ? Teria Feurbach, tal como pretendia Engels, dado o passo definitivo para a resolução do problema materialismo-idealismo ? Terá ainda o pensamento de Feurbach algum interesse para a filosofia actual, ou será só um momento recuado, embora importante, na génese do materialismo dialéctico ?

Tomemos como ponto de partida a seguinte frase de Feurbach:

«O materialismo, na minha opinião, é a base do edifício da existência e do saber humanos, mas não é para mim o que é para o fisiologista ou o naturalista — para Moleschott, por exemplo — no sentido restrito da expressão, e o que é, necessàriamente, para a sua maneira de ver particular, profissional: isto é, o seu próprio edifício. Estou perfeitamente de acordo com o materialismo para trás, mas não para a frente».

Este materialismo para trás, da frase pitoresca de Feurbach, é o ponto de partida de todo o seu pensamento, a sua teoria de conhecimento e a sua concepção do mundo. Ao realismo conceptualista de Hegel opõe Feurbach um nominalismo de base sensualista. O conhecer não provém dum «auto-movimento dialéctico dos conceitos», mas sòmente dos sentidos, únicos informadores do pensamento. Se este não pode existir sem aqueles, também os sentidos sem o pensamento não nos dariam mais que imagens sem nexo dos objectos. O pensamento será, portanto, sempre uma elaboração do eu sobre imagens fornecidas pelos sentidos. Os conceitos seriam meros instrumentos elaborados pelo pensamento para conhecermos a realidade, que é dada de um modo descontínuo pelos sentidos; a universalidade, essência do conceito, carece por isso de realidade. O real é individual, é só objecto de um conhecimento imediato e intuitivo.

Mas para Feurbach, o termo sentido, tem uma acepção muito mais larga que a usual. Este conhecimento intuitivo da realidade radica-se, não só nas sensações mas nos sentimentos, principalmente; a realidade individual que aprendemos, o «objecto» é tudo o que está fora de nós, diferenciado do «eu» em «tu».

Esta tu-ificação leva à oposição entre homem e natureza. Esta é o ser eterno incriado, o primeiro quanto ao tempo, mas não quanto ao valor.

O homem, embora saído da natureza, radicado nela, dependente dela, só é «homem» na medida em que se opõe a ela; o homem é a natureza «valendo».

Ficou para trás o materialismo, o que não quer dizer que comece o idealismo. As duas fronteiras, os dois modelos, que pareciam alternativa necessária para os pensadores de 1841, estavam ultrapassados, por um antropologismo filosófico. Creio ser esta a verdadeira novidade que nos traz Feurbach e o seu motivo de interesse actual para a filosofia e em especial para a ética.

O problema central do pensamento de Feurbach é o problema religioso. Do que sobre este pensar decorre, lògicamente, o seu pensamento ético.

Vimos que para Feurbach o homem era como que a arrancada da natureza para os valores, uma construção que se realiza em função dum desejo de melhor. É neste pressentimento do melhor que tem origem a religião. A religião nasce dum juízo, duma apreciação; o que o homem considera como divino, não é o que é indiferente, mas aquilo a que ele

atribui o maior valor. Todo o homem que tem um fim supremo tem um Deus. «Deus é o livro em que o homem escreveu os seus sentimentos e os seus pensamentos mais elevados». A divindade é uma objectivação, uma hipóstase dos valores de que o homem é portador. As qualidades divinas são as qualidades que o homem, em determinado momento, mais aprecia. Deus — ou melhor, a ideia de Deus — é qualquer coisa que se radica no mais íntimo, no mais essencial do homem. Daqui infere Feurbach a não existência de Deus, embora afirme a realidade das qualidades divinas. O verdadeiro ateu, para ele, seria aquele para quem essas qualidades não são nada, e não aquele para quem o seu sujeito não existe. A negação da existência de Deus, não implicaria a negação da religião como facto, facto explicável pela própria natureza humana e que considera como uma das forças espirituais mais poderosas da história. «O segredo da teologia é a antropologia», diz.

Ora não sendo a divindade mais que a objectivação do valor do homem, segue-se que a religião, relação entre a divindade e o homem, fica reduzida a uma relação entre o homem e o seu próprio valor, isto é, a uma relação puramente ética, a relação entre o homem «que é» e o homem que «deve ser».

O fundamento da ética seria a tendência para a felicidade. felicidade que seria a realização plena do homem-valor, do homem-deus. O amor de Deus, da religião, não é mais que o amor do homem pelo próprio homem.

A base da ética é portanto a relação de um homem e outro homem diferente, de um «eu» e de um «tu», projecção e, por assim dizer, construção do próprio «eu».

A essência da moralidade para Feurbach, reside num egoísmo, mas num egoísmo que se poderia qualificar de altruísta. É neste sentido que ele diz ser o egoísmo «a causa de todos os vícios, mas também a causa de todas as virtudes».

É na comunidade do «eu» e «tu» que tem nascimento a moral. A compaixão e a caridade, isto é, o amor do próximo, significariam a necessidade de uma semelhante atitude do próximo para connosco, seriam a expressão de um amor próprio, de um egoísmo, tal como o amor à divindade espera em troca a concessão de uma graça.

É na comunidade, na interpenetração, na dádiva recíproca do «eu» e do «tu» que o homem se realiza plenamente; é por ela e nela que o homem poderá realizar o seu valor máximo, a sua perfeição.

Desta brevíssima súmula do pensamento de Feurbach, parece poder-se concluir que alguma coisa de novo ele trouxe à filosofia da sua

época e que o modo como equacionou alguns dos seus problemas capitais têm um interesse verdadeiramente actual.

O seu ateísmo é bem diferente do ateísmo puramente negativista dos iluministas do século XVIII. A sua atitude de negar a possibilidade do conhecimento de Deus por via racional é absolutamente legítima, por as provas tradicionais da existência de Deus se mostrarem, então como hoje, insuficientes. Mas essa atitude não o levou a pôr de lado o facto psicológico do sentimento religioso em que funda a sua ética.

Este sentimento que altera o homem, que o transporta fora de si para o transcendente, tem algo de semelhança com aquele sentido divino, de que nos fala Gratry, que a alma encontra no fundo de si mesma e que constitui a sua força íntima, a força que a faz ser.

A sua teoria do conhecimento e concepção do mundo, opondo este ao homem, como um «tu» em que «com-vive», em que existe, parece antever-se a ideia base do existencialismo. E é interessante notar que o problema de Deus, tal como mais modernamente foi posto por Zubiri, parte do dado religião, como religação da existência para chegar à ideia de Deus, ponto de partida também da antropologia de Feurbach.

No campo pròpriamente ético a descoberta da entrega do «eu» ao «tu» e sua auto-anexação como origem do acto moral, opondo-se à concepção idealista de um «eu» fechado, considerado como uma mónada que se bastava a si mesmo, parece aproximar Feurbach duma moral personalista, à maneira dà de Max Scheller.

Podemos, pois, concluir pelo interesse actual do pensamento de Feurbach, que reagindo contra o monismo idealista de Hegel, ameaçador da diluição do homem na totalidade do espírito objectivo, o coloca no centro da especulação filosófica.

E esse homem de Feurbach, com os pés na terra, confinado na temporalidade, mas descortinando com o seu existir a atemporalidade dos valores, conduz abertamente à descoberta, ou melhor, redescoberta dum caminho verdadeiramente novo no campo do pensamento ético: a «pessoa humana», a que poderíamos chamar, parafraseando Ortega y Gasset, o «tema ético do nosso tempo».

LUÍS RIBEIRO SOARES

DUAS POETISAS BRASILEIRAS

HENRIQUETA LISBOA

PRISIONEIRA DA NOITE, uma criança ergue os olhos para o clarão que julga ver emergir da montanha que limita o horizonte da sua vida. E atrás desse clarão, na procura incessante e infindável daqueles cujo destino está ligado ao ritmo de todos os movimentos da Natureza — com a palavra Natureza quero referir-me não só a campos, flores, searas, mares, rochedos, substância humana e misteriosa, mas também àquele potencial de estranha subtileza, constantemente ligado a cores e a sons, que emana como um perfume da atmosfera que respiram — essa mesma criança de olhos sábios eleva o seu canto dentro de um corpo de adolescente ou de jovem, solicitada pelas correntes impetuosas do Tempo, mas ainda assim trémula e comovente como a timidez impressionável da infância.

No fundo de cada Poeta existe, sem dúvida, uma figura marcante, dorida e melancólica, que estende os seus braços, como uma planta sinuosa, por toda a sua vida. Dentro de alguns subsiste a juventude, com a moldura onde se deslocou e a tinta das emoções que, nessa época, por si se derramaram. Mas noutros — e são esses o maior número — é a criança aflita perante o mistério que adivinha e que não pode escalar — tente, tente em vão a subida — a persistente viajante batida, deslumbrada, curiosa, cruzando e tropeçando a cada passo nas estradas varridas por todos os ventos ou encharcadas da estranha luz que, só por ser vista com os seus olhos, é estranha e inexplicável.

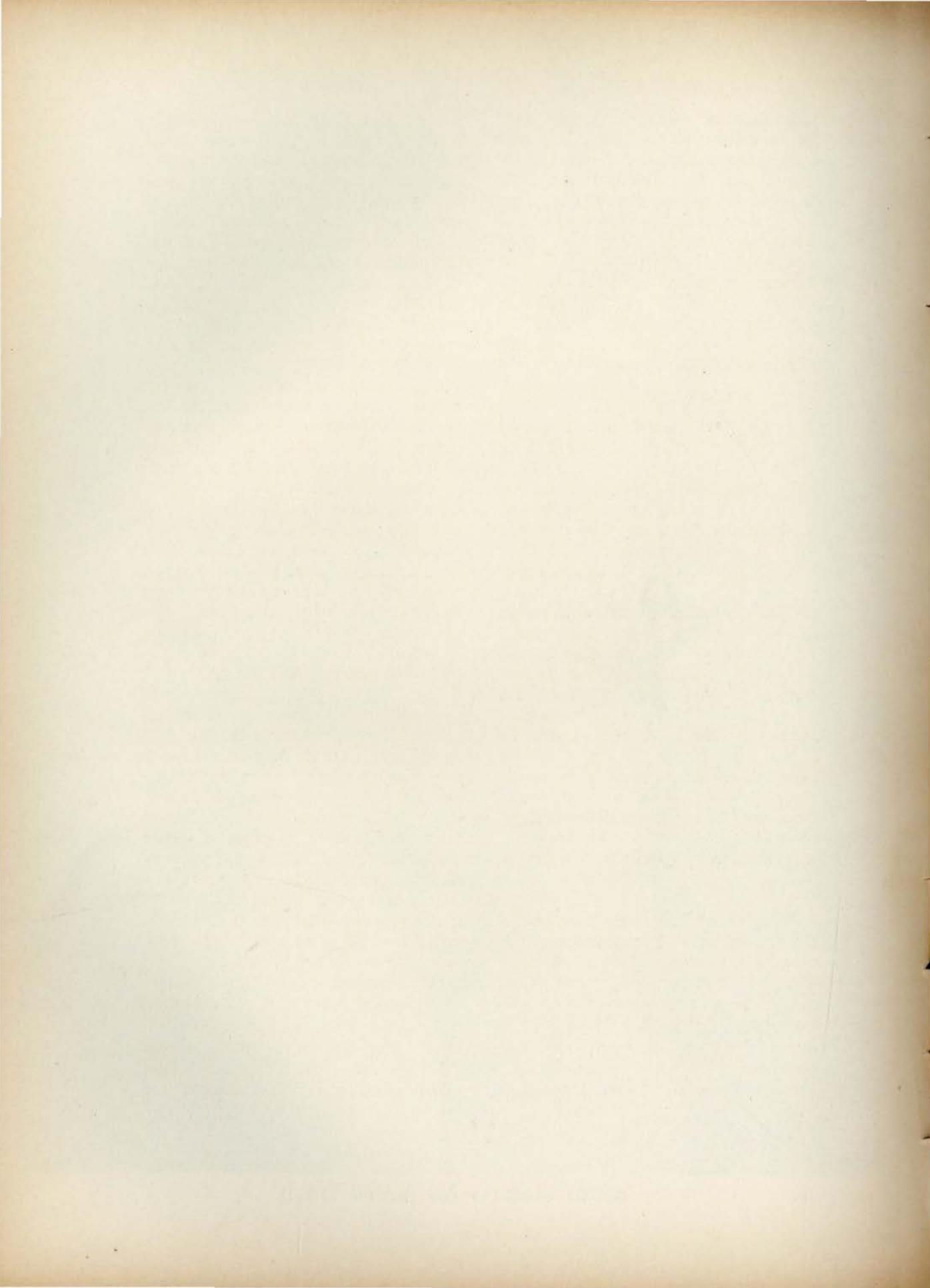
Henriqueta Lisboa guarda, no fundo da sua gravidade poética a criança que foi, demasiado precoce, demasiado rica de intuições e sonhos — voz que não pode deixar de ouvir seja qual for a distância a que se coloque.

É por isso que o fantástico mundo das crianças não tem para si véus nem interrogações. Por isso escreveu um livro maravilhoso: *O Menino Poeta*, simples, ecoante, repleto de uma tão pura harmonia que basta a dicção de certas palavras para encontrarmos o caminho da emoção fresca e musical.

Todo esse livro está cheio da alma translúcida e ansiosa do *menino Poeta*, da intuição magnífica que vai realizar largas imagens só pela escolha de certas palavras que as crianças melhor entenderão. Assim, *boizinho de olhos compridos*, em lugar de *boizinho dos olhos longos* de mais difícil compreensão para o leitor pequenino.

E nada falta aí, do que rodeia, aflige e perturba a criança sensível, de olhos abertos para a noite, presa de medos e sombras que prevê e adivinha. Caboclo de água tem um corpo enorme; é quase tão grande como o gigante Adamastor, e a expressão de que Henriqueta Lisboa se serve para começar o poema enche bem os sentidos inquietos de um som longo e arripiante que, numa curva, parte dos nossos lábios para a noite de chuva: «Caboclo d'água ô caboclo d'água».

Em *Prisioneira da Noite* ou em *Face Lívida* uma forma feminina e esvoaçante se desprende a cada passo da sua poesia. A «menininha ríspida, cujo coração ficou para sempre diante da

BRUNO GIORGI — *Nu juvenil* (1942)

vida batendo, batendo assombrado», faz nestes seus livros, talvez sem bem se aperceber do facto, a mistura do sensual e do vago, com uma clareza tão fácil que lhe permite libertar-se e partir sem prisões de si mesma e a cada instante.

Na noite não posso ficar como uma rosa pendida
porque o homem solitário viria tomar-me pela mão
imaginando que sou a que procura amor.

Na noite não ficarei com a túnica esvoaçante
e os cabelos em desordem
porque uma criança poderia pensar que sou a louca sem pouso.
Na noite não, porque a velhinha trémula viria perguntar-me se acaso sou a sua filha desaparecida.

Oh! Quem me ensina os caminhos da madrugada?
Porque não se acendem agora, sim, agora, os candelabros das Igrejas?
Porque não se iluminam as casas onde há noivos felizes?
Porque de tantas estrelas no céu ao menos uma não se desprende
para vir pousar no meu ombro como um sinal de esperança?
Tenho um encontro marcado há longo, longo tempo...
Mas não chegarei porque sou a prisioneira da noite.

Tem uma grande beleza a poesia de Henriqueta Lisboa; impregnada de um simbolismo subtil possui, no entanto, a luminosidade que explica, sem delongas, imagens e sentimentos na comoção vencedora de quem descobre só com os nervos despertos, alma em peregrinação, *tesouros do fundo de água!*

Embora seja a própria Henriqueta Lisboa que afirme: «tenho um encontro marcado há longo, longo tempo, mas não chegarei porque sou a prisioneira da noite», a verdade é que está presente a todos os encontros: quando fala dos vivos, quando fala dos mortos, quando fala do vento, quando se mistura, lírica, ao próprio húmus, ou quando olha, da sua vida múltipla, *uma vida breve.*

Henriqueta Lisboa sabe que nem a maior velocidade dos veículos terrestres a levarão à estação de chegada. Sabe que nenhum navio, por mais veloz, a levará ao seu cais de desembarque. Não por estar *Prisioneira da Noite,* nem porque se destrua no arder lento e trémulo de círio alto, mas porque existe em si um *menino Poeta,* a sonhar constantemente inalcançáveis visões, a construir fortalezas que tombam ao vir do mais pequeno temporal — certeza de saber que, ao fim da viagem, a sensação de ter sempre que fazer outra viagem lhe acudirá irremediável e eterna.

HAYDÉE NICOLUSSI

Quando a verdadeira poesia surge, venha ela de um próximo país ou mesmo de outro continente — de uma outra vida vem ela sempre — ergue-se um luminoso mundo ao redor da sua expressão e da sua forma. Violenta ou doce, serena ou inquieta, a poesia é, ainda que o não pareça, egocêntrica e individual. Quando o poeta canta girou à sua volta e para si um delicioso planeta que só os seus olhos de dor, saudade ou mistério viram e compreenderam.

Só as crianças e os loucos acreditam em fantasmas e os vêem. Assim podemos imaginar que um mundo invisível, criado pelo cérebro do poeta, existe, com as características que não podem basear-se na lógica. O talento é, sem

dúvida, um produto do sistema nervoso. E assim se poderiam explicar, sem mais delongas, suicídios e desiquilíbrios complicados de que está cheia a História dos Poetas.

Se os homens não se importassem de conferir diplomas a poetas evitar-se-iam, talvez, grandes desgraças na vida destes sensíveis. (Quando digo poetas abstraio-me injustamente dos artistas que podem ser poetas, no som, na cor ou na prosa). Pois bem. Se, como digo, os homens conferissem aos poetas um *diploma de poesia* eles saberiam, tal como quem faz um exame radiológico, que possuíam, senão uns nervos doentes, pelo menos uns frágeis nervos capazes de segredar e incitar às mais desesperadas soluções de paz. Porque, ao cabo de sofrerem muitas inquietações e desilusões que relacionam com a vida ambiente, começam a desejar com insistência um eterno sossego de espírito. E essa clareira, nunca lhes apareceria como prova final de uma existência, se soubessem de antemão que os seus desaires e as suas contínuas provações tinham por principal motivo a maneira como eram recebidos no fundo de si mesmos.

E assim como as cores dos seus belos deslumbramentos possuem uma tonalidade mais clara do que as atingidas pela maioria das pessoas, assim o lusco-fusco das suas dores e angústias se carrega de aflição como ao vir de uma grande noite de renúncias e lágrimas.

Por isso e porque é pura, a poesia cansa o leitor vulgar. Mesmo quando transporte a sabedoria e o pecado, a boca de que se serve é infantil e delicada e o alvoroço que desperta não dá senão para um escasso momento de entusiasmo.

No entanto, indiferentes ao eco que as suas vozes não logram encontrar, os poetas continuam cantando.

Haydée Nicolussi é brasileira e aparece com um livro, *Festa na Sombra*, que melhor se poderia chamar *Festa na Luz* — se só atendêssemos ao fio luminoso que como um rio circunda cada poema.

Discretamente, com um pudor irmão da mocidade, preferiu Haydée chamar-lhe *Festa na Sombra* como se quisesse apagar um pouco a realidade do seu grande talento.

Não é verdadeiramente a desencarnada, mas liberta-se a cada passo da terra com uma consciência pouco vulgar nos poetas. É uma sensibilidade que se conhece completamente. Enquanto Florbela, a nossa grande poetisa morta, diz, ao situar-se entre os homens:

O mundo quer-me mal porque ninguém
tem asas como eu tenho. Porque Deus
me fez nascer princesa entre plebeus
numa torre de orgulho e de desdém.

para definir as sensações de intrusa e de ave que sente ao deslocar-se nas estradas da vida, Haydée escreve:

Eu sempre fui assim, feita de rectas e ângulos
e esse ar de pássaro friorento que andou perdendo as penas.
Nunca pude irmanar-me à beleza da lua cheia
desde o mais alto esplendor dos meus dezoito anos.
Meus amigos são poucos. E amigas menos ainda...

Não podemos esquecer-nos que Haydée tem um «ar viajeiro, cabelos cor de areia, corpo de duna ondulante e um coração de sereia».

A poesia transmitida por uma voz como a de Haydée Nicolussi desenrola a faceta mais rara neste género de confissão: o seu mistério não lhe desperta a confusão do desconhecido. Haydée

refugia-se nele e sabe como ninguém o terreno que pisa. Todavia, essa clarividência não rouba às suas fugas a beleza da claridade e do sonho. Friamente diz:

Com a minha alma conquistei o mundo.
Hoje, a cultura é o trem de luxo em
que viajo,
o meu avião e o meu navio.

Poesia consciente a sua, não há dúvida. Mas nem por ser consciente é menos bela, menos tocada de sortilégio. Fresca, possui a esbelteza dos caules moços gotejados pelo orvalho. E até nos gestos de alma que são reminiscências, toda a dor vem atenuada por uma espécie de aceitação — porque Haydée sabe que nada perdeu e tudo encontrará. O que para os demais é saudade, inútil miragem de reconstruir o passado, é nela possível regresso, riqueza inigualável, bem guardada na sua passagem de solitária entre uma inútil multidão:

Voltarei, com os mesmos passos ávidos
da infância,
ao primeiro caminho andado que levava
à chácara húmida de orvalho,
onde cantavam sanhaços irrequietos,
entre goiabeiras em flor ;
ou num passo da adolescente pensativa,
pelo trilho barrento do monte,
que à tardinha cheirava a mato morno
e a moitas de malmequeres floridos.
....

N A T É R C I A   F R E I R E

Quatro poemas do Mar e da Cidade

I

Deixa as horas, Poeta... Olha, a teus pés,
o silêncio das ruas, da cidade...
Estás só — e sofres? Mas que queres? Há-de
desempenhar alguém este entremez...

Que importa o resto se a alegria invade
os teus iguais? Sabe-lo-bem, não és
mais do que um calmo e lúcido revés
sofrido por ignota divindade...

Que importa a hora, se o luar flutua
sobre a cidade morta, silenciosa,
tornada feudo da Senhora Lua?

Olha a roseira, meu Poeta, e goza
o provincianismo desta rua
na solidão daquele botão de rosa!

II

Não quero brinquedos, ah, não!
Quero um barco, a maresia
e a doçura da largada...

(Que eu sou amarrado à terra
na vã e inglória atitude
dos que não se realizam...)

Ah, dêem-me um poente
numa paisagem longínqua
que vive em mim pressentida
na cálida nostalgia
de mais poder e viver
em latitudes sonhadas...

Dêem-me a pura alegria
das coisas realizadas!

III

Toma o ponto e marca a tua posição
no mundo... Se queres chegar onde a beleza existe,
agarra nos compassos e persiste
até achares a solução...

Mesmo que ignores a trigonometria
e nada saibas de navegação,
lá chegarás, suprindo a teoria
com a grandeza do teu coração!

IV

Olha, Amor, não há estrelas na céu. Roubei-as
para alegrar o manto da minha alma.
Agora, na escuridão da noite, sei-as
dentro de mim e à sua luz incalma.

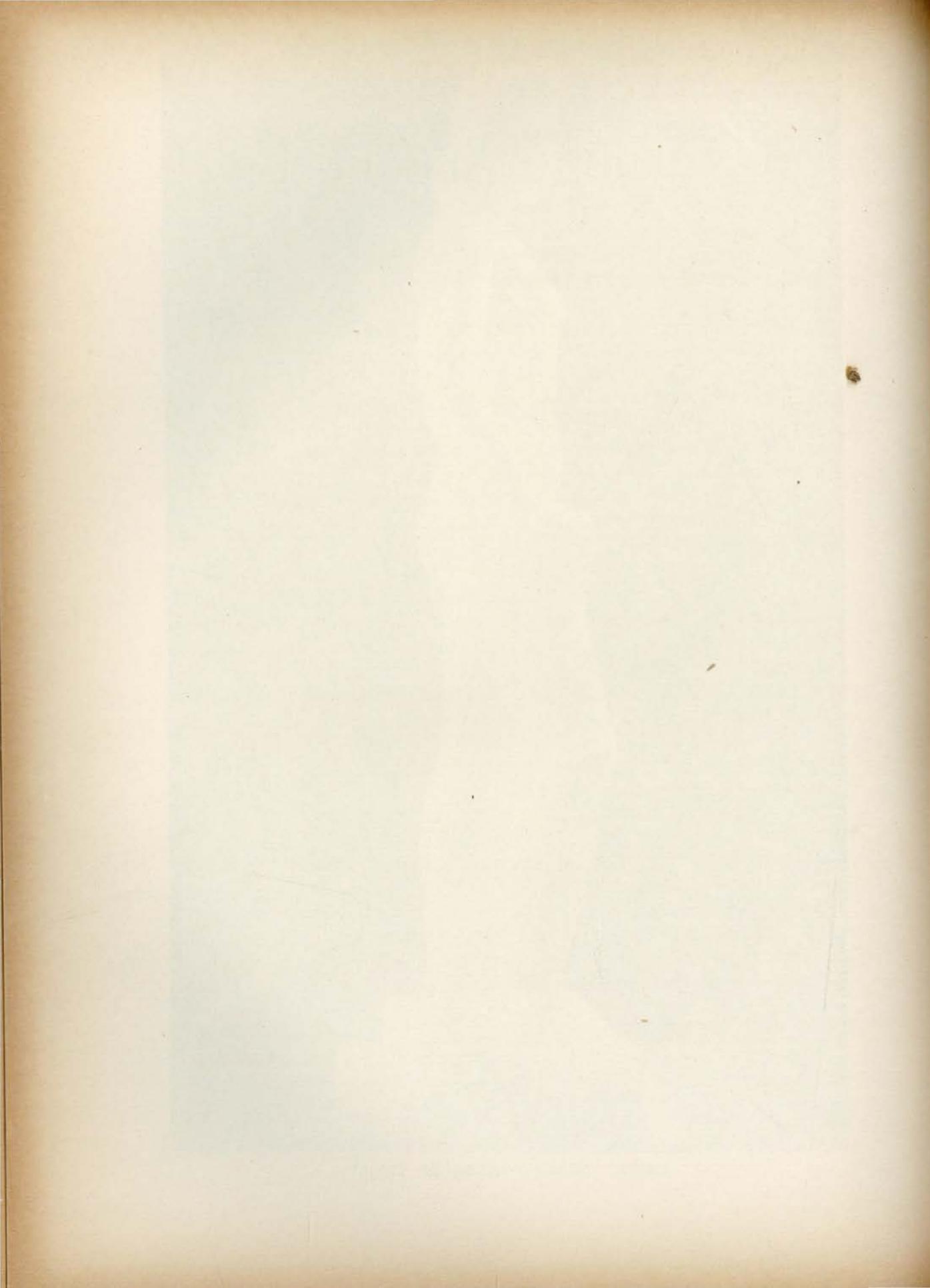
E estou sereno. Que me importa a opinião
que os outros possam ter de mim, Amor!

Posso encerrar-me em mim e na ilusão
de pertencer-me sempre este palor...

O que vier depois é minha obra.
E vou vivendo calmamente assim,
neste misto de pássaro e de cobra,
porque os astros roubados são em mim...

(Do livro inédito: «CÂNTICO DA BEIRA-CAIS»)

D A N I E L   F I L I P E

BRUNO GIORGI — *Banhista* (1945)

Um diálogo inconcebível

— Ó tio! — exclama Maria Eugénia no auge da indignação — para que os outros percebam que a gente tem bons sentimentos, é preciso dinheiro... sim, dinheiro, meu tio. De que se admira?

— Estás enganada! — respondia o velho interrompendo a leitura do jornal — o que me faz admirar não é a tua anexação do dinheiro com os sentimentos; o que me admira é a importância que tu dás aos outros.

— Já sabemos que o tio vive fechado dentro dum ovo, mas o que não pode é exigir que eu me aconchegue num espaço tão pequeno.

— Com certeza. Mesmo porque se te alugasse alojamento, tinha que abrir uma janela para ti, e isso complicava-me a vida. Começavas a olhar para fora, e ficava tudo estragado.

— Mas se o tio só quer saber de si, para que lê o jornal?

— Para me rir do mundo.

— Que heresia!

— Pois claro. Divirto-me com isso. Os homens são os soldados de chumbo do Criador. Coitados! Farto-me de rir com eles. Andam muito convencidos; querem mandar uns nos outros; empurram-se, barafustam, matam-se, e não sentem os cordelinhos que os fazem bulir. «Fui eu!» Eis a sua frase predilecta!

Minha rica! Nem é o teu coração nem o teu dinheiro que lhes modificará a sorte. Deixa-te disso.

Eram sempre assim as conversas entre os dois. A sua grande amizade não excluía uma quase permanente discordância, sempre que abordavam qualquer assunto. Maria Eugénia acabava por se calar pelo respeito que devia ao tio, mas ficava a remoer, e daí por pouco tempo recomeçava:

— Mas se uma pessoa estiver com fome e eu lhe der de comer, talvez não lhe modifique o destino, mas, pelo menos, alivio-o no momento que passa.

— Estratagemas! — respondia o tio, fitando Maria Eugénia por cima das lentes dos óculos. — O homem tem que saber o gosto da comida; tem que a provar de vez em quando para que sofra quando a não tiver!

Maria Eugénia não se conformava.

— Isso é diabólico, meu tio; não acredito. Essa filosofia é uma filosofia de comodismo. É horrível!

O tio Urbano ria-se, e recomeçava a leitura do seu jornal. Era o seu divertimento, discutir com a sobrinha. «Como ela ficava bem quando se exaltava, com as faces afogueadas e um brilho estranho nos olhos!» Desde que perdera o movimento das pernas que perdera pouco a pouco os amigos. Mas ele compreendia, e não levava a mal. Quem tem paciência para perder o seu tempo sentado ao lado de um paralítico? Eles vinham, ao princípio; mas depois foram-se cansando, até que as visitas se haviam tornado tão espaçadas que pouca ou nenhuma falta já lhe faziam. Restava-lhe a sobrinha. Às vezes chegava a não compreender aquela assiduidade, e para não a cansar fingia que dormia. Maria Eugénia compunha-lhe a manta e saía da sala pé ante pé. Urbano abria então os olhos e deixava a vista fugir pelo rectângulo da janela. Conservava-se imóvel e dava assim os seus grandes passeios. Era o segredo da sua felicidade. Havia três anos que se sentara naquela cadeira de rodas. Os primeiros doze meses foram de martírio, os segundos uma busca incessante da felicidade que lhe fugira, e os terceiros corresponderam à descoberta duma filosofia que o compensava de todas as faltas. Imóvel na sua cadeira de rodas, esboçava, às vezes, um risinho enigmático acompanhado dumas palavras incompreensíveis que a sobrinha já se habituara a não desvendar.

— Talvez tenhas razão, Maria Eugénia, quando te indignas comigo, mas crê que não há nada a fazer. Os cordelinhos que me prendiam ao destino, soltaram-se, e eu para aqui fiquei, sem movimento. A cabeça é que continua a pensar, e como já não tem quem prenda o fio desse grande novelo, ela aí vai a desenrolar-se, a dizer tudo o que sabe, a cometer indiscrições. Sabes porque é que os outros não falam?

Aqui o tio Urbano baixava o tom de voz, como quem diz um segredo.

— Sim, sabes porque eles não falam?... Porque andam todos à trela!... Eu soltei-me, e agora sei tudo, ouviste? Sei tudo! É assim como se soltassem um papagaio de papel. Largam-lhe a guita! O que ele vê antes de cair! Eu também não estou parado, como vocês julgam. Às vezes vou tão alto que sinto vertigens...

Maria Eugénia no intuito de que o tio não se cansasse apresentava-lhe o calmante para dormir. Ele é que o não tomava. «Querem-me tirar a única coisa que se move dentro de mim? A minha imaginação precisa de ginástica. Isto, Maria Eugénia é a minha vida.»

A sobrinha pousava o remédio sobre a cómoda, e ficava olhando o tempo no mostrador do relógio. Mas habituada como estava àquele género de conversa do tio, recomeçava:

— O tio já reparou quantas coisas se pensam enquanto o ponteiro aponta ùnicamente um minuto?

— Acreditas no tempo? Pára os relógios. O que fica? O farol apenas: claro, escuro, claro, escuro... Sempre, sempre; mais nada!

— Temos então o Mundo às riscas? pergunta, rindo, Maria Eugénia.

— Ora aí tens. Eu só piso no branco.

Agora é que Maria Eugénia não percebe nada. Olha para o tio e passando-lhe as mãos pela fronte, procura sossegá-lo.

— Não é preciso, minha filha. Eu estou calmo. Abre-me a janela e deixa-me só. Estamos quase na risca preta. Deixa-me sossegado. Vou viajar. Há países onde o sol, agora, está a pino. Boa noite para ti! Eu vou dar o salto para a risca branca.

Só Maria Eugénia sabia que o tio Urbano não estava doido.

R A C H E L   B A S T O S

Desenho de Estrela Faria

NÓTULA SOBRE ROMANCE E FILOSOFIA

A denominação de romance, assim como a de soneto, pode ser atribuída a uma produção literária que ostente um mínimo de certas condições formais ou exteriores, mas só corresponderá à verdade nos limites que lhe forem determinados pela análise filosófica. A tenebrosa doutrina da evolução dos géneros literários permitirá, talvez, afirmar que o romance é dotado de elasticidade e que, portanto, admite a deformação que vai do lirismo à epopeia ou da psicologia à sociologia, mas tal afirmação vale o que valer o evolucionismo, e implica sérias dificuldades tanto para a constituição da teoria como para o exercício da crítica. Ora o que exactamente se pretende, o que tem sido provocado pela opinião pública, é a elaboração de uma teoria portuguesa do romance que sirva de impedimento à acção dissolvente da crítica influenciada por doutrinas estrangeiras. A contribuição do pensamento filosófico será, para tanto, de indispensável utilidade porque possibilitará a obra construtiva que compete à nova geração.

A *existência* do romance decorre entre variantes de processos literários, mas a sua *essência* é inalterável por definição. Romance, em verso ou em prosa, é sempre narrativa de amor. O carácter naturalista do romance não lhe pode ser negado, nem pela psicologia, nem pela sociologia; e toda a tentativa de explicar o amor por ciências que, mais ou menos, se afastem da natureza, descaracteriza o romance e permite abusos que levam à decadência do género. Tal é a falsidade que reside no equívoco do romance de introspecção ou de intenção política, apologética ou combativa.

Dizer que o tema fatal do romance é sempre o homem, com os seus vícios e as suas virtudes, ou a sociedade com os seus conflitos evitáveis e inevitáveis, equivale a propor uma definição independente de sistemas filosóficos mas tão ampla que abrangeria então todos os géneros literários. Convém reagir, de vez em quando, contra a ficção abusiva do homem de sempre. Aliás, a figura que motiva o romance é mais a mulher do que o homem, porque, para o amor, a natureza tem uma presença real que a sociedade circunstante nunca poderá esconder.

A semelhança entre a obra do romancista e a obra do filósofo está em que ambas resultam da tentativa de explicar o amor. Há uma gradação nas teorias explicativas do amor, e o crítico reconhece o mau romance pela qualidade de ser falsa ou nulamente explicativo, ainda quando a descrição e a narração brilhem entre artifícios literários. E neste passo convém rememorar que a pornografia, branca ou negra, é a denominação aplicável às obras propositadamente escritas contra o amor.

O problema da filosofia portuguesa antepõe-se, portanto, ao problema do romance português. Erradamente procederá o romancista que for procurar elucidação no amor platónico, porque no amor aristotélico é que se encontra a doutrina típica do amor português; mas se o amor platónico é conhecido entre nós, desde a deturpação vulgar até à interpretação superior que lhe foi restituída por Leonardo Coimbra, já assim

não acontece com o amor aristotélico cuja expressão não ocorre à primeira tentativa dos curiosos, quanto mais à negligência mental dos literatos incultos.

Finalmente, convirá determinar a significação do romance católico, o que, a esta luz, é relativamente simples: basta, para tanto, a meditação sobre o mistério do matrimónio. Dado que o amor culmina num sacramento, do ponto mais alto deve ser vista a extensão em que a natureza é gratificada, e, assim, todos os momentos da fenomenologia amorosa devem ser integrados na síntese que é a recíproca sacratização dos noivos, como um mistério que desde a origem se preparava. É inegável a dificuldade que esta interpretação opõe ao trabalho fácil dos literatos mais ou menos moralistas; mas a definição do romance obriga a aceitar a transfigurante realidade do amor, para além de todos os juízos mortais; se assim não fosse, se dominasse a aparência do mal, os melhores romances seriam escritos pelos advogados, posto que estes «intelectuais» do amor só conhecem o divórcio, ou seja, a negação.

Á L V A R O   R I B E I R O

Desenho de Stuart

P O E M A

POR UM QUADRO DE ARTUR DA FONSECA

É naquele azul
e naquela ilha
que a tristeza mora
e se encontra a vida.

— Olhos longe postos
não se sabe em onde,
nem para que lado.

Galhos verdes, magros,
hastes contorcidas,
gémeos são da alma
que se busca só.

Solitário mora,
mora nessa ilha,
quem serena a face
e respira a brisa.

(Do livro: «PROCURA», a publicar).

25 de Novembro de 1946.

E D U A R D O   B A S T O S

QUALQUER COISA

Eu quero — peço desculpa da ambição — escrever qualquer coisa de humano, de simples, de sincero.

Não quero que seja um conto, nem um poema, nem uma novela, nem um artigo crítico. Não quero que uma técnica ou que uma definição estraguem essa qualquer coisa que ainda não sei o que vai ser e tenho vontade de escrever. Estou no meu quarto, são três e meia da tarde, já não chove e oiço por debaixo de mim um operário bater com um martelo, na oficina de móveis da Rua Nova do Loureiro. Digo estas coisas porque, seja qual for a história que vou escrever, ela não se pode desligar do que sou, como homem. No fundo, no fundo, contra aquilo que muitas vezes tenho pensado, nenhum escritor pode escrever com realidade, se está todo o tempo a disfarçar a sua existência humana. Escreva ele o que escrever, nós sabemos muito bem que ele está ali, e que o que escreve é, afinal, o mundo através dos seus olhos — não *o* mundo. Realidade? Não, *a sua* realidade. Ele quer ser o mágico que revela aos leitores coisas que não tinham sabido perceber. Quer ser o professor da realidade, seja qual for o sentido que se der à palavra, quando, no fim de contas, é o professor da sua vida, da sua experiência, da sua inteligência — que quer, ambiciosamente, universalizar, tornar o símbolo da vida. Todo o seu esforço de escritor (estarei apenas a escrever sobre mim próprio?) é conseguir uma visão objectiva da realidade, como se, por momentos, pairasse por cima de todas as coisas existentes. Pobre escritor, que nem sequer está convencido de que tem razão!

O que origina uma escala de valores, não passa da maior ou menor subjectividade das obras literárias. O problema que ponho a mim próprio e me confesso impotente para resolver, é este: o caminho para atingir a realidade é o esforço para a objectividade; para, como disse acima, pairar acima de todas as coisas e até pairar acima do meu eu como um dos múltiplos factores do todo — ou será o mergulho franco e total na subjectividade, no mundo do «pessoal», do «individual» do «subjectivo»? Se eu sou um átomo de um corpo a que é costume chamar realidade, mergulhando em mim próprio e desprezando o resto, isto é, admitindo que tudo o que digo é opinião, interpretação, chegarei mais seguramente a essa realidade tão procurada? Sendo eu realidade, e conhecendo-me, não chegarei por esse caminho à meta utópica?

Deixei-me levar pelas palavras: está certo, por uma vez quero ser sincero. Provàvelmente, tudo o que disse atrás é poeira que amanhã, eu próprio varrerei aos quatro ventos.

O operário deixou de martelar. Que estará ele agora a fazer? Como será ele? Como estará ele vestido?

Não... o caminho para escrever qualquer coisa de humano, de simples, de sincero, ainda não é este. (Vòltei duas páginas atrás, para reler a minha primeira frase e repetir aqui «qualquer coisa de humano, de simples, de sincero». Efeito literário a que não soube fugir — pois é tão difícil fugir aos efeitos literários que nem ao efeito literário de confessar um efeito literário consegui escapar. Podia continuar indefinidamente).

Por vezes invejo estes operários da fábrica de móveis. E, confortàvelmente deitado na minha cama, friorentamente embrulhado em cobertores, imagino-me no lugar deles. Durante os cinco ou dez minutos que penso isso, *sou* um operário que conserta móveis e encera cadeiras.

Levanto-me às sete horas da manhã (tenho a minha idade: vinte e três anos), assobio enquanto faço a barba, e tomo o meu pequeno almoço simples: café bem quente e um bocado de pão escuro, da véspera, porque é muito cedo e o padeiro ainda não veio. A minha mãe é alegre e trabalha já, a cantar, quando eu saio e me despeço com um beijo brincalhão. O meu pai, contramestre duma fábrica, levanta-se agora, pois só tem trabalho às nove. É um homem rude, inteligente, que conseguiu chegar a contramestre à força de trabalho e de energia. A minha casa tem a sala que serve de casa de jantar, e de quarto da minha irmã miúda (sempre que penso coisas deste género, tenho uma irmã de oito anos), e onde recebemos as poucas visitas que às vezes temos. A sala tem um grande armário castanho onde estão fechadas à chave as melhores coisas da casa (não sei bem o quê), um aparador com os copos, a loiça e alguns pratos pintados, a mesa sempre coberta por uma renda grossa e amarelada, a cama onde dorme a minha irmã, e uma arca onde guardamos roupa e lençóis.

Há ainda o quarto dos meus pais, com uma cama grande e um lavatório, o meu pequeno quarto, cubículo escuro que serve de passagem entre a porta da rua e a «sala», e finalmente, a cozinha. Mas toda a nossa existência se passa na «sala» onde estamos sempre — a mãe a coser, o pai a ler o jornal, a minha irmã a brincar ou a olhar para a rua, e eu a falar com eles.

Às sete e meia, lá vou eu a assobiar pelas ruas do Bairro Alto, com o fato de macaco sujo aberto sobre o peito, as mãos nas algibeiras, respirando o ar fresco da manhã. Sinto-me leve como nunca me senti e gosto

de tudo — das casas, dos gatos, das peixeiras, da mulher da hortaliça e das carroças que passam com estrondo no piso mal pavimentado. Vou a pensar nela, na minha namorada. Gostava que fosse loira (por uma razão muito particular), mas por mais boa vontade que tenha, não acho que seja muito frequente um operário namorar uma rapariga loira. Encontrei-a num baile, no clube recreativo do meu bairro, dancei com ela, e, dois ou três dias depois, gostávamos um do outro. Sim, gosto dos seus cabelos, dos seus olhos que riem, do seu nariz pequeno, do sua boca, dos seus braços, dos seus vestidos. Gosto de tudo, nela. Às vezes zangamo-nos, mas quando a zanga passa — ainda gosto mais dela e os motivos de zanga transformam-se misteriosamente em motivos de amor. Ando a pensar em casar, mas ando preocupado porque, lá em casa, é difícil caber outra pessoa. Ou vou viver para outro sítio, mas o meu salário ainda não chega, ou nos mudamos todos para uma casa maior, mas onde está o dinheiro, onde está essa casa? Ou então levo-a lá para casa, mas isso é quase impossível.

Trabalho das oito ao meio-dia, a encerar, a polir, a serrar toda a espécie de móveis. Quando o patrão nos anuncia o descanso, saímos todos para a rua, devagar, como se não fosse nada, disfarçando perante os outros e perante nós próprios o nosso contentamento infantil. Umas vezes sentamo-nos à sombra, no passeio, a falar e a comer os nossos lanches. Outras vezes, quando alguém leva uma bola de trapos e papéis enrolados numa meia velha, jogamos ao futebol, procurando pôr os Benficas dum lado e os Sporting do outro. Os Belenenses vão para o lado do mais fraco. (Eu sou Benfica e não falho um jogo).

Às seis horas vou para casa, lavo-me e penteio-me ao espelho, e vou ter com a minha namorada. Às oito e meia venho para casa e, ou me deito, ou, se tenho dinheiro, vou ao cinema. Quase não penso; trabalho, como, amo, vivo, sou um homem feliz.

Quem sabe se o operário que trabalha, lá em baixo, não estará a pensar em mim, aqui em cima, que estou a escrever — logo: a não fazer nada. Ele vê-me passar de sobretudo azul-escuro, de fato cinzento, *pull-over* e gravata encarnada às riscas, e se calhar pensa: se eu fosse aquele tipo...

Não, eu não posso sentir o que ele sente, e ele não pode sentir o que eu sinto. Tudo o que eu sei dele, é visto através de um condicionamento diferente nas linhas gerais e nos mais insignificantes pormenores; tudo o que ele sabe de mim, é visto através de um condicionamento igualmente diferente. Mesmo que nos conhecêssemos, nunca nos poderíamos compreender com exactidão, embora eu talvez tivesse maiores possibili-

dades. Para ele, eu seria um homem como ele — mas com a diferença de ter resolvidos pràticamente todos os seus problemas. Para mim, ele é um homem como eu, com a diferença de ter resolvidos todos os meus problemas espirituais — pois para ele quase não existem. Eu sei lá se ele ama como eu amo, se ele olha para as carroças barulhentas, cheias de hortaliça fresca, que passam de manhã, como eu olho?

Não, eu não consigo imaginar exactamente o que é este operário, ou esse cego que toca por debaixo da minha janela ou esse bombeiro irmão da minha criada. Eu nunca fui ao futebol de manhã cedo, às nove horas, para ver jogar os juniores e todas as categorias, a pé para poupar os dez tostões do eléctrico, com um farnel embrulhado em papel de jornal... Eu nunca tive frio, frio sem solução, sem remédio, sem cobertores suplementares guardados numa gaveta, nem fogões de petróleo, nem *cache-cols,* nem camisolas.

Não imagino o que é ser pobre, e doente, e miserável, e saber — saber com o sangue, com os nervos, com os músculos, com o coração, saber com as lágrimas, que não há nada a fazer, que é irremediável...

E eles? Já pensaram, por ventura, que os problemas espirituais pesam quase tanto como os outros? Já pensaram que o dinheiro não é tudo, que não basta para atingir a felicidade? Não, aquele operário que trabalha na minha rua (aquele operário que é um símbolo de tudo o que não é *eu*) não sabe o que é estar numa encruzilhada de mil caminhos, perdido, indeciso, e sendo obrigado a escolher. Não sabe o que é estar numa encruzilhada de políticas, procurando uma, mas duvidando de todas, encontrando, em todas, deficiências, quer de carácter teórico, quer de carácter prático. Não sabe o que é estar numa encruzilhada de filosofias, não sabendo o que existe, o que é a existência, nem como é possível conhecer, e querendo, desesperadamente, encontrar a solução verdadeira. Não sabe o que é hesitar em frente da religião, em frente da moral, e ser obrigado pela própria natureza do homem, a escolher uma religião (ainda que sem ser especìficamente religiosa) e uma moral (ainda que individual). Não sabe o que é ver-se rodeado de ideias, de fórmulas, de contradições, de dúvidas. Não sabe o que é sofrer — com o espírito. Não conhece a angústia que representa tomar atitudes com que não se concorda, dizer coisas que se não pensam — tomar uma linha de conduta artificial que se vai transformando lentamente, desesperadamente, numa linha de conduta natural.

Eu nunca o poderei conhecer, está bem, mas resta-me uma consolação — ele também nunca poderá saber quem sou, o que sou, o que procuro. Parei um minuto de escrever e pensei um bocado: será verdade,

toda esta amálgama que tenho escrito até aqui? Não terei eu capacidade para construir no meu cérebro um operário, ou um varredor da Câmara, ou um cavador de enxada tal como eles são, pelo menos fundamentalmente? Sou, sou, tenho a certeza, e risco tudo o que escrevi atrás. Pensei mais um bocado, e resolvi não riscar. Confusão: o melhor é mudar de assunto, não quero lutar mais pela minha modéstia contra o meu orgulho, nem pelo meu orgulho contra a minha modéstia.

Talvez possa, no entanto, escrever um dia um bom romance. Vaidade? Muita. Justifico-me a mim próprio: sem vaidade nada é possível realizar — porque o realizador, afinal, é aquele que tem a vaidade de acreditar que é capaz de realizar. Em princípio, é tão vaidoso o que realiza, como o que tenta sem o conseguir — portanto, mesmo que nunca faça um bom romance, a minha vaidade está justificada, e um dos grandes segredos da vida está em conseguirmos arranjar justificações plausíveis para todos os nossos actos, mesmo os actos mais ridículos, mais baixos, mais mesquinhos, mais monstruosos.

Agora são dez para as cinco — por isso acabo estas considerações que pretendiam, ao princípio, ser «qualquer coisa de humano, de simples, de sincero». Deixei-me ir inteiramente ao sabor do meu pensamento, procurei não lhe pôr entraves. E isto — pobre de mim! — já me basta como justificação...

A N T Ó N I O   Q U A D R O S

ETNOGRAFIA E NACIONALIDADE

Com escândalo, se não com ridículo, foi recebida a afirmação de Nietzsche de que a Europa precisava de passar por um século de analfabetismo.

Meio século depois, o etnólogo português Adolfo Coelho, publicava um livro intitulado «Cultura e Analfabetismo», no qual defendia a tese de que o conhecimento da escrita e da leitura em nada contribuía para o progresso de um povo. E aproveitando a onda de horror contra a barbárie germânica, promovida, então como hoje, pela guerra mundial decorrente, Adolfo Coelho mostrava que, sendo a Alemanha um dos povos com menos analfabetos, era também o mais horrífico dos povos aos olhos moralistas dos países ofendidos. Aliás, de evidente significação era já o título do breve estudo, «Cultura e Analfabetismo», termos conjuntados pois conciliáveis.

Da cultura possuía Adolfo Coelho uma noção germânica, já então patentemente oposta à «ilustração» alfabética que o iluminismo exigia da varinha de condão da política que lhe corresponderia e que de facto lhe correspondeu, durante o século XIX. A cultura não era o alfa e o beta das primeiras letras, mas o alfa e o ómega da realidade nacional.

Etnólogo, Adolfo Coelho definia a etnografia como sendo o estudo da formação das tradições de um povo; isto é: a etnografia é o estudo da cultura popular. Logo, muito distante do significado ainda hoje predominante da cultura como divulgação, estava o etnólogo português.

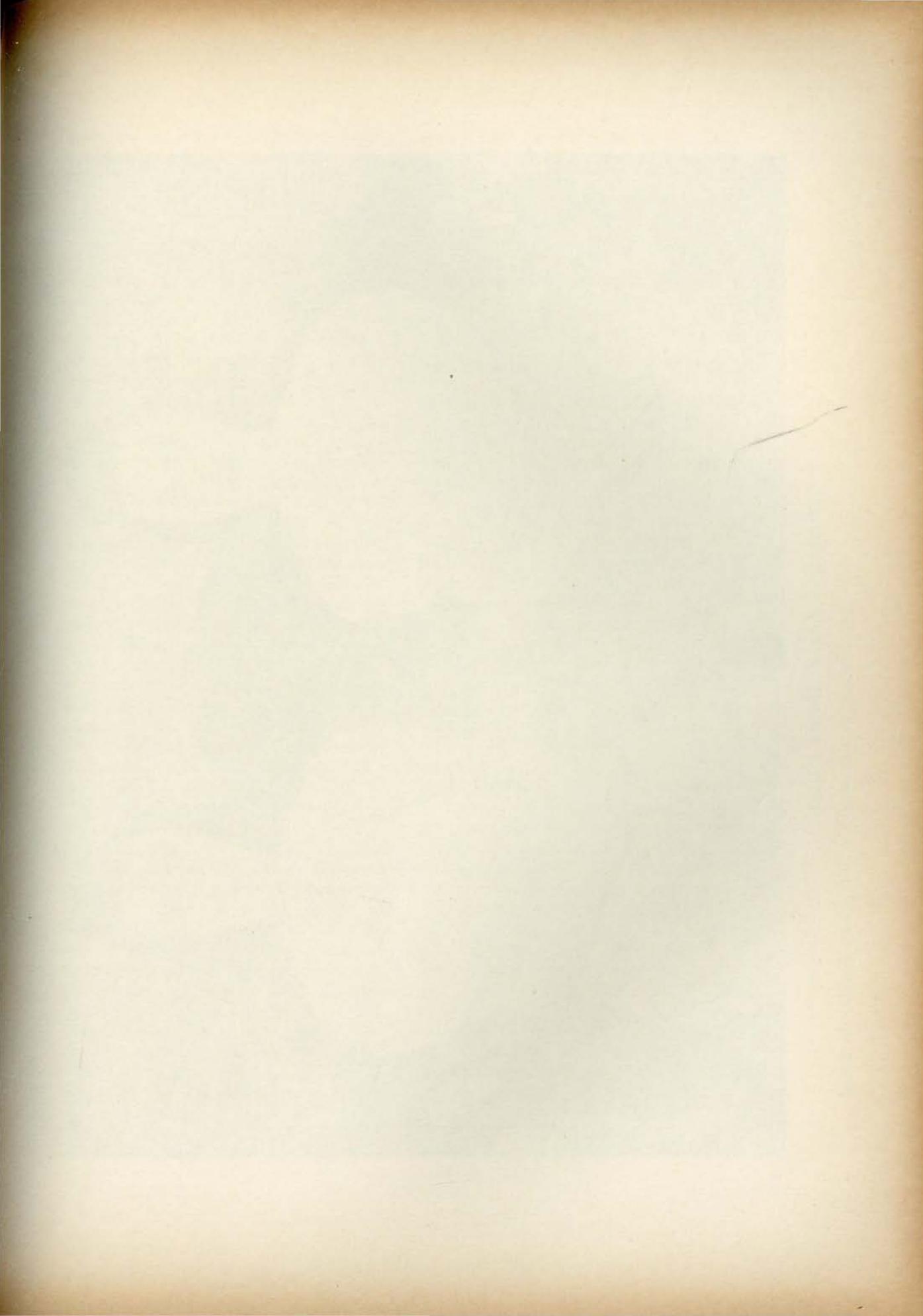
A cultura popular não seria, como não é, o corpo dos conhecimentos humanos postos ao alcance de todos, por virtude de um rebaixamento desses conhecimentos a fórmulas vulgares por vulgarizadas, fáceis por facilitadas e falsas por falsificadoras. A cultura popular seria, como é, uma sabedoria própria do povo, por ele criada e por ele guardada, original e profunda.

Definida deste modo a cultura, importava sobremaneira conhecê-la, tomar consciência dela, e desenvolvê-la nas diversas formas de actividade que, nela se inspirando, por ela adquiririam originalidade e verdade.

Assim, o etnógrafo seria o estudioso da origem cultural ou popular. Um grau acima, o etnólogo interpretaria os elementos da etnografia, possibilitando a sua utilização pela arte, pela filosofia e pela religião, e, mais do que possibilitando, nelas os integrando. Só existia uma arte autêntica — e uma filosofia e uma religião — quando radicadas no povo.

Mais laborioso etnógrafo e menos inteligente etnólogo, Leite de Vasconcelos tornou esquecido o nome do seu par e seu contemporâneo Adolfo Coelho. E ao evocar os nomes de Adolfo Coelho e Leite de Vasconcelos, logo nos ocorrem os de Teófilo Braga e de Vasconcelos Abreu. Esta *équipe* do Curso Superior de Letras tem hoje seus continuadores na Faculdade de Letras que lhe continua as tradições, sendo justo destacar os Professores Manuel Heleno e Mário de Albuquerque, assim como podemos referir, da Faculdade de Letras de

GUIGNARD — *Lea e Maura* (1940)

Óleo, propriedade do Ministério da Educação e Saúde, do Brasil

Coimbra, os nomes dos Professores Virgílio Correia e Aarão de Lacerda.

De fonte germânica são os estudos que, por levarem tão longe o domínio da etnografia, abrangem nele o estudo das religiões. À etnografia pertencem as investigações sobre os mais antigos e enigmáticos documentos religiosos, como o Zhoar, a Bíblia, a Tábua de Esmeralda ou os Vedas. Assim, a etnografia toca fronteiras com a religião, servindo-a.

Os primeiros estudos etnográficos provêm do período romântico. Seu iniciador foi Herder, e esse início participa do movimento continuador da civilização europeia, interrompida, nas suas linhas gerais, desde a Renascença ao iluminismo. Os fundamentos deste, começaram então a ser aniquilados, embora o iluminismo ainda hoje subsista numa forma de aberração política a que pertencem todos os internacionalismos. Na política define-se pois a etnografia como defensora das autonomias nacionais. E é na etnografia que as nacionalidades encontram a sua justificação, jamais determinável mediante abstractas noções jurídicas. À nacionalidade definida como uma realidade jurídica, opõem-se com vantagem os argumentos económicos ou de ordem chamada sociológica do internacionalismo.

Esta verdade tem sido reconhecida por todos os países. Qualquer português medianamente viajado, como Ramalho Ortigão, conhece o Museu do Trocadero em Paris. A França, embora não arranque a máscara de um desinteressado nacionalismo, sabe quais os meios de defesa e propagação da nacionalidade a empregar para o domínio dos demais povos. Assim, embora oponha à noção etnográfica de cultura a sua noção de «civilisation» universal, a França cuida do que culturalmente muito lhe importa, e apresenta ao olhar do viajante «civilizado» esse grandioso monumento de etnografia que é o Museu do Trocadero.

Aos estudos etnográficos alemães nos referimos já. E contudo a Alemanha é um país circunscrito a um território continental.

Dos demais países de forte afirmação nacional, como a Inglaterra e até os Estados Unidos, chegam-nos sinais do desenvolvimento da etnografia.

Deste modo, e em toda a parte, embora a política por aberração ou cálculo, continue a exigir a unidade internacional, essa exigência ou é retrógrada ou visa apenas uma unidade que, feita pela cultura, imponha uma cultura. Monstruosa pretensão esta que, no entanto, se encontra hoje, não só possível como facilitada, pelos meios técnicos de expansão, sejam eles o cinema, a rádio e a imprensa.

Nesta hora, mais do que nunca, compete aos povos defenderem-se contra as ameaças que os rodeiam. E compete às entidades responsáveis recorrer às culturas populares e desenvolvê-las. Nelas reside a primacial defesa das nacionalidades, uma vez por terra, em plena evidência, a inutilidade das abstracções jurídicas e sociológicas dos bacharéis enfatuados e alfabéticos.

Portugal tem responsabilidades próprias e comuns. Nas próprias importa assinalar que Portugal possui vastas Colónias e que a reunião destas em Império supõe o conhecimento e fortalecimento etnográfico delas, como única base de toda a possível acção unitiva. Às comuns pertence a nossa cooperação na etnografia brasileira.

No Brasil, a mesma raça implica a mesma tradição, e a mesma língua implica o mesmo desenvolvimento dos rudimentos da cultura. Afins, portanto, são os interesses por brasileiros e portugueses tidos na etnografia e na etnologia.

Estuda-se e prepara-se, neste mo-

mento, a futura realização em Lisboa de um Congresso Luso-Brasileiro de Etnografia.

Existem em Portugal, como no Brasil, etnógrafos de valioso mérito. Faltam em Portugal, como no Brasil, os elementos de sistematização necessários para que os estudos etnográficos ascendam a estudos etnológicos.

Falta-nos uma Grande Enciclopédia Portuguesa de Etnografia. Não se julgue, porém, que ela deva ser ordenada por ordem alfabética como o é, por exemplo, a Grande Enciclopédia Luso-Brasileira. Estaria antes dividida por assuntos, e de cada qual seriam indicados todos os elementos sobre ele conhecidos.

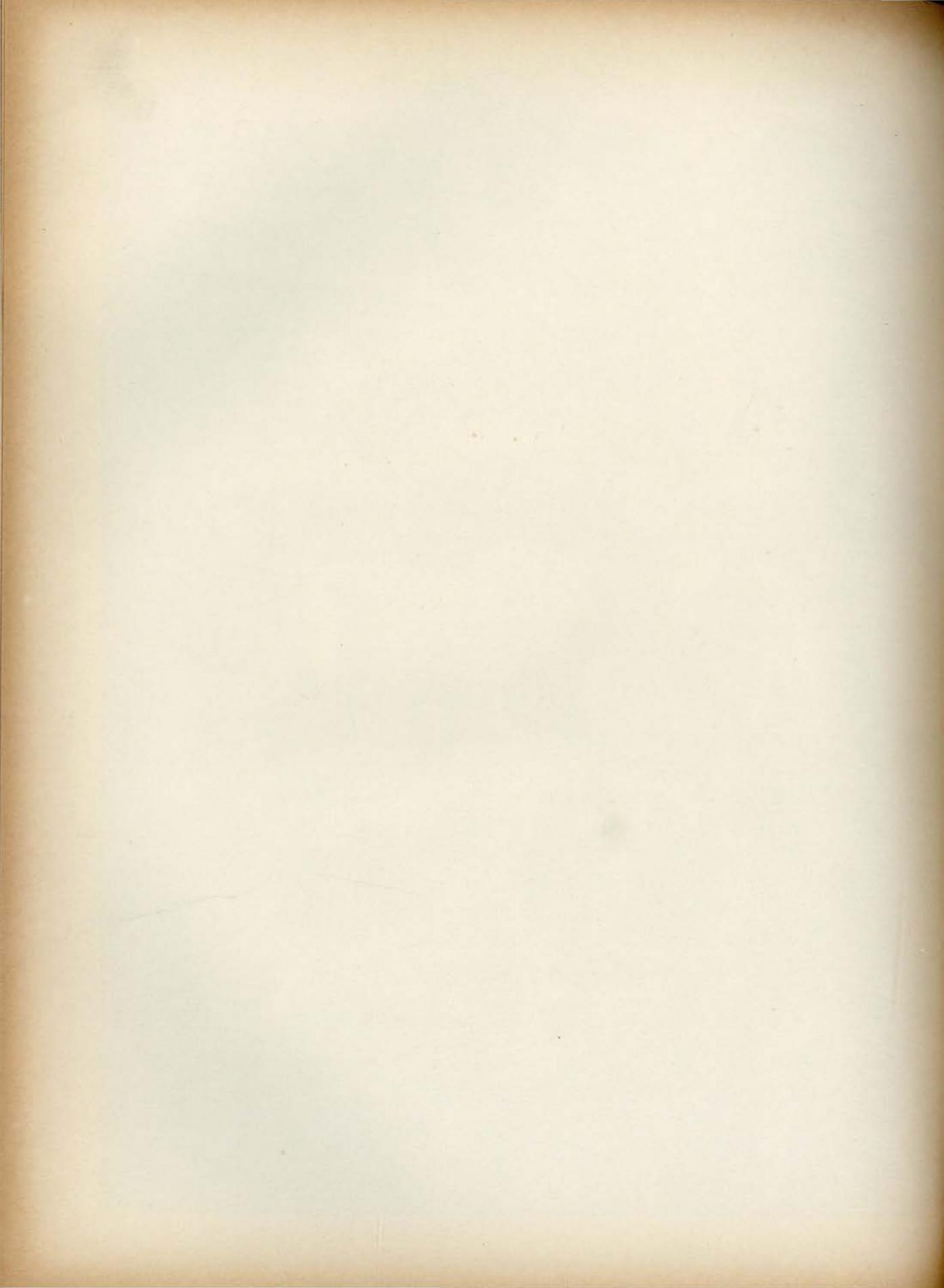
Falta-nos um Museu Etnográfico. Não um museu género turístico ou de colecção, mas um museu onde se encontre reunido e utilizável todo o material imprescindível ao estudo, e instalado num palácio de arquitectura monumental que, por razões óbvias, melhor seria edificado longe da capital cosmopolita.

Falta-nos um Instituto de Etnografia. Não um instituto inútil, constituído por reformados profissionais de diversas profissões, mas um instituto que provasse a sua meritória utilidade, e cuja primeira missão poderia ser elaborar a Grande Enciclopédia Portuguesa de Etnografia.

Está, pois, em estudo a realização de um Congresso Luso-Brasileiro de Etnografia. Receia-se que este congresso não possa vir a ser uma reunião de trabalhos concludentes. E este receio já previne os congressistas de tudo que falta aos estudos etnográficos luso-brasileiros. Importa, pois, que desse congresso — o que aliás é a sua única justificação — saiam os primeiros fundamentos para uma etnografia sistematizada. Os etnógrafos compreendem já que a etnografia se não limita a mera curiosidade folclórica. E se a realização deste congresso oferecer as garantias de eficientes resultados, as entidades competentes e responsáveis não podem deixar de o promover sob pena de contribuírem para que a expansão internacionalista — cujas diversas formas astuciosas os políticos a todo o momento denunciam — invada e obrigue a desaparecer, dentro de cinquenta anos, o nosso vasto mas informe Império Colonial. E para que evidente apareça esta temível realidade, lembremos que a acção política, violenta ou não, é o fruto amadurecido de uma subversiva expansão de culturas, nesta hora internacional e internacionalista multiplicadamente facilitada.

ORLANDO VITORINO

DORDIO GOMES — *A Montanheira* (Alentejo)

Painel decorativo, a óleo, na Câmara Municipal de Arraiolos.

CANÇÃO DA CASA DEMOLIDA

Casa demolida,
Sobre os teus restos
Outra casa nasceu.

E o quarto onde o meu avô morreu?...

Casa demolida,
Sobre os teus restos
Vive agora outra gente.

E o quarto onde o meu pai esteve doente?...

Casa demolida,
Sobre os teus restos
Já outra gente morreu.

E o quarto onde a minha mãe sofreu?...

Casa demolida,
Sobre os teus restos
Ainda outra gente chora e ri.

E o quarto onde eu nasci?...

Casa demolida,
Sobre os teus restos
Vivem outras crianças com outros medos.

E o quarto dos meus brinquedos?!...

RAUL FEIO

UMA VIAGEM PELA LITERATURA DO RIO GRANDE DO SUL

A Província do Rio Grande do Sul foi, até a alvorada do século XIX, um «vasto acampamento militar». Coube-lhe o destino de acidentado teatro das lutas que mantiveram, no sul do Continente, os Reinos rivais da Península Ibérica. Foi no território do Rio Grande do Sul que as Coroas de Espanha e Portugal decidiram suas contendas seculares.

Em 1821, o Governador da Capitania de São Pedro dirigia ao Ministro do Império Português um fervoroso apelo para que se intensificasse a instrução secundária no Rio Grande do Sul, onde não se encontrara um *homem de letras* à altura de representá-lo, como deputado às Câmaras do Reino. Nessa época, Porto Alegre, sede do Governo Provincial, só conhecia a escola particular de António de Ávila que se comprometia apenas a «ensinar a ler, escrever, contar e a doutrina cristã».

Foi este o ambiente que Saint-Hilaire encontrou no Rio Grande do Sul quando realizou sua viagem por estas terras quase desertas. E aconselhava que «no momento em que esta capitania pudesse gozar dos benefícios da paz, devia dispensar das armas a sua mocidade, para diminuir o aspecto militar da província» e dar assim um melhor destino às novas gerações.

Mas o acto do Governo Português incorporando em 1821 — um ano antes, apenas, da emancipação política do Brasil — a Colónia do Sacramento ao território lusitano na América, desencadeou novas lutas armadas e o conflito que envolveu os países do Prata teve, mais uma vez, como teatro sangrento o território do Rio Grande do Sul. A Província era um quartel. E à voz da imprensa ou à mensagem do livro em outras latitudes da América, o Rio Grande respondia com o vibrar dos seus clarins, nas fortalezas, e o rufar dos seus tambores nos desfiles marciais.

Nessa altura, os vice-reinados do Peru e do México contavam com o luxo das Universidades Reais, e escritores afamados realizavam torneios académicos (1).

O Brasil mesmo antes de conceder ao rio-grandense do sul as prerrogativas da cidadania, exigia-lhe a condição de soldado. E enquanto por outras extensões pacíficas do seu imenso território ensaiava suas indústrias, erguendo as tímidas chaminés de suas primeiras fábricas, ao Rio Grande se deixava entregue à riqueza selvagem de seus campos e à fartura comum de seus rebanhos.

O rio-grandense do sul, era, há pouco mais de um século, simplesmente um homem a cavalo, de lança em riste como um herói manchego, defendendo fronteiras disputadas e discutidas, dormindo em acampamentos ciganos, tendo por casa o seu poncho e por abrigo — nas soalheiras — a sombra amiga de seu cavalo. Nada mais parecido ao beduíno, aventureiro, jogando numa surtida o seu destino e a vida numa peleia de corpo a corpo.

Nada pôde construir. Na sua vida andarenga apenas a guitarra o acompanhava, aquela guitarra que lhe trouxera o Espanhol ou o Português. Era poeta e guerreiro, como um Árabe. Como um Árabe, afeito às correrias, nos

desertos. Como um Árabe, ligado à vida de seu cavalo.

Sua poesia reflectia sempre os aspectos da vida nómade. Cantava às noites de ronda, nos campos, pastoreando o gado selvagem, para a sangria na madrugada próxima. E os motivos de seu encantamento lírico, eram a mulher, que arrebatava, por uma noite, na garupa de seu *pingo*, ou a lua, que punha claridades mornas sobre a brancura de seus *pelegos* e na prata das maçanetas que cobriam seus *recados*.

Apenas numa faixa territorial do Rio Grande se erguia uma civilização. Era no reduto em que os padres da Companhia de Jesus haviam plantado seus colégios e seus templos, sob as bandeiras da Espanha. E a tomarmos em conta o depoimento de padre António Sepp descobriremos, nas reduções missioneiras do Uruguai, os primeiros ensaios da cultura rio-grandense. Além daqueles índios — Inácio Paica e Gabriel Quiri — que se fizeram artífices notáveis e, na música, intérpretes dos mestres europeus, o padre João Baptista Neuman, da Província da Boémia, lança os fundamentos do primeiro prelo jesuítico nos começos do século XVIII e edita a biografia de padre Roque Gonzales, escrita pelo índio Bernardo. Também o índio Nicolau escreveu sermões em latim, que foram lidos do púlpito pelos padres da Companhia de Jesus e depois remetidos à Europa, para que na Metrópole se aquilatasse do grau de cultura dos gentios conquistados à Cruz.

Fora disso — o deserto, primitivo e bárbaro.

Não havia por aqui, como no Peru ou no México, a atrair a ambição dos conquistadores, as fantasias do ouro, da prata e das esmeraldas.

Quando as lutas externas chegaram a seu término, nasceu na alma romântica do gaúcho o sonho da República. Havia pouco o Brasil rasgara os laços portugueses às margens do Ipiranga e levara a Coroa Imperial à cabeça de Pedro I. Bento Gonçalves alçou as rédeas de seu cavalo, impunhou a lança que aprendera a manejar nas lutas contra o Reino de Castela e proclamou a República de Piratini. O Rio Grande, livre e altaneiro, atendeu à voz de comando de seu grande general. E marchou para as coxilhas, para as novas aventuras guerreiras. Dez anos de lutas se sucedem, reduzindo os idealistas republicanos à miséria. E o nome de baptismo que os Imperialistas lhes deram, pelo aspecto da pobreza exterior, seria o nome de glória com que passariam às páginas da Imortalidade: farrapos.

Surgiu no Rio Grande uma imprensa, com a arrancada corajosa de 1835. E essa imprensa combativa e panfletária, trazia, quase sempre, uma literatura fogosa que tinha sotaque francês, embora muitas vezes nascida da pena arrebatada de Zambecari — o mediterrâneo que com Garibaldi atravessara os mares para lutar, na América, pelo sonho da República. Um poeta aparece entre os acampamentos militares. É Sebastião Mena, cantor de feitos guerreiros e chefes militares. Seus voos líricos não abrangeram grandes espaços e não atingiram grandes latitudes. Era uma voz quase tímida, de recursos limitados e apoucada imaginação.

A literatura do Rio Grande estava nas folhas furtivamente impressas, ora numa ora noutra cidade, seguindo o destino do Governo Provisório daquela República que viveu dez anos dentro do organismo político do Império do Brasil. Caxias, a grande figura do Exército Brasileiro, trouxe a paz interna para o país, reconduzindo à família nacional os revolucionários de 1835. Mas dez anos haviam decorrido, de lutas e sangrias reduzindo a Província à completa pobreza económica. A metade do sé-

culo XIX surpreendia o Rio Grande do Sul transformado em campos desertos, infestado de malfeitores e egressos da Lei.

A literatura do Rio Grande começa com o Romantismo

No litoral, menos atingido pelas borrascas da luta, Delfina da Cunha, a poetisa cega, publicava seus primeiros versos, nos quais Pinto da Silva descobriria vagas semelhanças com a poesia de Valmore, a «grande e subtil elegíaca de «Les Pleurs». E ao longe, na Europa, no desempenho de seu cargo diplomático, Araújo Porto Alegre, mais tarde Barão de Santo Ângelo, fazia-se o precursor do romantismo no Brasil e «iniciador do grande movimento literário de que Gonçalves Dias ficou sendo o mais alto e luminoso expoente» (2).

A crítica, nem sempre justa, quis dar secundária posição a Araújo Porto Alegre na paisagem literária do Brasil dentro de seu século.

Mas Araújo Porto Alegre foi, na Europa da madrugada romântica, a primeira voz que cantou a beleza virgem da terra americana. «BRASILIANAS» e «COLOMBO», seu grande poema, se têm contra si — na opinião de Ronald de Carvalho —, uma exagerada profusão de tintas e, às vezes, uma certa eloquência vazia, não deixa de ser, porém, a mais séria realização do poeta panteísta que ele foi. Araújo Porto Alegre foi também um dos maiores pintores de sua época.

Os comentadores da literatura brasileira vacilam em apontar Araújo Porto Alegre como o precursor do romantismo nacional. No entanto, Gonçalves de Magalhães mostrou-se influenciado pelo poeta de «BRASILIANAS» e Gonçalves Dias — a maior expressão do movimento — não fugiu à sinceridade da mesma confissão.

Quer fosse Gonçalves de Magalhães ou Araújo Porto Alegre o primeiro poeta nacional a cantar em formas novas a natureza agreste de Brasil, o que nos deve impressionar, como significativa e eloquente, é a reacção nativista que se erguia contra o classicismo português. Ambos foram legítimas expressões do pronunciamento dessa consciência brasileira que se emancipava, na arte, depois de emancipar-se pòlìticamente.

Diante do que representa a mensagem de Araújo Porto Alegre, toleremos a sua exagerada riqueza verbal, o abuso das tintas fortes e altiloquência que por vezes empanaram a claridade e a pureza da emoção — para encararmos a coragem magnífica de seu gesto libertário.

Contemporâneos de Araújo Porto Alegre foram José de Araújo Ribeiro e Joaquim Caetano da Silva que, desde a infância, viveram longe da terra e de seu teatro de lutas. O primeiro, bacharelou-se em Coimbra. O segundo, graduou-se em medicina em Montpellier.

Araújo Ribeiro escreveu «O Fim da Criação», livro que mereceu um prefácio de Darwin e ao qual Von Koseritz considerou «a melhor coisa que se escreveu no Brasil sobre cosmogenia evolutiva». Joaquim Caetano da Silva escreveu em português e em francês, sobre questões de limites entre o Brasil e a Guiana Francesa. Nenhum deles fez pròpriamente literatura, nos campos da ficção ou da poesia.

É também dessa fase o nome do Visconde de São Leopoldo que escreveu os «Anais da Província de São Pedro», obra de investigação histórica incorporada à galeria dos clássicos. José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo, como seus contemporâneos, também viveu longe da terra, no desempenho de altas incumbências diplomáticas, que o Brasil lhe confiava na Europa. E no Velho Mundo perten-

ceu à Academia Real de Ciências de Lisboa, à Real Academia dos Amigos Naturalistas de Berlim e ao Instituto Histórico da França.

Quando o Rio Grande convalescia do abalo profundo de sua guerra republicana, Francisco Solano Lopes à frente do exército paraguaio, irrompeu nas linhas divisórias de Uruguaiana Itaqui e São Borja, violando a soberania do Brasil.

Coube, novamente, ao Rio Grande pagar o seu tributo de fronteira. Por quase cinco anos as suas terras foram trilhadas pelos exércitos em marcha e novamente a sua mocidade arrastada aos campos da peleja. A acção militar e a sangria económica da guerra levantaram barreiras quase intransponíveis ao desenvolvimento cultural da Província. Na arte, dentro do território do Rio Grande só havia lugar para os cânticos guerreiros. O que surdia no campo do espírito, de brilhante e notável, era lá fora, em outros climas mais favoráveis à inteligência e à imaginação.

É passada esta fase, justamente, da sua vida militar, política e social que o Rio Grande do Sul procura uma posição definitiva no panorama intelectual do país.

Da Fronteira aberta com a Banda Oriental, dos latifúndios de Aceguá, chega à mais alta tribuna do Parlamento Nacional Gaspar Silveira Martins, uma eloquência quase selvagem, nos moldes que o Império desconhecia. João Neves da Fontoura que talhou seu perfil em grande forma, diz que fundiram a infra-estrutura do carácter de Silveira Martins, todas as energias e paixões das zonas fronteiriças, aquela espécie de mundo à parte entre as nações, que constituem as linhas divisórias, onde tudo se confunde, desde a língua ao código penal, da santificação do contrabando à ousadia das invasões. Mais tarde, o estudo de humanidades e de direito levou-o ao extremo-norte, ao centro e ao nordeste. Mas essas migrações não lhe alteraram a substância moral. Cobriram apenas de um leve verniz a couraça gauchesca, que já lhe constituía a própria carne. Nenhum homem público neste país foi mais fundamentalmente exponencial de seu berço. A corte era um acidente na sua vida, um simples advérbio de lugar. De casaca ou com a farda de ministro, ele dava sempre a impressão de trazer aos ombros o *ponche* dos pagos. «Infinitamente mais culto do que se possa pensar quando se lêem as páginas mortas da sua eloquência, conhecendo a fundo uma porção de disciplinas, ele era essencialmente rural no tom agressivo das hipérboles, na largueza dos gestos, na franqueza das atitudes. Para medir a influência de Gaspar na vida do Brasil, fora preciso suprimi-lo».

Ao lado desse homem que «viveu a cem graus de temperatura, que contagiou as massas, impregnou o cenário da sua personalidade e adiantou os relógios», surgem Félix da Cunha, orador, poeta, jornalista e dramaturgo que viveu apenas trinta anos, deixando um renome nacional, e Carlos Von Koseritz, pensador e publicista que, alemão de nascimento, profundamente se radicou à vida rio-grandense, identificando-se com os seus problemas políticos e sociais e escrevendo obras de larga repercussão que traçaram para nós, segundo João Pinto da Silva, rumos novos sob o ponto de vista filosófico.

A Província de São Pedro do Rio Grande do Sul já não era mais «a filha espúria do Império do Brasil». Tomava seu lugar nos Conselhos da Coroa e exigia a atenção da inteligência do país. Como revide talvez ao longo e pesado silêncio que caíra sobre a Província em luta, os seus novos homens de espírito que dentro da cidade pequenina de Porto Alegre começavam sua intimida-

de com as altas esferas da cultura mundial, fundaram, na metade do século XIX, o PARTENON LITERÁRIO — instituição que se tornaria famosa na crónica da nossa vida espiritual. É verdade que de toda aquela ebulição, daquela inquietude e dos nomes que constituíam o grupo, poucos sobreviveram na história; porém, entre esses — sem dúvida — muitos honraram a cultura nacional brasileira. Mas o *Partenon* por ser uma entidade rio-grandense não se podia cingir, simplesmente, aos moldes líricos de uma academia de poetas sonhadores. E embora a Província fosse de todas as províncias brasileiras a que menor cifra de imigração africana apresentasse, o traço fundamental que lhe deu certo relevo e estruturou as linhas formadoras do *Partenon* foi o ideal abolicionista. Com essa bandeira de redenção, não só alforreou escravos como criou escolas gratuitas, publicou uma grande revista, instituiu bibliotecas, amparou sociedades de beneficência e «tão amplo foi o seu raio de acção que influiu consideràvelmente na formação moral e mental da cidade» (3), abrindo portas largas à propaganda republicana.

Foram figuras culminantes do PARTENON LITERÁRIO, Apolinário Porto Alegre, na prosa e na poesia — Lobo da Costa e Múcio Teixeira.

Apolinário Porto Alegre, dominou todos os campos do espírito. Fixou costumes campeiros nas páginas de «Vaqueano» e «Flor do campo».

Na poesia, deixou «Bromélias» e «Lampadário». Na História, uma interpretação do movimento revolucionário de 1835. No Teatro, inúmeras peças que foram esquecidas. Era filólogo e ensaísta. «Popularium Riograndense» é uma obra de vasta erudição capaz de, por si só, evidenciar toda a cultura e todo o talento de Apolinário. Alcides Maya exaltou-o como jornalista, em cuja larga actividade manteve calorosas polémicas políticas.

Foi, sem dúvida, o precursor da nossa literatura regional. Não se deteve à flor dos temas rio-grandenses, explorando, na superfície, os motivos originais que a terra oferecia. Pesquisou suas lendas, aprofundou-se no estudo do nosso vocabulário, identificando as origens dos termos mais comuns no linguajar da nossa gente. Seu conto «Tapera» é, de todos os contos que formaram o seu livro «Paysagens», o que mais alto fala da terra.

Morreu pobre, num quarto de hospital, cercado por alguns amigos, depois de seu longo retiro naquela «Casa Branca» que ele plantara numa dobra de coxilha, quase nos subúrbios da cidade.

Lobo da Costa foi um trovador que o povo compreendeu. «Romântico, irresistível na sua contagiosa eloquência, espalhou, por vezes, nos salões e nas ruas essa névoa de sonho que predispõe os corações para a delícia e para a tortura das grandes crises passionais». Pouco lhe importava a correcção métrica ou a correcção sintática. O que lhe importava era a evasão, embora às vezes desordenada, de seus sentimentos de comoção diante da vida. A auréola que lhe emprestou uma vida boémia, aos poucos consumida nas grandes noites das tabernas, fez de Lobo da Costa o poeta querido das multidões. Aquela era a época dos bardos que se inspiravam em Álvares de Azevedo e Castro Alves e que soluçavam como Casimiro de Abreu. Lobo da Costa chorou em rimas, como Casimiro, e em rimas vibrou como Castro Alves em transportes condoreiros. Raros poetas tiveram tanta popularidade. Muitos de seus poemas de «Auras do Sul» passaram para o Cancioneiro Popular, roubando-lhe o nome, cantados ao violão, no pampa e nas cidades. O Rio Grande do Sul in-

teiro modulou nos bordões de suas violas aquele RANCHINHO DE PALHA que jamais desapareceu da preferência popular. Lobo da Costa morreu como um autêntico romântico: sobre a sargeta de uma rua de Pelotas, fugindo à prisão de um Hospital.

Múcio Teixeira foi dos três nomes culminantes do PARTENON, o mais complexo e de mais difícil análise. Tantos foram seus caminhos percorridos, tão agitada a sua vida pública que, para surpreender o homem numa síntese, seria possível o cometimento de um erro. Preferimos apontá-lo como poeta, que o foi, sobretudo. Desprezaremos no homem as paixões que por vezes o desfiguraram, levando-o à injúria impressa e aos insultos partidários. Preferimos qualificá-lo como João Pinto da Silva o fez: «foi acima do mais um lírico-romântico, mas nunca apenas um lírico-romântico». Cantou a terra rio-grandense e seus heróis sob o matiz de uma paixão fetichista. Por este ângulo espiritual Múcio jamais se divorciou da terra. «Flores do Pampa» é de pura poesia gauchesca.

Em torno destas três figuras maiores do PARTENON, agitava-se um mundo de inquietações e de procuras. E entre os que brilhavam nos *saraus* provincianos, lá estavam, ainda, Damasceno Vieira, Fernando Osório, Alcides Lima e a poetisa Amália de Figueiroa.

Com o século que morria, chegava também a Monarquia brasileira ao seu crepúsculo. A Lei Áurea, que a mão corajosa de Isabel havia promulgado, rasgara nos campos políticos da Nação o primeiro atalho para a República.

Da Faculdade de Direito de São Paulo regressava para o Rio Grande uma geração brilhante, que deixava seu nome ligado aos pródromos da República no país. Traziam esses moços o calor e o arrebatamento que haviam transpirado nas páginas da «Evolução», órgão revolucionário que editavam na velha Piratininga. Eram eles Assis Brasil, Júlio de Castilhos, Barros Cassal, Alcides Lima e outros.

A imprensa e o professorado leigo

No apagar das luzes da dinastia bragantina dois partidos políticos disputavam as rédeas do poder no Rio Grande do Sul — o liberal e o conservador. Mas os valores novos, que agitavam as massas populares, haviam abandonado para sempre a órbita do Trono para preparar a madrugada republicana.

O Rio Grande ainda não conhecia pròpriamente a indústria do livro, e sua actividade mental, no largo período que vai de 1835 aos primórdios da República, desdobra-se e intensifica-se nos prelos do jornalismo. A Imprensa era a tribuna política, o folhetim, a revista onde os ilustradores como Araújo Guerra deixavam as mostras de seu talento, onde se publicavam os romances, em capítulos, as novelas, as poesias e até as anedotas e as *charges* mundanas. A imprensa, por meio século, substituiu o livro, no sul, reunindo em cada redacção um centro de cultura, que obedecia a uma determinada orientação partidária e a determinados princípios estéticos e filosóficos. A literatura vivia desses grupos, dessas «mesquitas», desses «templos». Quando Pinto da Rocha publicou «Thalita», peça de teatro com ambiente, motivos e linguagem autênticamente portugueses, marcante influência de sua formação em Coimbra, a crítica indígena desancou-o. E «Thalita» — um poema ingénuo e romântico, passou a ser o fulcro de uma luta de arraiais, muito mais política do que literária.

A imprensa envolveu meio século da vida intelectual do Rio Grande. Todos os nossos escritores eram, sobretudo, homens de jornal, ou viviam do jornal

e do ensino. A imprensa e a cátedra se completavam. O PARTENON LITERÁRIO fundara um Colégio. E Apolinário Porto Alegre fora o seu director, preparando diversas gerações que traçaram o destino futuro da Província. Neste meio século de vida o Rio Grande deveu a sua evolução à Imprensa e ao ensino leigo. Dois jornais maiores centralizavam os comandos espirituais das seitas partidárias: a «Federação», fundada por Venâncio Ayres, com Júlio de Castilhos, já Presidente da Província e legislador de sua primeira Constituição republicana, defendendo o presidencialismo de Floriano Peixoto, e a «Reforma», com Gaspar Silveira Martins, debatendo-se pelo parlamentarismo que fora, no Império, a flâmula do Partido Liberal. Com esses condutores políticos estavam Ernesto Alves, Campos Cartier, Ramiro Barcelos, Pedro Moacyr, Von Koseritz, Múcio Teixeira e mais tarde Lindolfo Color. Na zona neutra desses campos de combate ideológico, surgiu, depois, o «Correio do Povo», com Caldas Júnior —, jornal que sobreviveu a todos os órgãos meramente políticos. Agrupou os intelectuais equidistantes dos partidos e admitiu a colaboração tanto de uma como de outra seitas partidárias, nos campos superiores da literatura e das artes. Em suas páginas apareceram todos os novos valores do jornalismo rio-grandense, como Paulino de Azaurenha, André Carrazoni, de Sousa Júnior, Roque Calage, Zeferino Brasil, Leonardo Truda, Aquiles Porto Alegre e outros.

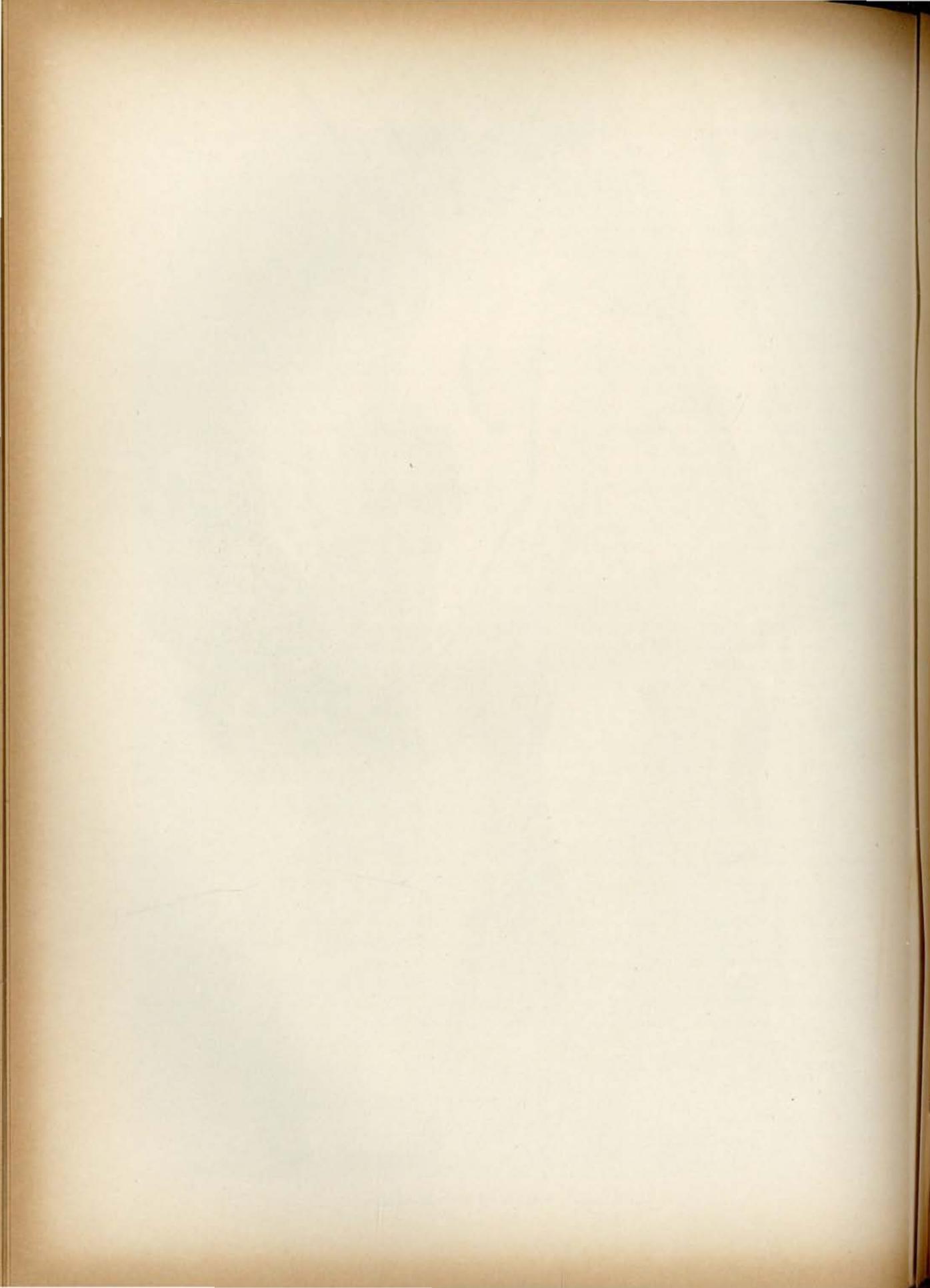
Com a orientação positivista de Júlio de Castilhos, que traçara para o Estado uma Constituição dentro das fórmulas de Augusto Comte, o professorado leigo começou a sua obra de reacção contra o ensino religioso, já radicado na vida social do Rio Grande. Apolinário Porto Alegre fundou o Instituto Brasileiro e Apeles e Aquiles Porto Alegre, mais tarde, a Escola Brasileira. Surgem também os nomes de Hilário Ribeiro, Fernando Gomes, Inácio Montanha e, mais recentemente, de Emílio Mayer e Clemente Pinto, muitos dos quais se agrupariam, de futuro, nas cátedras do Ginásio Oficial Júlio de Castilhos.

Não há, portanto, do período que abrange da Guerra Farroupilha aos alvores da República um vácuo na vida intelectual do Rio Grande. Pelo contrário, o que se vislumbra é uma agitação de espírito, de luta e afirmação, que se derrama nas páginas de uma imprensa combativa e das cátedras dos famosos colégios secundários da época.

Instituto Histórico e Geográfico

Foi o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul outro preponderante elemento de cultura, em nossa formação. Sua revista por largo tempo supriu a falta do livro, estampando os estudos mais sérios da nossa história e as primeiras investigações da nossa sociologia e do nosso folclore. Entre seus constituintes lá pelo ano de 1860 contavam-se o Barão de Porto Alegre, Paula Soares, João Damasceno Ferreira e Manuel Pereira Ubatuba e outros. E, na fase mais contemporânea, padre Teschauer, padre Ambrósnio Schupp, Alfredo Rodrigues, Aurélio Porto, Sousa Doca, Lindolfo Color, Borges Fortes, Othelo Rosa, padre Luís Gonzaga Jaeger, Dante de Laytano, Walter Spalding e outros.

Padre Teschauer, deixou a mais completa história até hoje publicada sobre o Rio Grande do Sul; padre Schupp, a crónica colorida e pitoresca dos MUCKERES, de São Leopoldo; Lindolfo Color, a biografia de Garibaldi; Othelo Rosa, além da biografia de Júlio de Castilhos, profundos estudos sobre a Revolução Farroupilha; Dante

BERNARDO MARQUES — «*Modelo*»

de Laytano, investigações afro-ameríndias e, agora, o «Almanaque de Rio Pardo»; padre Jaeger, um livro sobre os jesuítas proto-mártires do Rio Grande, sacrificados pelos Índios em Pirapó; e Walter Spalding, estudos sobre a revolução de 35 e a Guerra do Paraguai.

O Realismo brasileiro

A reacção contra o Romantismo, aqui influenciada pela «escola coimbrã», só tomou corpo a partir de 1870, quando Sylvio Romero e outros organizaram doutrinàriamente o movimento, lançando a poesia científica ou filosófica. Ao realismo de Romero, sucedeu, com maior expressão, o parnasianismo. E o próprio Romero comentou: «quase todos os poetas deste último sistema, antes de se dedicarem ao culto exagerado da forma, tinham vibrado o alaúde revolucionário, ou tinham pedido aos processos da pura observação as inspirações para seus quadros».

Manuel Bandeira escreveu que a etiqueta de «Parnasiano» suscitou controvérsias desde os primeiros momentos, não só aqui como também em França. «O que eles combatiam era, como disse Leconte de Lisle no discurso de recepção na Academia Francesa, «o uso profissional e imoderado das lágrimas», que ofendia o pudor dos sentimentos mais sagrados».

O exagero levou a ver o que era «fidalguia» na dinastia dos descendentes de Chateaubriand —, vulgaridade, pobreza e trivialidade entre os naturalistas. «Por outro lado, ninguém mais poderia «sem irrisão, e até blasfémia, falar das suas pequenas dores, das suas contingências medíocres, dos seus temores ou das suas alegrias». Passado o tempo das paixões, podemos repetir como Ronald de Carvalho em sua grande «Pequena História da Literatura Brasileira»: «— Clássicos, românticos, parnasianos, todos somos feitos da mesma argila e em todos palpita o mesmo sonho inatingível de finalidade. Quem poderá discernir, convenientemente, onde acaba a *forma* e onde começa a *imaginação?* A arte não deve ser considerada uma caprichosa e passageira moda. Ela tem as suas leis fundamentais porque é função da inteligência criadora, e, portanto, está subordinada às próprias leis da natureza. É ela a principal coordenadora do tumulto interior, a renovadora permanente dessa misteriosa harmonia que há nos seres e nas cousas», um protesto do indivíduo contra a realidade que o oprime.

Dentro dos caminhos estéticos do parnasianismo, em cujos rituais oficiavam Bilac, Raymundo Correa, Alberto de Oliveira, Guimarães Passos, Adelino Fontoura e outros, recebeu o Rio Grande, nas duas primeiras décadas do século XX, a mensagem de Zeferino Brasil. Foi o maior poeta parnasiano do sul. Poeta e homem de jornal, romancista, teatrólogo e crítico de arte. De todos os talentos de sua época foi o que melhor se afirmou e o que melhor abrangeu os múltiplos campos do espírito. Sua prosa tem a mesma cadência e o mesmo fulgor de sua poesia. Zeferino foge às vezes aos cânones rigoristas da escola, àquele carácter escultural do Parnasianismo que Lúcio de Mendonça condenou, humanizando-se e vibrando quase como um romântico, às secretas emoções de sua alma sensível.

Na fluência de seu ritmo é difícil localizar o castigo da técnica ou o retoque torturado do artesão. Nos mais impecáveis decassílabos ou alexandrinos, deixou sempre a amável convicção de uma espontaneidade embaladora.

Não sei se Bilac ou Raymundo Correa, Alberto de Oliveira, ou Luís Guimarães deixaram sonetos mais régios do

que aqueles que Zeferino enfeixou em «VÓVÓ MUSA»...

«*Homem, matéria vil, a morte um dia,*
cedo talvez, virá e desgraçado
ao nada voltarei da terra fria.

E cedro, eu morto, inda seria, entanto,
talvez um berço, um leito de noivado,
— ou quem sabe se a imagem de algum santo!»

Na sua angústia de penetrar os mistérios da vida, é ele que se faz, perplexo e atónito, a pergunta de que em vão há-de aguardar uma resposta, como a chave decifradora de um enigma:

«*Quem sou eu? donde vim? Eis o negro problema*
Que eu mesmo tenho em vão, tentado resolver.
Sou de treva ou de luz? Nunca o pude saber».

Fustigado pelo demónio interior, naquele conflito do espírito com o físico, cuja harmonia um acidente quebrara, Zeferino Brasil tem, às vezes, a frescura das vozes ingénuas, na aceitação quase beneditina das penitências da vida e, outras vezes, a revolta de um Lúcifer diante do Criador. Foi um pouco anjo; foi um pouco demónio.

Ainda estou a revê-lo, cabeleira alta e revolta, boca imensa e rasgada, gravata preta, de tope, caída sobre o peito, apoiado em sua bengala de junco, a passar — como um irmão de Santo Antero — pela sombra acolhedora das árvores gigantes da Praça da Alfândega...

Fontoura Xavier foi um temperamento emotivo e susceptível às variadas tendências de sua época. Sua lírica reflectiu essas multiformes influências. Ora nos dava a impressão do romantismo de Hugo, ora do subjectivismo emocional de Baudelaire, ora do parnasianismo de Leconte. Alguém encontrou no seu livro «OPALAS» uma notável potência assimilativa, sem que isso importasse no prejuízo dos surtos originais e bizarros de sua personalidade.

Renato da Cunha foi impulsivo e orgulhoso. Pouco admitia rivais na sua glória, o que provocou tempestades fatais nos meios da Província. Sua poesia foi das melhores, apenas marcada por esses laivos de revolta e com os prejuízos dos embates que sustentou e que amarguraram a sua existência.

Pedro Velho foi um boémio à maneira de Verlaine ou de Musset. O seu mundo, único e imperioso em torno do que traçara a órbita de sua vida, foi a poesia, aquela poesia pessimista e negadora, às vezes com pruridos de revolta e outras com rasgos de perdão. Seu signo, foi o signo da Morte. «Ocasos» — seu livro — no próprio título traduz a ausência de claridades berrantes na sua alma. Algumas reacções humorísticas têm no fundo o travo amargo do sofrimento, a revolta talvez de seu triste destino, o de findar na peregrinação dos botequins, procurando no fundo das taças vazias as imagens que haviam enriquecido outrora o palco íntimo de seus sonhos.

Ainda em torno da figura solar de Zeferino Brasil foram expressões do parnasianismo, no Rio Grande, Vítor Silva, Barbosa Neto e Leal de Sousa. Vítor Silva foi um temperamento singular; homem ensimesmado e irritável, era, no entanto, um *causeur* fascinante. Um crítico definiu-o assim: Vítor Silva era parnasiano como Francisca Júlia. Quero dizer, embora fosse mais, em realidade, do que a maioria dos apontados como tais, não o era sempre, uniformemente. Por vezes a sua alma reagia e, numa transfusão, talvez inconsciente, cheios de emoção, os versos lhe saíam vibrantes de sentimento, de malcontido subjectivismo.

O Simbolismo

Marcelo Gama abriu para o Rio Grande do Sul o ciclo simbolista. Não se lhe pode dar, no rigorismo do termo, o baptismo de «simbolista» como também não se lhe poderá chamar de «parnasiano». Foi, antes de tudo, uma grande voz lírica de transição entre uma e outra escolas literárias. Surgiu à frente de uma juventude que se embriagava de absinto pelos *bars* do Mercado, madrugando — como Verlaine e Rimbaud, nos *boulevards* de Paris — pelas alamedas cobertas de lua da velha e provinciana Praça da Harmonia.

Aquela magnífica florescência lírica de Royère teve no Rio Grande do Sul o clima talvez mais próprio à plenitude de sua vida. Viveu o seu grande momento de intensidade, toda a vibração cromática de seu esplendor, sem a necessidade daqueles jardineiros que protegem, com estufas, o tímido vegetar das plantas novas. Nem Cesário Verde, nem António Nobre, nem Eugénio de Castro, nem Alphonsus de Guimaraens, nem mesmo Cruz e Sousa — o Anjo Negro que foi um grito reboante de angústia dentro do tumulto das paixões humanas — exercendo no Rio Grande influência na força desse movimento de espírito. O simbolismo veio de suas fontes puríssimas de origem. Veio com a poesia de Mallarmé, Verlaine, Rimbaud, Samain e Rodenbach. Trouxe a frescura da novidade. A novidade da expressão. Álvaro Moreyra, Filipe de Oliveira, Eduardo Guimaraens, De Sousa Júnior, Homero Prates, Antonius, Picoreli, animaram a paisagem ingénua da cidade provinciana. Iam, pelas noites altas, à porta dos cemitérios, onde, uma vez, Marcelo recitou, aos mortos, a sua «Noite de Insónia». A vida dispersou-os, depois.

Álvaro Moreyra foi para o Rio de Janeiro e tornou-se um dos cronistas mais notáveis da América. Filipe de Oliveira, o esteta de «Lanterna Verde», morreu num acidente, em Paris. Eduardo Guimaraens morreu moço, deixando uma obra poética das mais límpidas e notáveis de sua época. De Sousa Júnior partiu, há pouco, na trágica encarnação do seu personagem de «Enquanto a Morte não Vem». Antonius foi envolto pelas sombras da loucura. Picoreli desertou o mundo da poesia. Homero Prates emudeceu.

Mas do movimento simbolista que tomava todas as gamas da paixão, nenhum deles seria a expressão mais típica, mais característica e mais fiel. Ela chegaria um pouco mais tarde. E chegou no brilho musical de Alceu Wamosy. De princípio, deslumbrou-se por Cruz e Sousa, o poeta negro do Brasil. Depois, fascinou-o o poeta flamengo da Bruges dos canais. Libertou-se dos gritos da paixão e da carne, que vibravam no sensualismo verbal de Cruz e Sousa, mas ficou preso ao sonho melancólico da paisagem flamenga, ao mistério azul das águas que Rodenbach cantou. Não deixou nos seus versos, tão ricos de matizes subjectivos, uma paisagem sequer que lembre a imagem física da sua terra. Dir-se-ia que sob o céu azul porcelana destes meridianos não se derramasse a pulverização de ouro de um sol a flux. Era um homem voltado para dentro de si mesmo; e o que seus olhos descortinavam era uma paisagem interior, que tinha a tonalidade *gris* da velha Bruges dos canais, a penumbra de um fundo de aquário. O seu mundo era como o mundo de Corot; imerso na névoa, mas com espaços que se perdiam na profundidade.

Deixou pelas antologias brasileiras um soneto que se tornou dos mais populares do Brasil:

DUAS ALMAS

Ó tu, que vens de longe, ó tu que vens cansada,
entra, e, sob este tecto encontrarás carinho :
Eu nunca fui amado, e vivo tão sòzinho,
vives sòzinha sempre, e nunca foste amada...

A neve anda a branquear, lìvidamente, a estrada,
e a minha alcova tem a tepidez de um ninho.
Entra, ao menos até que as curvas do caminho
se banhem no esplendor nascente da alvorada.

E amanhã, quando a luz do sol dourar, radiosa,
essa estrada sem fim, deserta, imensa e nua,
podes partir de novo, ó nómade formosa !

Já não serei tão só, nem irás tão sòzinha :
Há-de ficar comigo uma saudade tua...
Hás-de levar contigo uma saudade minha...

Esse poeta que povoou seus parques encantados e suas selvas evanescentes com uma fauna toda ideal, morreu, paradoxalmente, num entrevero revolucionário, em Ponche Verde, em 1923, combatendo em defesa da flâmula regional de seu partido político.

O regionalismo rio-grandense

No exame panorâmico da literatura rio-grandense do sul parece descobrir-se um surto renovador consequente a cada ímpeto armado.

Com a República de Piratini surgem uma imprensa combativa, os primeiros tribunos políticos e inauguram-se os caminhos do romantismo. Com a Guerra do Paraguai nasce o PARTENON LITERÁRIO. Com a Proclamação da República, surge a geração idealista que emergiu dos bancos académicos de São Paulo, formada de tribunos e legisladores. Com a Revolução de 1893, tomam a poesia e a ficção regionalistas um lugar definitivo na história literária da Província, preparando o surgimento de Alcides Maya e João Simões Lopes Netto. Com a Revolução de 1923 inicia-se um novo surto revolucionário na poesia, dentro de temas mais sugestivos da terra. Em 1930, agrupa-se em torno da Editora Globo uma geração que daria novos moldes ao ensaio e à ficção rio-grandenses. Comecemos pelo exame do surto regionalista, de que são as duas expressões culminantes Alcides Maya e João Simões Lopes Netto.

Entre os dois grandes regionalistas há esta diferença : Alcides foi, antes de tudo, um romântico, de opulenta imaginação e música verbal ; Simões Lopes Netto, um rapsodo apenas subordinado à força poderosa da simplicidade humana.

Parece-nos que o pampa, como aquele sombrio mundo lendário da Amazónia, provoca nos temperamentos sensíveis, as explosões verbais. Porque o próprio Simões Lopes Netto, tão refractário ao adjectivo, não escapou por vezes às influências envolventes desse sortilégio. Paul Morand não resistiu ao espectáculo das rasas savanas argentinas. E só então compreendeu a frase de Vitória Ocampo : «É impossível fotografar o pampa ! »

Se as comparações pudessem ser feitas entre os homens de espírito sem os inevitáveis prejuízos das diferenças psicológicas e dos conflitos de meio e raça, diríamos que na literatura rio-grandense

Alcides Maya e João Simões Lopes Netto representam, respectivamente, aquilo que Larreta e Guiraldes significam para a literatura do Prata (4).

Alcides Maya, no romance e no conto, foi sempre o poeta da paisagem. Foge ao enredo e ao diálogo, muitas vezes, para se entregar à descrição vibrante de um pôr de sol, de uma planície rasa, de uma ossada branca de cavalo, encontrada à beira da estrada, das ruínas evocativas de uma «tapera», morta mas ainda de pé, em debuxo ao fundo ermo da imensidão triste do pampa.

João Simões Lopes Netto despreza os grandes painéis e a frase bordada, os toques audaciosos das tintas cruas e prefere a simplicidade da poesia que existe na humildade de um recanto, no gesto ingénuo de uma criatura ou o fundo de segredo e mistério que há numa lenda crioula.

Os gaúchos de João Simões Lopes Netto falam como Dom Segundo Sombra. Os gaúchos de Alcides Maya, embora reais, lutam e morrem como os heróis de Larreta.

Não sou dos que procuram descobrir certa falsidade nestes tipos e certo artificialismo nesta forma de ver e de sentir. Não nos é lícito impor aos temperamentos mais díspares e às mais diferençadas sensibilidades a nossa feição. Cada escritor e cada artista vive sob aquela atmosfera emotiva que Baudelaire queria que fosse o nosso céu interior.

Para Alcides Maya, o gaúcho era assim. Vivia na epopeia. Ele não descobriria nunca — senão surpreso e ferido no seu próprio sonho — os pruridos de decadência que se aproximavam, com a fuga do homem do campo para a pobreza dos subúrbios das cidades, banido dos latifúndios pelos senhores feudais.

Com Álvaro Moreyra fui vê-lo, numa tarde de sol, naquele hospital da Gávea, no Rio de Janeiro, onde morria com a garganta devorada por um câncer. Ouvi o seu canto de cisne. No delírio da febre que o abatia, que o fulminava — o pampa que ele recordava, com a saudade a empanar-lhe os olhos grandes, não era o pampa subdividido pelos aramados egoísticos da propriedade privada, mas o pampa indiviso, imenso, sem as farpas dos moirões onde o índio-vago escrevera outrora a sua história, de galpão em galpão. Alcides tinha aquele gaúcho e aquele pampa dentro de si, de seu mundo interior. Nunca recortou aqueles campos e nunca fulminou aquele homem. Preferiu conservá-los, anacrónicos embora, para os transportes de seu entusiasmo e a vida de sua emoção.

João Simões Lopes Netto via o pampa e o gaúcho, diferentemente. Sua emoção nascia da realidade envolvente. Seu contacto com a gente simples lhe deu a simplicidade da expressão. Desprezou os murais. Preferiu a mancha. Alcides Maya lançava numa página a imagem espectral do pampa, como se fosse a projecção fantástica de um vitral ferido por um jacto de luz. João Simões Lopes Netto preferia o pormenor, com um céu modestamente azul, um arroio murmurando na quebrada, um João-Grande pensativo no recôncavo de uma restinga e o bimbalhar do cincerro dos bois por entre as carretas em pouso. Na sua simplicidade aparentemente fluídica, espontânea, natural, não deixava de ser obra de uma torturada procura, de um conflito permanente do pensamento com a palavra.

Alcides Maya dizia que a simplicidade não é assim tão simples, e que o entalho na madeira, a rendilha no granito e o estriamento no mármore são requintes de forma. E perguntava num estilo que mais parecia uma resposta jogada às dúvidas do tempo: «Será

absurda a catedral gótica pelo misticismo aparentemente inextricável das linhas, dos adornos e das massas? Não desmorece a coluna quando a riscam em caneluras e a enfolham de acanto. Nem o crivo miudinho da traça a devorar livros e livros alheios, é perfeitamente simétrico...»

Mas o pampa de um e de outro era real. Os gaúchos de um e de outro eram autênticos. Apenas vistos diferentemente, sob o prisma de cada temperamento e a moldura de cada sensibilidade.

Ramiro Barcellos, «Amaro Juvenal», «no seu amor incorrigível às tradições da terra» contribuiu com o seu poemeto campestre «António Chimango», uma sátira política que foi o transitório motivo que legou ao património literário do Rio Grande uma das mais belas mensagens da poesia crioula. Nas cinco «rondas» do poemeto, enfeixa-se toda a vida do pampa, os hábitos do gaúcho e aquela sabedoria popular que os argentinos conheceram nos versos de «Martin Fierro». A influência de Hernandes em Ramiro Barcelos é perceptível já nos primeiros versos. E o velho Aureliano, das oitavas de «Amaro Juvenal», deve ser parente muito próximo «del viejo Viscacha».

Na ante-sala do Modernismo

Com laivos de Simbolismo e ainda perceptíveis ressonâncias do Parnasianismo, oscilando entre os gritos de paixão de Cruz e Sousa, o sonho nostálgico de Alceu Wamosi e a ourivesaria ofuscante de Bilac e Alberto de Oliveira, uma geração antecedeu à modernista, enchendo as páginas de «Máscara», e a «Revista Pelotense», de Coelho da Costa. A essa geração, além de quase todos os futuros modernistas do Rio Grande, pertenceram: Coelho da Costa, na poesia, e César de Castro, na prosa, mais velhos, e os jovens poetas Raul Bopp, André Carrazoni, Figueiredo Pinto, Olmiro Azevedo e Márcio Dias, que deu fim às torturas de sua alma inquieta, suicidando-se à sombra de uma velha tapera, em pleno pampa.

O Modernismo

Depois do Romantismo, do Parnasianismo e do Simbolismo, o movimento mais expressivo e mais alto, de ressonâncias mais fundas em nossa vida de espírito, foi, sem dúvida, o Modernismo.

O movimento literário de 1922 foi a vibração mais alta de uma consciência nacional, que traduzia qualquer coisa de mais sério e de mais profundo na vida mental do país. Para um observador menos superficial ele não foi apenas um movimento literário, e um dos seus *líders* dizia que era impossível que esse estado de espírito não reflectisse as convulsões e as flutuações das gerações actuais e não tivesse ligação com o sentimento de necessidade de uma renovação social, cujo ideal era latente na consciência do homem moderno.

Dentro do panorama da história do Modernismo jamais poderemos dissociar — no tempo e no espaço — duas atitudes de uma mesma geração. Uma, que partia do campo ilimitado do pensamento. Outra, do campo da corajosa acção objectiva. Detalhemos as teses: a Semana de Arte Moderna no Teatro Municipal de São Paulo, a mensagem revolucionária de «KLAXON» e o manifesto de Graça Aranha descortinando um mundo todo novo para a nossa sensibilidade e abrindo caminhos novos à nossa civilização.

Depois, aquele gesto magnífico dos dezoito heróis de Copacabana. Era uma ânsia comum de renovação, nos espaços sem limites da arte e nos vastos

horizontes da sociedade e da política brasileiras. Esses movimentos aparentemente divorciados, encontravam, no fundo a mesma terra, as suas raízes comuns. Era uma consciência que se libertava, pelo impulso da espada e da pena. A Semana de Arte Moderna em São Paulo abriu arejados caminhos para uma literatura de incontrastáveis moldes nacionais. A ficção do nordeste, do centro e do sul do país só depois focalizou aspectos até então quase desconhecidos da vida nacional, costumes e problemas sociais e económicos de todos os nossos diferençados agrupamentos humanos.

No Rio Grande do Sul o modernismo veio encontrar uma geração preparada para a grande renovação. Os «novos» da literatura rio-grandense já haviam renunciado aos paradoxos subtis, aos preciosismos frágeis e aos cepticismos satisfeitos... O movimento, de início, tomou o campo da poesia: Augusto Meyer, Athos Damasceno Ferreira, Raul Bopp, Mansueto Bernardi, Pedro Vergara, Isolino Leal, Ernani Fornari, Reinaldo Moura, Rui Cirne Lima, Vargas Netto, Nogueira Leiria, Paulo Correa Lopes, Teodomiro Tostes, Jorge Sallis Gullart, Olmiro Azevedo, Pedro Wayne, Ovídio Chaves, Paulo e Sérgio de Gouvea e outros. Mais tarde, surgiriam Mário Quintana, Lila Ripoll, Nilson Bertoline, Clóvis Assumpção e outros e, dentro do regionalismo, Lauro Rodrigues.

Augusto Meyer e Vargas Netto ficaram, de preferência, nos temas gauchescos. Augusto Meyer mais cerebral. Vargas Netto mais homem da terra. Augusto Meyer — semelhante a Elias Regules, Vargas Netto — com influências profundas de «El Viejo Pancho», do Uruguai. Athos Damasceno Ferreira cantou o burgo açoriano, com um carinho quase físico pelas velhas ruelas portuguesas dos tempos coloniais. Ernani Fornari e Olmiro Azevedo cantaram as serras que os Alemães desbravaram e onde os Italianos plantaram as suas vinhas. Rui Cirne Lima os pescadores da «Colónia Z». Paulo Correa Lopes fez poesia interior, dentro do seu subjectivismo violentamente pessoal. Depois de 1930, encerra-se o ciclo da poesia. Começa o ciclo da ficção. Do regionalismo, com Alcides Maya e Simões Lopes Netto, vinham Darcy Azambuja, Roque Callage e Cyro Martins.

Darcy Azambuja com seus contos «No Galpão» aproximou-se mais de João Simões Lopes Netto do que de Alcides Maya. Roque Callage, além de suas novelas crioulas, fez ensaio e estudou o folclore rio-grandense. Cyro Martins evoluiu do simples regionalismo para os temas sociais do momento, fixando o drama dos «marginais».

Athos Damasceno Ferreira, também o cronista admirável de «Imagens Sentimentais da Cidade», entra na ficção com «Moleque», uma novela que é a humanização da lenda do Negrinho do Pastoreio. Depois publicou «Menininha», outra novela que também, como a primeira, tem por cenário um arrabalde da cidade. Ninguém como ele apanhou, até hoje, os aspectos da vida dos subúrbios nem a poesia que tem essas velhas ruas do primitivo burgo açoriano.

Ernani Fornari publicou romances e fez depois sua estreia no teatro com suas peças «Yaya Boneca» e «Sinhá Moça Chorou», que tiveram repercussão nacional. Reinaldo Moura escreveu duas novelas, onde o ficcionista não traiu ao poeta. Augusto Meyer entregou-se ao ensaio, publicando, há pouco, «Prosa dos Pagos», com estudos admiráveis sobre o folclore rio-grandense. Pedro Wayne, Dionélio Machado, Telmo Vergara, Ivan Pedro de Martins e Gomes de Silveira divulgaram diversos livros de contos e romances.

No ensaio, as revelações não foram menores do que na ficção. No ensaio e na crítica, Moysés Vellinho, Vianna Moog, Carlos Dante de Morais, Jorge Sallis Gulart, André Carrazoni, Pedro Vergara e João Pinto da Silva. Nos estudos do nosso folclore ainda Simões Lopes Netto, Borges Fortes da Silva, Cezimbra Jacques e padre Teschauer. Vianna Moog escreveu também a biografia de Eça de Queirós, que foi considerado um dos estudos mais sérios realizados sobre a personalidade do criador de «Fradique Mendes». Na oratória política, em 1930, João Neves da Fontoura reviveu, no Parlamento Nacional, a glória de Silveira Martins nos últimos tempos do segundo Reinado.

Entre essa geração magnífica de poetas, romancistas, oradores e ensaístas, afirma-se o prestígio de Erico Veríssimo. Seu romance MÚSICA AO LONGE foi a primeira obra de ficção que tomou os quadros reais do interior rio-grandense, sem as marcas típicas do regionalismo que até então conhecíamos. Fixou um drama inédito: a decadência de uma família nativa e a prosperidade do imigrante italiano. Erico Veríssimo jamais deformou a visão panorâmica da vida nem adulterou a alma de seus personagens para que o mundo e as figuras da imaginação se ajustassem às intenções do romancista. Pelo contrário, ele as liberta. Abre de par em par as portas do mundo às criaturas que lhe surgem, e se faz, apenas, o intérprete de seus sentimentos, de suas angústias, de seus problemas. Jaloux encontraria nele aquela aparente omniciência que permite ao grande romancista descrever, sem esforço visível, os meios e os sentimentos mais diversos. Nasceu romancista como outros nascem poetas. Essa condição íntima, ingénita, suprema, explica a rapidez e a fluência com que Erico Veríssimo observa e diz as coisas da forma mais subtil. São possíveis as omissões numa viagem rápida por tão larga paisagem. É possível que algum nome marcante haja ficado num recanto da memória. O esquecimento não há-de constituir, aqui, a negação de seu valor.

A geração actual, que representa a inteligência e a cultura do Rio Grande do Sul, é das mais vigorosas da sua história. No jornalismo, na cátedra, nas letras, nas artes plásticas, na música, na ciência, o Rio Grande assiste a um surpreendente renascimento. Em torno da revista «Província de São Pedro» agrupa-se essa mocidade, colocando-se ao lado das vanguardas intelectuais do Brasil.

Ao terminar a minha peregrinação pelos vastos caminhos da literatura rio-grandense do Sul, quero rematar o pensamento que, de começo, enunciei. Enquanto o resto do Brasil assistia, em plena vigência do século XVII, no Norte, ao surto admirável da civilização holandesa, no Centro, à irradiação poderosa dos Colégios Jesuítas, e recebia em seus portos abertos nas orlas marinhas as sumatras e caravelas portuguesas que vinham de Lisboa, o Rio Grande, até 1805, era um campo raso de contendas e lutas, e teatro permanente das guerras e das *razzias*. Só depois de 1870, com a paz do Paraguai, é que o Rio Grande tomou o seu lugar na vida de espírito do Brasil. Fora, até então, apenas uma sentinela perdida a quem o Brasil inteiro confiara uma lança e uma espada, para guardar-lhe o sono reparador que gerava a riqueza de suas indústrias e a fartura de suas lavouras.

Quando lhe permitiram ensarilhar as armas, abriu o primeiro livro. Mas o resto do Brasil já conhecia Escolas Superiores, Museus, Bibliotecas, Institutos de Música e Pintura.

A «Esparta do Império» abriu com suas próprias mãos os seus próprios ca-

minhos no mundo da inteligência. E passado meio século, apenas, pode, hoje, apresentar-se diante das mais ilustres unidades da Federação Brasileira a disputar o título de «Atenas da República».

MANOELITO DE ORNELLAS

NOTAS:

(1) Zum Felde — «O Processo Intelectual do Uruguay».
(2) — João Pinto da Silva — «História Literária do Rio Grande do Sul».
(3) Athos Damasceno Ferreira — «Imagens Sentimentais da Cidade».
(4) Ver, do autor: «Símbolos Bárbaros».

POST-SCRIPTUM

POST-SCRIPTUM a quê? Se escrevo quase exclusivamente sobre a Literatura Brasileira, será um *post-scriptum* à minha actividade crítica sobre a expressão literária do Brasil? Não ouso afirmá-lo, mal seguro das minhas veleidades de libertação. É certo que o interesse pelo Brasil me pesa às vezes, como pesa tudo que nos absorve e nos domina e se torna exclusivo — como pesa uma grande amizade.

Quis afirmar, precisamente nesta revista, que podia dispor do meu espírito, e formei o propósito de dar a público o resultado de uma rápida e intercortada sondagem da Espanha, seguida de longas reflexões, no leito de enfermo, sobre a alma espanhola expressa nos livros. A concentração que o isolamento permite, leva a meditar sobre o que é profundo. Em 1922, nos «Cárceres da República», escrevi uma espécie de exaltada meditação lírica: *A alma da Espanha.* Hoje, é bem diferente a minha atitude mental, mas não posso deixar de pensar nesse tema português. *Meditação portuguesa sobre a Espanha,* assim se intitularia o ensaio que pensei escrever e hei-de escrever. Mas se em Madrid, em Toledo ou no Escorial, no Museu do Prado, na casa do Greco ou no gabinete de Filipe II, como nas páginas de Cervantes, de Quevedo ou de Gracián, nas da antológica *Historia de España* de Menéndez Pelayo ou nas de um livro como *La Preocupación de España en su Literatura,* antologia organizada por Dolores Franco; se em tudo que vi pela primeira vez ou tornei a ver quase vinte anos depois; se em tudo que só agora li ou fui de novo buscar às estantes, pude esquecer-me do Brasil e da sua Literatura, como fugir dessa preocupação, se, com frequência, chegam à minha mesa de trabalho novos livros brasileiros?

Essa outra preocupação, profunda e, aliás, antiga, da Espanha ou do que a Espanha representa para Portugal e significa para um português; essa outra preocupação guia os meus passos até ao escritório, mas, uma vez sentado, olho em volta e tudo me fala do Brasil. A minha «brasiliana» já não cabe nas estantes, e, de vez em quando, o correio traz-me uns pacotes amachucados, ostentando os horrorosos selos brasileiros, quase sempre contendo livros oferecidos por algum editor interessado (1), quando não por autores amigos (2). Nas paredes, uma dramática paisagem do sertão nordestino, do pintor e escritor Luís Jardim, e uma lírica interpretação de Ouro Preto, em aguarela, por Guignard. Em cima dos móveis, «lembranças» do Brasil: a cuia do chimarrão, o punhal e o rebenque dos gaúchos, falando do Rio Grande do Sul, à minha saudade, na linguagem dos objectos, e a reprodução de um ídolo marajoara, sugerindo o mundo primevo da virgem América. Até o Tejo, ao qual os meus olhos se lançam sempre que os desvio dos livros e dos papéis; até o Tejo me fala do Brasil, que está para além. Nem me lembro que esse rio, que é a mais ampla estrada de quantas conduzem ao Atlântico, é o mesmo que vi, tão agarrado à terra, em Toledo! Lá, nas curvas em que se demora, circunda quase por completo o local da cidade, e, correndo num leito apertado e profundo, dir-se-ia querer infiltrar-se no solo; aqui, na ânsia de ser mar, alarga-se num vastíssimo estuário, confundindo as suas águas com as do Oceano, ainda

longe da foz — porta aberta para novos horizontes.

É preciso, porém, não esquecer que outro rio eterno traz até nós as suas águas: o rio da imensa Literatura Espanhola. Esse esquecimento só pode empobrecer-nos, porque tal Literatura (o mesmo diria da Arte, da História, das Cidades e da Vida de Espanha) constitui uma das manifestações mais originais e profundas do génio humano. Se no debate de ideias, ou dentro de mim, tenho defendido Portugal da confusão com a Espanha, nunca deixei de estudar e de admirar a sua Literatura.

Portugal e a Espanha são os interlocutores de um diálogo, e não duas vozes de um mesmo coro. Mas precisamente porque, ao longo dos séculos, não temos feito outra coisa senão dialogar, essa outra voz é-nos indispensável — tanto como ao Brasil a América Espanhola. Verifiquei-o, pelo que diz respeito ao Brasil, no Rio Grande do Sul, descobrindo como, por estarem colocados na fronteira de um outro mundo, os escritores gaúchos mantêm viva a consciência da Lusitanidade (3).

Constituimos no Mundo — para repetir, mais uma vez e sempre, a expressão de Gilberto Freyre — um «bloco de sentimento e de cultura» (4). Bloco que não tem nada que ver com a Latinidade invocada por escritores franceses que ousam falar do Brasil em Portugal.

Só porque constituímos um bloco se explica o interesse que encontrei num livro como o *Almanaque de Rio Pardo,* de Dante de Laytano. Toledo é uma das principais cidades do Mundo, pela História, pela Arte e pelo Espírito, mas de regresso de uma visita a essa cidade-ideia, fui capaz de me interessar pela modesta cidade histórica do Rio Grande do Sul. É que lá, nessa velha cidade gaúcha, que tentei conhecer numa excursão malograda pelo rio Jacuí acima, em companhia do seu cronista; é que lá, em Rio Pardo, Portugal está presente. Em Toledo, o homem engrandece-se pela contemplação da Arte e dos monumentos históricos; em Rio Pardo, mesmo através um repositório de informações, o português toma mais nítida consciência da projecção da grei a que pertence e cujo génio tantas vezes se afirma por oposição à Espanha.

É tal a força do brasileirismo, em mim, que precisei do acto de consciência deste *post-scriptum* para poder entregar-me, durante algum tempo, à minha outra preocupação de português.

JOSÉ OSÓRIO DE OLIVEIRA

NOTAS:

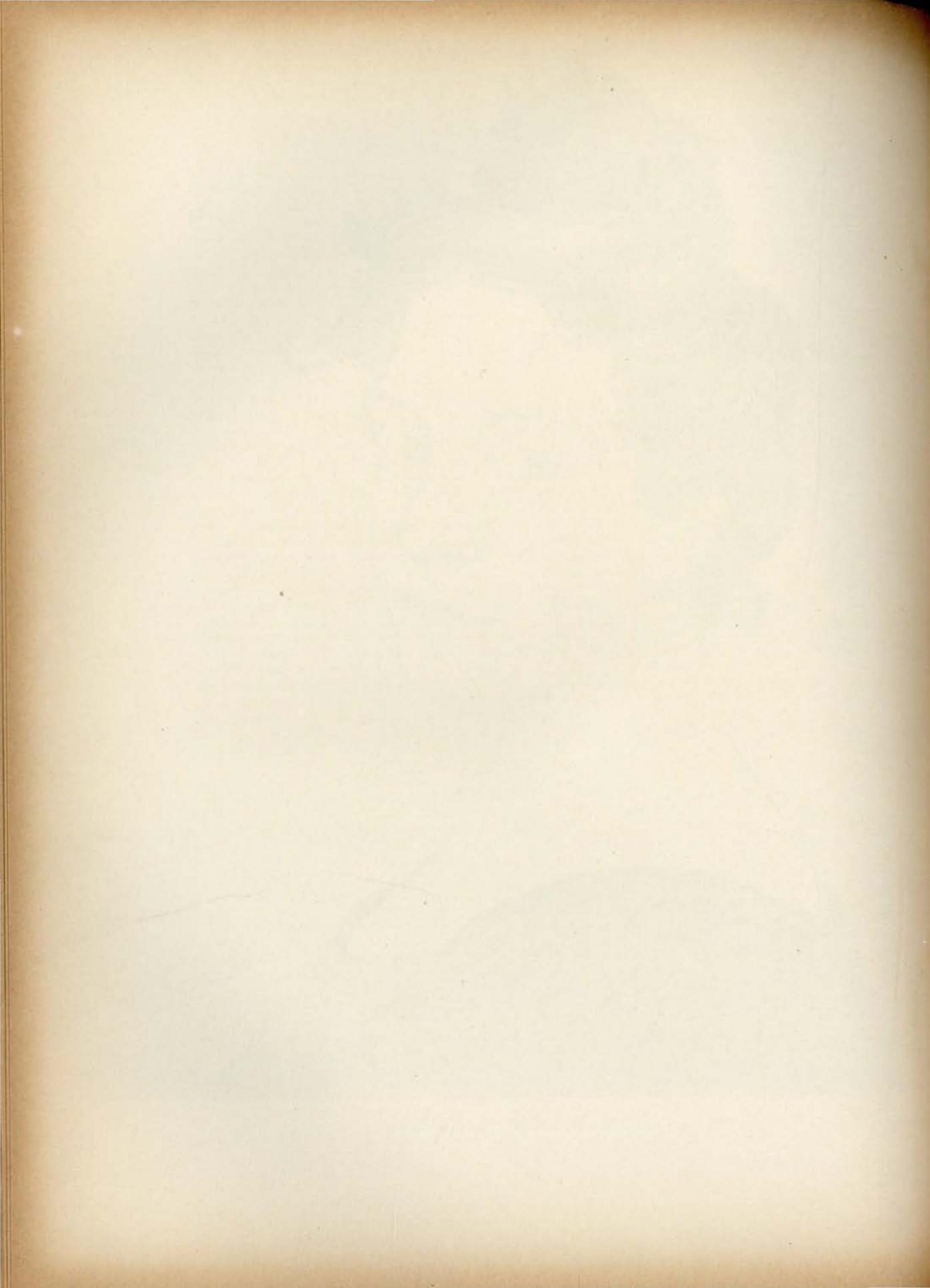
(1) Interessado evidentemente, neste caso, pela crítica de um português. Destacarei o nome daquele que, por esse motivo, mais o merece: José Olympio.

(2) Dos recém-vindos, mencionarei aqueles que falaram melhor à minha sensibilidade: antes de qualquer outro, o número da tão feia e aborrecida *Revista do Arquivo Municipal* de São Paulo, consagrado a Mário de Andrade no segundo aniversário da mor-

te desse que foi o mais vivo dos brasileiros, enviado por Henriqueta Lisboa, que na sua sensibilidade de mulher e de poetisa adivinhou quanto me seria grato, se bem que doloroso, conhecê-lo; a *Antologia de Poetas Brasileiros Bissextos Contemporâneos*, de Manuel Bandeira, com a confirmação do valor de dois poetas dignos de qualquer outra antologia: Pedro Dantas e Pedro Nava; a *Antologia da Poesia Mineira (Fase Modernista)*, organizada por um autêntico poeta: Alphonsus de Guimaraens Filho; as *Poesias*, do próprio Alphonsus de Guimaraens Filho; as *Canções* de Mário Quintana, puro poeta, numa bela edição com líricas ilustrações de Noémia; *A Quadragessima Porta*, de José Geraldo Vieira, obra barroca, romance que é quase a suma da Europa do nosso tempo; *Crianças Mortas*, de Enéas Ferraz, «o livro estranho e pungente» que pude anunciar ao Brasil antes de publicado; *A Professora Hilda*, novela de Lúcio Cardoso, de uma densidade rara em literatura tão profusa como é a brasileira; *A Lua nos espera sempre...*, de Telmo Vergara, *História de beira-mar* e dramático poema do sonho de amor da adolescência; *A Busca*, novela de uma menina de 17 anos: Maria Julieta Drummond de Andrade, rica de avisos, mais do que de simples promessas. Por motivos de ordem intelectual, que não de ordem sensível, citarei as seguintes obras, também recentes, de outros géneros: *Geografia dos Mitos Brasileiros*, de Luís da Câmara Cascudo, imprescindível a quem pretenda conhecer a gens brasílica; *Folklore dos Bandeirantes*, de Joaquim Ribeiro; *O Negro na Bahia*, de Luiz Vianna Filho; *Tempo dos Flamengos*, de José António Gonsalves de Mello, Neto, sobre a *Influência da Ocupação Holandesa na Vida e na Cultura do Norte do Brasil*; *Forma e Expressão no Romance Brasileiro (Do período colonial à época post-modernista)*, de Bezerra de Freitas; *O Crime e os Criminosos na Literatura Brasileira*, de Lemos Brito; *A Volta do Gato Preto*, de Erico Veríssimo, livro, este, ainda revelador da psique brasileira, por fixar as suas reacções ante a América do Norte. Por motivos de uma espécie e de outra, indicarei a definitiva *História de Castro Alves*, de Pedro Calmon. Mas o próprio Castro Alves, a interpretar cinematogràficamente com a minha colaboração, me afasta, afinal, da actividade crítica sobre a Literatura Brasileira.

(3) Não será o livro de João Neves da Fontoura: *Palavras aos Portugueses*, mais uma prova do lusitanismo dos gaúchos? Nenhum outro representante do Brasil em Portugal deu, para além da transitoriedade dos actos diplomáticos, descontando o que nessas *Palavras* possa ter havido de interessadamente político, tão eloquente demonstração de uma «consciência de espécie» — como diria Gilberto Freyre — «transnacional ou supranacional».

(4) Ainda agora veio confirmá-lo, pelo que diz respeito a Cabo Verde, o ensaio de Baltasar Lopes sobre o dialecto crioulo: *Uma experiência românica nos Trópicos*, começado a publicar na ressurgida *Claridade*.

CARLOS BOTELHO — «*Retrato*»

VÁRIA

Uma obra indispensável à revalorização da cultura lusíada

Augusto Magne: «A Demanda do Santo Graal» 3 volumes. Edição do *Instituto Nacional do Livro*. Rio de Janeiro — 1944

Afirmar que está ainda por fazer a verdadeira organização, superior e complexa, que possa inteiramente servir a cultura lusíada, não implica negar a existência, em Portugal e no Brasil, de algumas realizações, do mais alto valor, servindo essa grande finalidade. No entanto, elas mesmas demonstram, quer pelos seus bons resultados quer pelos seus naturais limites, quão necessária e urgente se tornou a realização completa e perfeita, e que deveria ser comum às duas Pátrias, de um verdadeiro Instituto de Cultura Lusíada.

Entre essas realizações prima, sem dúvida alguma, a do Instituto Nacional do Livro, do Ministério da Educação do Brasil.

Não é, porém, a análise e louvor do Instituto Nacional do Livro e da sua já tão vasta obra, o que pretendo fazer aqui e por agora, mas tão sòmente indicar o especial e alto significado da sua edição do livro extraordinário que é «A Demanda do Santo Graal».

Primeira edição completa, e valiosa edição crítica realizada por Augusto Magne, saiu ela dos prelos em 1944, e não me consta que, até hoje, se lhe tenha prestado o louvor devido, e muito menos que se tenha dito o que esta esplêndida realização significa no momento presente, de luta e de grandeza realizadora, da vida cultural dos povos lusíadas. É já de si admirável sintoma que mais um nome brasileiro se venha juntar aos daqueles que, como Caetano Lopes de Moura e o Visconde de Porto Seguro, tão nobremente contribuíram para a recuperação das obras do nosso passado medieval.

Admirável e constante sintoma do espontâneo e justo sentimento, entre os Brasileiros cultos e superiores, de que lhes pertence, por igual com os Portugueses, o passado anterior aos Descobrimentos, e também as obras nele produzidas e aquela cultura *Românica* e Galaico-Portuguesa, terreno vivo e fértil em que mergulha a raiz da nossa verdadeira e própria criação cultural de Nações, ambas novas e ambas em activa ascensão criadora.

E seja este o primeiro significado, de alto valor, a notar na edição brasileira do livro «A Demanda do Santo Graal». Seja o segundo, o da probidade exemplar desta edição crítica, e da justíssima preferência dada a uma edição crítica sobre outra, de natureza paleográfica, bem como o do justo motivo da decisão tomada por Augusto Magne. Por ela o trabalho desta edição foi um verdadeiro acto de cultura, o que é mais e melhor do que um trabalho erudito.

E não só «todos os amigos da língua nacional» mas todos os que anseiam por completar a sua cultura nacional e revivê-la, e com ela criar a sua própria obra, aumentando-a segundo as naturais directrizes do seu desenvolvimento, numa palavra todos os que *vivem* da cultura lusíada, estão gratos por uma edição que lhes deu, ressuscitada e de novo activa, a obra que já outrora actuou na formação do espírito dos seus antepassados. Foi mais uma vez ainda, cumpre dizê-lo, a longa persistência de um esforço individual, o que tornou possível a realização desta edição crítica. Interveio porém uma organização do Estado Brasileiro, o Instituto Nacional do Livro, para que fosse possível a sua publicação.

Repartam-se por isso os louvores entre o Prof. Augusto Magne, e o criador do Instituto, o seu director Dr. Augusto Meyer, e o seu colaborador Dr. Américo Facó. A este, particularmente, cumpre citar com o máximo louvor pela admirável Introdução que escreveu para «A Demanda do Santo Graal».

Quase sem restrição adiro a quanto, de muito bem documentado, lúcido e penetrante, constitui o verdadeiro ensaio de crítica literária e cultural desta *Introdução* de Américo Facó. E o *quase* apenas persiste porque julgo indevidamente minimizada, na evolução dos «romances de cavalaria» e mesmo na evolução dos mitos heróicos, e de tão fundo sentido, que com ela se foi fazendo; minimizada, digo, apesar do seu louvor, a obra dos criadores portugueses do século XVI, que não foram, quanto a mim, «epígonos» mas os que levaram essa evolu-

ção ao apogeu e plenitude. E menos João de Barros, apesar de admirável no seu «Clarimundo», do que, superior a todos e mesmo a João de Barros neste particular, e só nele, o grande romancista que foi Francisco de Morais na sua obra «Palmeirim de Inglaterra», cimo da evolução que depois dele se degrada, obra de permanente e sempre actual beleza, que só a incultura e a desumanização dos nossos tempos pôde menosprezar.

Com que inteiro aplauso, ao contrário, acolho as profundas e altas verdades de Américo Facó sobre a «superstição do moderno» e o valor eterno, e actual, dos Romances de Cavalaria e o poder dos seus *mitos*.

É este o significado máximo na época que atravessa, criadoramente, a cultura lusíada, da edição de «A Demanda do Santo Graal».

Neste livro podemos sentir a origem de uma corrente profunda que, de uma forma intensíssima, contribuiu para a formação da alma lusíada e a sua capacidade criadora.

Foi uma cultura inteira e admirável e perfeita, realizadora de mitos tão altos como os da Grécia antiga, o que, através da tradução recriadora e livre de um português anónimo do século XIII, veio ecoar em Portugal. Com esta versão (e outras perdidas) e com a criação portuguesa da novela de *Amadis*, feita sobre uma base que da mesma cultura Francesa, ou melhor, Nórdica, provinha; com essas obras tão belas, e já tão nossas, se iniciou uma corrente de criação mítica, novelesca, poética, e lendária, que, é necessário lembrá-lo, acompanha toda a nossa criação literária do período, de dois séculos, do Renascimento Português.

Origem entre nós e não apogeu de uma evolução literária, por isso mesmo ligada a uma outra e alheia cultura, esta versão de «A Demanda do Santo Graal» foi mais que uma nacionalização do que recriou — foi o incentivo de outras criações nacionais. Influiu, ela mesma, em nossa alma, pelo poder imenso dos *mitos* que nos transmitiu e entre nós prosseguiram a sua natural evolução.

Não finda evolução. Apenas a sua fase de realização novelesca findou. O que deles pode resultar em poesia e drama, e seria a natural e mais alta fase da sua *vida*, ainda está em plena gestação.

Para ela contribuirá, creio, esta publicação completa de «A Demanda do Santo Graal», e este é o seu significado máximo e de incalculável valor para a cultura lusíada.

J. de C. O.

Um monumento da crítica histórico-literária

Afonso Pena Júnior: «A Arte de Furtar e o seu autor». 2 volumes. Livraria José Olympio, Editora. Rio de Janeiro — 1946

Triste sintoma da geral indiferença e até, mesmo, animosidade para com a cultura superior, os verdadeiros valores mentais e as suas obras; triste e condenável manifestação, também, do desinteresse pelo que é nacional e grande e da inferioridade de certos meios universitários e académicos; — nem um só eco, até hoje, e já lá vai mais de um ano, acordou nesses meios *intelectuais* o aparecimento da obra, por todos os títulos admirável, de Afonso Pena Júnior.

Trata-se, no entanto, de uma obra perfeita, e por isso mesmo raríssima, da tão difícil crítica de atribuição literária, tendo por objecto do seu estudo exaustivo uma grande obra portuguesa, uma sátira genial, uma das mais intensas e mais fortes sátiras, não só da nossa mas de qualquer literatura.

Seria pois esta uma das raras e boas ocasiões para as nossas Faculdades de Letras concederem um título de doutor «honoris causa», mostrando, assim, que esse título pode também representar o que sempre deveria ser: o reconhecimento do valor de uma obra, e da categoria, de verdadeiro mestre, de quem a realizou.

Não desespero de ver ainda enobrecidas por este modo as nossas Faculdades de Letras. E na verdade é o desejo, leal, do seu enobrecimento o que visa esta sugestão, mais do que a recompensa, por ventura inútil, de Afonso Pena Júnior.

Que melhor recompensa poderá ele desejar do que a contida na realização da sua própria e admirável obra?

Se a esta íntima e máxima recompensa se acrescentar, mais e melhor do que um aplauso, a gratidão dos que estudam, a sério e de verdade, a Literatura Portuguesa, e ainda reconhecem os valores literários como sendo os mais altos, mais próprios e mais fecundos valores nacionais e humanos, por certo Afonso Pena Júnior dará por inteiramente pagos os longos anos do seu trabalho de erudito e lucidíssimo historiador e crítico da Literatura.

Quanto a mim, por agora, pouco mais quero do que manifestar-lhe essa gratidão de português e de escritor. Porque a Literatura Portuguesa, em particular, e a cultura literária, de um modo geral, se enriqueceram duplamente com este verdadeiro monumento de erudição e de crítica inteligente.

Enriqueceram-se pela verdade nela alcançada e demonstrada, a qual permite, enfim, a inteira e justa valorização, não só da genial sátira que é a «Arte de Furtar», mas também da altíssima figura literária, e humana, do seu autor, António de Sousa de Macedo.

Enriqueceram-se pela própria obra do historiador, em si mesma, pela dignidade, equilíbrio e fundura da sua inteligência crítica, reveladora, com outras obras, do passado ou de hoje, daquela capacidade crítica que tão erradamente tem sido negada a Portugueses e Brasileiros.

Raras obras da crítica de atribuição literária terão, como esta, realizado uma tão completa, tão arguta e ao mesmo tempo desapaixonada investigação e uma tão exacta e clara demonstração da autoria de uma obra anónima.

Emprego muito de propósito a palavra demonstração, considerando-a mais forte, mais segura, ainda, e mais irrefutável do que a estampagem de um nome de autor numa obra, mesmo em vida de quem a fez e de quem nela figura.

Porque sempre houve (e hoje mesmo há) obras publicadas em nome de quem finge de escritor à custa de alheio talento e de um trabalho que não teve.

E se mesmo esta prova da autoria pode ser falsa, como não reconhecer a incerteza das atribuições de autoria feitas por contemporâneos e o quase nulo valor de uma qualquer, isolada e vaga, opinião tardia?

A verdadeira, perpétua, irrefutável prova de autoria está na obra em si mesma. É sempre assim possível, quando a multiplicidade de obras permite uma comparação, chegar-se a uma certeza quanto à autoria de uma obra que, entre outras do mesmo escritor, correu anónima ou sob o disfarce, voluntário ou não, de outro nome.

Foi esta comparação exaustiva e proba, baseada no melhor conhecimento da época e dos seus escritores, o que permitiu, a Afonso Pena Júnior, a demonstração, irrefutável, de que é António de Sousa de Macedo o autor da «Arte de Furtar».

Maior valor dou ainda, porém, à implícita revalorização, feita neste estudo crítico, de toda a obra admirável do grande prosador, moralista, político, jurista e panfletário, pensador e satírico, que foi António de Sousa de Macedo.

Uma só falta notarei neste grande e sério livro de crítica literária, a de não ter considerado o poeta António de Sousa de Macedo e o seu poema «Ulissipo». Se o tivesse feito, acrescentaria mais uma *prova* à sua demonstração, prova que a mim, agora, em releitura desse poema, e descontada a necessária diferença do processo literário adequado ao género, se me tornou evidente.

A demonstração não ficou diminuída, é certo. Mas a valorização de António de Sousa de Macedo não ficou ainda completa. E já é tempo de considerar em todo o seu alto, profundo e complexo valor, essa figura, grande entre as maiores, desse grande século literário que foi o do Seiscentismo Português.

Há, entre tantas outras, uma grande obra de reparação literária, de enriquecimento da cultura, de valorização nacional, a fazer: — a publicação da obra integral de António de Sousa de Macedo em edição crítica.

Ninguém melhor do que Afonso Pena Júnior a poderá realizar, mesmo na parte, necessária, de tradução dos escritos latinos e castelhanos do grande português seiscentista, como revelam os trechos traduzidos que neste seu estudo inclui.

Ninguém melhor do que ele a poderá anotar criticamente. Apenas terá de modificar o que suponho ser (e oxalá eu esteja em erro) a sua opinião quanto ao poema «Ulissipo», desprezando, para sentir a verdade, as indicações, tão infundadas e superficiais, de certos pretensos historiadores da Literatura Portuguesa. Porque na verdade, e apesar de quantas restrições o nosso gosto literário possa fazer à beleza do seu poema, António de Sousa de Macedo foi um autêntico e grande poeta.

Figura complexa e quase completa de criador literário, assim ressurgirá António de Sousa de Macedo apenas abaixo do génio dominador do seu século, Dom Francisco Manuel de Melo.

E agora lembro, recaindo na tristeza de notar quão necessitados estamos de uma obra cultural verdadeira, que também este enorme Dom Francisco Manuel de Melo não tem as suas obras completas publicadas.

Mas um dia virá, em Portugal ou no Brasil (e queira Deus que cedo e nas duas grandes Pátrias Lusíadas) em que se faça a obra cultural indicada e anunciada por isolados e heróicos esforços como este a que eu trouxe agora, apenas, uma justa homenagem de gratidão.

J. de C. O.

Afrânio Peixoto, mestre de Lusitanismo

Afrânio Peixoto, que em Janeiro terminou edificantemente seu trânsito terreno (*),

era um espírito de múltiplas facetas, todas elas de fulgurações de diamante, víssemo-lo psiquiatra, higienista, sociólogo, ou a versar temas de filologia literária, ocupado em revivescências de historiador, fizesse romance ou descantando, porque igualmente poetou. Para nós, os desta faixa atlântica, não foi ùnicamente por suas grandezas intelectuais que bem mereceu. Afrânio Peixoto propõe-se à nossa admiração e à nossa simpatia por seu convicto portuguesismo. O conceito que, um dia, emitiu acerca do nosso ingente Vieira, a quem houve por «o mais brasileiro dos escritores portugueses», cabe-lhe, se o invertermos, em absoluto. Nele deparamos, na realidade, com um fervoroso lusíada, manifestando-se segundo uma unidade de psique, que tirava da estirpe a ilusão duma contemporaneidade de evos já assimilados às sombras da História.

E senão veja-se como em 1936 dava razão de presença entre nós. Discursando sob os nobres tectos da Academia, ao inaugurar-se o Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura, começava: «Não venho a Portugal», corrigindo logo: «Torno a Portugal». Coisa diferente da primeira. «Torno a Portugal depois duma longa ausência. Foi pela era de Quinhentos, e a de Novecentos já vai adiantada...» Media o tempo volvido entre as duas viagens: «Treze terços de século!» Afrânio Peixoto conta, então, como pudera ser aquilo: «Parti quando da aventura do mundo, que nos empolgou, pela fé e por o império». Teria sido, porventura, um dos homens — piloto, capitão, escrivão de bordo, matalote, — que abalando nas velas de Cabral, voltariam mais tarde, de olhos maravilhados, ao Tejo. Metáfora no caso, mas metáfora que exprime experiências de introversão até à verificação dum testemunho. Sua brasilidade não devera, pois, em boa lógica, deixar de definir-se nos termos em que o fez: «Somos portugueses dum Portugal mais moço, desta banda do Atlântico, um Portugal maior, que se envaidece da sua origem...» E em vista a prováveis perplexidades, afirmava ainda, exortativamente: «Como pudéramos ser outros, só porque somos maiores e temos casa posta? Somos filhos legítimos e trazemos, com garbo e honra, o nome de família; guardamos com piedade e orgulho a língua, a mesma que falaram aquêles lusíadas que revelaram o mundo ao mundo e salvaram a civilização, latina e cristã, dos bárbaros maometanos»... «Língua do passado, língua de dignidade presente, língua esperançada de amanhã, língua comum, língua de sempre, língua sem fim...» A igual das velhas habitações solarengas, de enegrecidos retratos de avoengos, a alma de Afrânio guardava em veneração a sua imagem de Portugal — de «Dom Portugal», o grande antepassado. E com entoação lírica a descreveu: «Dom Portugal é fidalgo, tem casa nobre, castelos e praças e fortalezas, mas tem campos e ara e semeia e colhe, tem pastos e cria, e talha, e vende, e, de tudo isto, é rico na era afonsina. Depois, doutros mundos se fala, e às causas reais, a aventura, o interesse, a necessidade, juntam-se outras que sempre aparecem: combater infiéis, propagar a religião, estender o império. E eis o nosso fidalgo que abandona o lar e se desterra por África, Ásia, América, Oceânia, por *mares nunca dantes navegados*, e *se mais mundo houvera lá chegara*...» Por aí fora prossegue Afrânio, a dar memória dos passos do antepassado, no trajecto dos séculos... *Martim Soares Moreno* foi, acaso, o seu derradeiro voto: «oblata dum brasileiro que ama recordar e recorda que é português».

Por seu natural lusíada como pelo sentido da arte e amor da história, Afrânio foi levado a tratar mais de um valor do nosso património histórico e de cultura. É dessa colecção, *verbi gratia*, Santo António, a quem pretendeu outorgar o encargo de padroeiro dos homens de Letras, numa representação palpitante do admirável doutor, a cujos pés a lenda, mentirosa e afável, depõe mangericos e cacos de bilhas partidas à borda de namoradeiras fontes.

Como essa figura, uma enfiada de tanagras em que reconhecemos príncipes, infantas, poetas... Na mesma origem se afilia uma variedade de ensaios de crítica e de filologia em que, com mestria, fez camonianismo. Camões e Vieira foram as suas mais profundas dilecções literárias.

Sua lusitanidade não lhe inspirou apenas profundos estudos e finas loas. Ela ditou-lhe, às vezes, atitudes repreensoras. Carrega, então, ao de leve o cenho. Por amor de Portugal. Por amor do Brasil. Movia-o em todos os casos um ardente propósito de desfazer incompreensões. É o que ele chama o «equívoco português». A par de outro: o «equívoco brasileiro». Consistiu, o primeiro, na noção e num tipo correntes de «brasileiro», afectando aqui a modo de apodo o gentílico. Afrânio Peixoto assaca, na circunstância, responsabilidades muito especiais aos romances de Camilo: «foi mesmo assim, mas depois de Camilo Castelo Branco, que descobriu o filão de mina», recordando, nessa altura, Eça e o famoso prefácio que escreveu para o romance de Luís de Maga-

lhães. Os dois escritores remavam ao tempo contra o ostensivo equívoco. O tipo metido a riso por Camilo, em novelas e folhetins, acabara mesmo por acudir à boca de cena. Recorda-se ainda o anotador duma dessas burlas, o *Brasileiro Pancrácio*, representado num teatrinho portuense, de que além do chão em que o levantaram, mal existe, hoje, vestígio de lembrança. Presumo que foi a última, ou uma das derradeiras vezes, que divertiu plateias a personagem. Sem absolver Camilo, aponta Bruno outra razão principal do prejuízo, e dos desmandos e caricaturas que originou. O mal vinha do desconhecimento em que se vivia do Brasil — do verdadeiro «...a informação permanecia insatisfeita —, discorre o erudito publicista. Só nos nossos últimos dias é que principia a brotar um género que até hoje era impossível: o de livros acerca do Brasil que não desobedeçam aos mandatos da simples justiça imperativa». «Os Portugueses que de vez tornavam não escreviam tomos de viagens. Eram homens de trabalho que regressavam a descansar de largos anos de um labor indefesso. E os literatos, de condição ou profissão, que iam ao Brasil, por via de regra, por lá se deixavam ficar. A culpa era nossa; pois que o tipo de «brasileiro», se o não criámos, o deformámos nós. O «brasileiro» que a nossa literatura debuxou não é o brasileiro que nos importa conhecer. Houve equívoco. E o que é curioso é que tanto se enganaram os Portugueses natos, talhando a carapuça, como enfiando-a, os nativista brasileiros, em cujas cabeças ela não entrava, aliás». «Eça *versus* Camilo Castelo Branco» — observa Afrânio. Foi vingado o brasileiro. Com efeito o tipo sumiu-se das novelas e pelo alçapão dos palcos. Acabara por desinteressar. Assim entre nós desapareceu todo o resquício do equívoco. Se no Brasil, mesmo atenuadamente subsiste, aos que ainda lhe professam o intencional, se dirige o escritor: Os «brasileiros de Portugal e os filhos deles, os brasileiros, também somos portugueses». Sentença — aliás legenda que nada apaga...

De tal sorte pensando e praticando, pôde Afrânio Peixoto concorrer para o desbravamento do caminho que deveria levar, e levou, de facto, a uma mútua compreensão de Portugueses duma e outra banda do Atlântico. Foi um dos aspectos mais impressionantes do seu inconfundível e convicto portuguesismo, e sê-lo-á sempre, a sua prosa, a sua elocução. Afrânio Peixoto senhoreara todos os segredos e belezas da vernaculidade da «língua comum». Por isso, sua morte ficou a significar a perda dum dos nossos clássicos, contados entre os mais pulcros e gratos de ler.

AMADEU CUNHA

(*) Conta o Rev.º Dr. Serafim Leite, S. J., grande amigo do escritor, em artigo na *Brotéria*: «Afrânio Peixoto faleceu na capital do Brasil, no dia 12 de Janeiro de 1947, recebidos os Sacramentos da Igreja, ministrados pelo Senhor Cardeal Barros Câmara, Arcebispo do Rio de Janeiro; e foram suas últimas palavras, estas três da piedade cristã: Jesus, Maria, José».

Um Artista: Luís de Montalvor

Luís de Montalvor era duma época, em que o Sonho tinha ainda o significado, com que ele figura nos dicionários. Folheio o meu: — Fantasia. Utopia. Ficção...

Creio que nos tempos de hoje já não é bem assim... Os que sonham, uma gargalheira de escárnios prende-os continuamente aos insultos do quotidiano, e, deste modo, ficção, fantasia, utopia deixam de querer dizer: evasão até aos interlúnios do inefável, da doçura de existir, para se transmutarem numa equivalência de vícios secretos, que, uma vez que no-los descobrissem, nos inutilizariam para sempre, enodoando-nos perante os demais, de ignomínia, pela descoberta feita, *de que éramos, afinal, assim.*

Luís de Montalvor surgiu nos grupos de «cavaco literário» de à beira de quarenta anos (quando o «cavaco literário» não era o mito, que representa agora, substituído por uma anodina, por uma analfabeta justaposição de anedotas), com o seu bigodinho e os seus cabelos anelados, pondo-lhe na fronte essa espécie de nimbo, que dir-se-ia que espiritualiza as cabeças, em certos bustos de césares da antiga Roma...

Nenhum dos simbolistas da época excelsa da sensibilidade francesa, ele desconhecia. De Gustave Kahn a Francis Poictevin, de Adolphe Retté a Alberto Mockel, o turiferador compreensivo de Mallarmé... E, acima de todos, o feiticeiro, o Pontífice admirável, o chefe de escola, *sem se aperceber disso,* que foi o poeta da *Herodíade.*

Dizer-lhes os versos e os períodos prosísticos, murmurá-los, na meia-voz discreta, que é a elegância desses actos de dulia, era-lhe por esse tempo (como, de resto, para quase todos nós, que o acompanhávamos, corifeus da mesma mística que o exalçava), muito mais necessário que o almoçar e o jantar...

Seguia, assim, a recomendação de Baudelaire: — Podemos passar três dias sem pão, mas nem um dia só, sem poesia.

Em meio dos desaprumos murchos de indumentária, dos seus contertulianos, nuns, por ênfase teorizante, noutros, pela força das circunstâncias, — ele era já o janota, o esmerado no talhe da andaina, que pela vida além sempre se manteve, a pontos de não nos chocar, nem vir a constituir alvo de motejos, quando o crânio se lhe desnudou.

Do mesmo modo que acontecia com Sheridan, impossível evocarmo-lo, sem o visionarmos de luvas calçadas, e se por acaso, em qualquer circunstância do aviltante dia-a-dia civil, ele houvesse de praguejar, nunca viria a fazê-lo (disso estávamos certos) dentro dos moldes do agastamento comum. *Encontraria, necessàriamente, outra coisa...*

Inquieto e insatisfeito sempre, na ânsia constantemente, dum desdenhoso, dum altaneiro *mais p'ra lá,* tinha de vincular o nome ao *escândalo* do «Orfeu».

Muitos pensam, e, entre eles, cerebrações bem lúcidas, que eu estimo, — que a Revista célebre o que consubstanciava, de facto, era uma intenção de surriada, um propósito *pince-sans-rire* de desfrute.

Talvez peque de excessividade dogmática a asserção.

Luís de Montalvor sempre me apareceu como um temperamento medularmente *sério.* O rir, para ele, não passava, no fim de contas, dum mero dever social de cortesia; melhor: não sabia rir, quem se me confessava amoroso da estrugida timpânica dos heróis de Homero, saboreando esse *fenómeno* grego, não, pela peralvilha *obrigação* de estar a par dos clássicos, mas por imprescindibilidade intrínseca de helenismo...

O «Orfeu» representou para o autor, intoxicado de raro, do *Narciso,* um ensejo de proclamar diante de todo o mundo: desde o aranhiço verde da sua hospedeira, até aos directores dos semanários, que o olhavam do alto da sua olímpica estultícia, — que ele era realmente um alguém, à parte da mistela corriqueira dos que escreviam então, como quem minuta ofícios...

Por isso salmodiava:

A Beleza é p'ra mim, ó ninfas, o segredo
com que Deus me vestiu de Lindo!...

Tê-las-ia entrevisto num entardecer de cobres outonais:

Erram no oiro da tarde as sombras de estas ninfas!
E até onde irá o aroma dos seus gestos
que sei tentam prender meus olhos que, funestos,
sonham um esplendor fatal de pedrarias?
Tarde de tentação! Que estranhas melodias
inquietam o céu de um rumor ignorado?
Seringe! Tua flauta arrosa de encantado
e sangue de Ilusão esta tarde em demência
que a legenda recorda; e da imortal essência
do sonho esta hora antiga exuma o velho idílio...

A vida caprichou em que as suas freimas de Artista ele acabasse por as aplicar, editando a Arte dos outros...

Oh, o avatar mais que bizarro! Luís de Montalvor, técnico em sestros gráficos!

Hei-de lembrar-me sempre dos momentos de conversa, a toda a vela panda da fantasia, que com ele tive, nos seus intervalos de bom-senhor, «metido nos negócios...»

Esses momentos chegavam-lhe para me avivar a memória sobre o que Balzac escreveu (— Recordas-te, meu Carlos?) no seu *Tratado da vida elegante,* ou para me recomendar o *Rilke vivant,* de Maurice Betz: — Tão belo! Está lá dentro todo o *nosso* Deus dos *Cahiers...* Passa bem! Tenho que ir à vida...

CARLOS PARREIRA

No segundo aniversário da morte de Mário de Andrade

(Palavras de José Osório de Oliveira, ao microfone da Emissora Nacional)

Considero a rádio o meio menos próprio para alguém falar de sentimentos pessoais. Numa conferência pública, ainda se pode imaginar que todos aqueles que lá vão o fazem por terem alguma simpatia pelo orador. Mas à voz que fala ao microfone, não a escutam só aqueles que conhecem a pessoa a quem pertence ou simpatizam com a sensibilidade que exprime.

Apesar disso, não pude impedir-me de vir aqui, há dois anos, falar da morte de Mário de Andrade, sabendo que só o poderia fazer com magoada comoção. Admito que uma pessoa não sinta a obra de Mário de Andrade ou não compreenda todo o seu valor, de certo modo dependente do conhecimento da vida mental brasileira, quero dizer: das necessidades a que correspondeu. Não posso conceber que alguém o tenha conhecido pessoalmente sem o amar, tão extraordinário era, nele, o homem — mais ainda do que o

intelectual. Extraordinário, não por que fosse sobre-humano, mas porque, sendo simplesmente humano, o era com uma intensidade e numa extensão inigualáveis.

No inevitàvelmente comovido, mas lucidíssimo artigo que lhe consagrou no primeiro aniversário da morte, disse António Cândido, que é o crítico da nova geração do seu país: «Para encontrarmos na literatura brasileira um morto da importância de Mário de Andrade, é preciso remontar ao ano de 1908, à morte de Machado de Assis». Se assim é de facto; se apenas um ano depois de morto, uma semana inteira — a «Semana de Mário de Andrade» — pareceu necessária, e talvez insuficiente, para comemorar, em São Paulo, esse escritor, foi porque, além de homem de letras, foi um homem, e mais do que intelectual, humano. A inteligência, o talento, a cultura, a sensibilidade literária, não contribuíam, nele, apenas, para a criação de uma obra, mas, também, para a directa manifestação da sua personalidade humana. Daí o interesse que ele dedicava às cartas e a importância da sua correspondência. Escreveu António Cândido: «A sua correspondência encherá volumes e será porventura o maior monumento do género em língua portuguesa: terá devotos fervorosos e apenas ela permitirá uma vista completa da sua obra e do seu espírito».

Há quem prefira a Correspondência de Flaubert às suas obras de criação. Se a posteridade confirmasse, unânime, essa preferência, teria sido inútil o tormento de Flaubert, sacrificando a sua natureza em holocausto a uma estética que não valia, afinal, a simples expansão escrita da sua humana maneira de ser. O caso de Mário de Andrade é diferente porque a sua correspondência não contradizia as obras, escritas no mesmo estilo e quase com igual desleixo, voluntário, de composição. Não haverá, portanto, razão para preferir «o Correspondente, o homem que escrevia cartas» (como seria absurdo chamar-lhe: epistológrafo!), ao poeta, ao contista, ao romancista, ao ensaísta. Mas é legítimo admitir que a sua correspondência, uma vez publicada, venha a dominar a obra lírica, a obra de ficção e a obra de crítica, por exprimir mais exactamente, e talvez, mesmo, mais completamente, a prodigiosa humanidade desse homem de letras.

Por ser assim humano, e não só por ser escritor, e não só por ter talento e haver escrito algumas obras admiráveis, mas por se ter dado aos outros, em actos, em gestos, em palavras, a sua morte deixou um rasto de lágrimas, choradas precisamente por aqueles que costumam transformar a humaníssima dor em dolorosos pensamentos. São autênticas lágrimas, «lágrimas no entanto insofismáveis», as que humedecem tantas páginas ditadas pelo desgosto da perda de Mário de Andrade. Da sua morte se pode dizer que foi realmente uma perda, porque a obra literária não desaparece com aquele que a escreveu, mas, sim, o exemplar humano, por mais prodigiosa que seja a sua humanidade. Esse sentimento de perda, causado pela morte de Mário de Andrade em quantos o conheceram, tradu-lo admiràvelmente o poema que vou ler, de Francisco Inácio Peixoto: *Enterro na Rua Lopes Chaves* (a rua onde ele morou):

«Na ponta da rua precisamente suburbana
Um homem sofre de angina-pectoris
E morre.
Para vós que não o conhecestes
É mister, em lágrimas no entanto insofismáveis,
Balbuciar este nome: Mário.
Ai! não me pergunteis mais nada
Que ao verso meu, duro e esquivo,
Traria um urgente insulto, a palavra áspera.

Deixai que chore, embora continueis ignorando.
Deixai que relembre e chore.
Mas apressai-vos também, não vos detendes se quiserdes
Guardar o último gesto das mãos enormes,
O último sorriso da mão enorme.
Na rua Lopes Chaves um número se dissolve,
Uma casa se dissolve na bruma paulistana.
Das paredes somem-se os quadros, os livros desaparecem
Das paredes imponderáveis.
Em frente, a máquina portátil ainda guarda
a palpitação da última poesia
ou da derradeira carta.
Se subirdes a escada estreita, vereis depois
que não há mais escada.
Só o tropear dos pés aflitos, e as caras que
indagam sem compreender.
Tudo se evola, mas permanece em névoa
espessa e angústia impressentida
E sois sonos sùbitamente desamparados do amor enorme
Das mãos enormes.
À hora morta a paisagem submarina
Recebe em seu seio uma estranha flor de coral
O caixão imenso que flutua,
Que flutua na concha nocturna de algas desfeitas.

Solitário é agora nosso passo na Rua do
Gasómetro.
Solitária e triste é nossa sede nos bares
insones.
Embarquemos na Estação da Luz ou na
Estação do Norte
Que norte não há mais, nem luz
Para o nosso súbito deserto.»

A modesta homenagem portuguesa a Mário de Andrade, constituída pela consagração de um programa radiofónico à sua memória, constou, ainda, da leitura de uma crónica sua, do volume Os Filhos da Candinha, *intitulada :* Calor, *e de um dos seus mais representativos poemas : a* Louvação Matinal.

Esse programa teve, pelo menos, um resultado : conquistar para Mário de Andrade um novo admirador (conquistado, aliás, pelo seu enorme talento, e não pelas nossas palavras). Com efeito, recebemos uma carta de um jovem poeta (Raul Feio, que neste número da Atlântico *se estreia), da qual transcrevemos : «Acabei agora mesmo de ouvir, no programa do Brasil, da Emissora Nacional, algumas palavras de V. a propósito de Mário de Andrade. Confesso, e aqui fica, como penitência, esta humilhante confissão, que nunca, até este momento, tinha lido ou ouvido qualquer coisa de Mário de Andrade, ou a seu respeito. O poema que ouvi, lido por V., fez-me sofrer com a morte de Mário de Andrade e fez, ao mesmo tempo, com que eu ficasse com o enorme desejo de o conhecer. Por este motivo, venho incomodar V., pedindo o grande favor de me indicar onde poderei reler essa maravilhosa crónica de Mário de Andrade, também dita na Meia-hora Brasileira, a que o poeta chamou «Calor». Tenho absolutamente que ler essa crónica...»*

Já tínhamos pensado quanto seria legitimo incluir, entre as Páginas de Antologia *que nos propusemos publicar nesta revista, a «maravilhosa crónica» de Mário de Andrade. Compreendemos, por esta carta, quanto era necessário fazê-lo, contribuindo assim, um pouco mais, para tornar conhecido em Portugal um dos grandes criadores literários da nossa língua.*

ESTE QUARTO NÚMERO (NOVA SÉRIE)
DA REVISTA LUSO-BRASILEIRA

ATLÂNTICO

ACABOU DE SE IMPRIMIR NO DIA
VINTE E OITO DE JUNHO DE MIL
NOVECENTOS E QUARENTA E SETE,
NA OFICINA GRÁFICA, LIMITADA, SITA
NA RUA DA OLIVEIRA DO CARMO,
NÚMERO OITO, NA CIDADE DE LISBOA